



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

EMANOELA AGOSTINI

**TEORIAS DA REFERÊNCIA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS NA
HISTORIOGRAFIA**

**Florianópolis
2024**

EMANOELA AGOSTINI

**TEORIAS DA REFERÊNCIA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS NA
HISTORIOGRAFIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção
do título de doutora em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski
Coordenador: Prof. Dr. Jerzy André
Brzozowski

**Florianópolis
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

AGOSTINI, Emancela
Teorias da Referência para Termos Coligatórios na
Historiografia / Emancela AGOSTINI ; orientador, Jerzy A.
Brzozowski, 2024.
140 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Termos Coligatórios. 3. Historiografia.
4. Teorias da Referência. I. Brzozowski, Jerzy A. . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Filosofia. III. Título.

Emanoela Agostini

**TEORIAS DA REFERÊNCIA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS NA
HISTORIOGRAFIA**

**O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 01 de novembro de 2024
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:**

Prof. Dr. Ivan Ferreira da Cunha
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marco Ruffino
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. João Ohara
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutora em Filosofia atribuído pelo Programa de Pós-
Graduação em Filosofia**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski
Orientador

**Florianópolis
2024**

Ao meu pai Décio, em memória.

AGRADECIMENTOS

Era de se esperar que um trabalho de pesquisa que levou 4 anos e meio para ser finalizado precisou de suporte financeiro, intelectual e emocional.

Começando com o financeiro, agradeço a CAPES pela bolsa de estudos que me permitiu dedicação à pesquisa. Sem ela, certamente a dificuldade em cursar o doutorado talvez impedisse sua realização. Agradeço também nesse sentido à Universidade Federal de Santa Catarina, sobretudo ao Programa de Pós Graduação em Filosofia pela oportunidade de pesquisar um tema de meu interesse e pela confiança no trabalho. Me orgulho por ter ingressado e frequentado, ainda que virtualmente as disciplinas, deste programa.

Quanto ao suporte intelectual, certamente os professores que ministraram as disciplinas do curso foram fundamentais para apropriação do conhecimento filosófico necessário para fazer este trabalho. Entre os quais destaco meu orientador, professor Jerzy André Brzozowski, e os professores Jaimir Conte, Ivan Ferreira Da Cunha e Cezar A. Mortari. Este último, apesar de não ter ministrado aulas na pós-graduação durante o período que cursei, me permitiu participar de todas as aulas das disciplinas de Lógica I e II no curso de graduação de Filosofia da UFSC. Outro professor que devo mencionar foi o professor Cesar Ribas Cezar da UNIFESP, aprendi muito com ele, quando me permitiu participar das aulas da graduação que ocorreram online. É imperceptível para quem não conhece esses professores, mas a presença deles ecoa aqui e ali neste trabalho.

Ainda sobre o suporte intelectual, mas também emocional, quero destacar o papel fundamental do meu querido orientador, o professor Jerzy. Ele com muito respeito, empatia e interesse genuíno contribuiu sem medidas para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa. O considero de fato um orientador, ele soube me conduzir pelos caminhos tortuosos e, por vezes obscuros, da Filosofia da Linguagem, além de ser um amigo inestimável e uma fonte de admiração e inspiração.

Agradeço ao meu companheiro de vida Andrei Pedro que com muita paciência, amor, amizade e conversas filosóficas me nutriu e sustentou nesse caminho. Durante este período passamos por momentos lindos como nosso casamento e momentos desafiadores e miseráveis como a pandemia e a doença da minha mãe.

Agradeço a Fabíola que através da amizade, carinho e muitas conversas me ajudou a passar pelos anos de pandemia quando estava cursando as disciplinas do doutorado. Ela me inspira e me encoraja desde o mestrado. Ela, assim como a Thalyta, minha colega do programa de Pós, foram muito importantes por me manter equilibrada durante os dois anos que estive em Florianópolis. Nesse mesmo período contei com a companhia de minha vizinha Arline. Junto com a Arline e Edemar sobrevivemos ao isolamento da pandemia.

Agradeço a minha família, minha irmã Geneclea, e irmãos Dressani, André e Denian, minha mãe Neiva, meu tio Zé e também aos meus sobrinhos, sobrinha, afilhados e afilhadas que souberam respeitar minha ausência e distância. Agradeço, sobretudo, aos meus irmãos e irmã, pelo amor, respeito e cumplicidade diante dos desafios que insistem em surgir em nossas vidas.

Agradeço às minhas amigas de Erechim, Cheila, Michele, Tiara e DeJane. Muitas foram as vezes que elas me ouviram, me apoiaram, me encorajaram e me fortaleceram.

Agradeço também aos meus sogros queridos Dulcimar e Célia que me acolheram sempre. Sou feliz e grata por fazer parte da família deles agora.

Não poderia deixar de mencionar minha psicóloga Mariana Mari que por meio das sessões online e presenciais amenizou o sofrimento e a exaustão emocional que a pós-graduação causa.

Quero fazer uma menção especial aqueles que já foram e são meus alunos, e principalmente aos 5º anos/2024 (5A, 5B e 5C) da Escola de Educação Básica Uri-Erechim, eles acreditam estar tendo aula com uma filósofa que está escrevendo um livro (a tese).

Por fim, quero agradecer às secretárias Irma e Jacinta que sempre prontamente e cordialmente responderam a todas as dúvidas que surgiram ao longo do curso.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar se há uma teoria filosófica da referência que explique satisfatoriamente o processo de referência para os termos coligatórios da historiografia. Para chegar ao problema central foi preciso elaborar uma definição para ‘termos coligatórios’. Nessa tarefa contei com o apoio da Filosofia da História desde a primeira utilização da expressão ‘coligação’ creditada por William Henry Walsh (1978/1951) a William Whewell (1847), filósofo da ciência, até Jouni-Matten Kuukkanen (2015) filósofo da história e pesquisador contemporâneo. Ao final do primeiro capítulo estabeleci os critérios para que uma expressão seja considerada um termo coligatório: ela deve advir de uma coligação que circunscreve um particular; possuir um comportamento semântico semelhante ao de nomes próprios ou descrições definidas; não ser um nome para períodos; ser usada na intenção de fazer referência a algo que está além da narrativa; e desempenhar um papel específico na explicação histórica. Ao longo do primeiro capítulo, a contribuição dos termos coligatórios à explicação histórica foi apontada pelos filósofos da história com frequência. Por essa razão, o segundo capítulo investiu em compreender ao que se deve esse poder explicativo. Inicialmente, apurei se o poder explicativo dos termos coligatórios poderia ser esclarecido pelo fato deles serem os termos teóricos da História. Excluída essa possibilidade, procurei entender a função explicativa dos termos coligatórios em analogia aos modelos na ciência. Foi revelador a semelhança tanto entre as funções dos termos coligatórios e a dos modelos, quanto às características. A plausibilidade dessa aproximação permitiu a pergunta pelo referente dos termos coligatórios, seria ele o modelo? Essa hipótese corresponderia às conclusões dos filósofos da história quando a referência dos termos, já para a maioria, os termos indicam conceitos ou uma entidade narrativa que se confunde à um conceito. Contudo, o que a prática historiográfica revela não está de acordo com essas conclusões. Os historiadores não parecem ter a intenção de indicar conceitos ou entidades linguísticas em suas narrativas. Então, afinal, a que se referem os termos? Como eles se referem? Para entender como esses termos se referem foi indispensável compreender as teorias filosóficas da referência. Tarefa realizada no capítulo 3. Comecei apresentando a teoria indireta proposta Gottlob Frege (1892) com o intuito de entender, sobretudo, o papel que o sentido desempenha na relação de referência. Em seguida, a teoria direta de Saul Kripke (1972) foi apresentada a partir dos seus três componentes: designação rígida, fixação e transmissão da referência. Por fim, a teoria híbrida de Gareth Evans (1982; 1985) foi exposta. Dessa última, destaquei a importância da prática de uso do nome por uma comunidade de falantes, o papel desempenhado pelo dossiê de informações no processo de referência, bem como a função dos produtores dos nomes, entre as, destaco, a possibilidade de

fazer defesas semânticas. Por fim, o capítulo 4, responde ao problema de pesquisa. Analisei se elementos das três teorias explicam a referência dos termos coligatórios no que diz respeito ao seu uso mais comum. Em outras palavras, qual das teorias explica a referência dos termos a particulares complexos? Espero ter mostrado que a teoria híbrida de Evans funciona melhor e é mais coerente com a prática historiográfica. Neste mesmo capítulo explorei, de modo secundário, a referência a modelos e como ela funciona. Almejo, com esta pesquisa, oferecer contribuições à Filosofia da História por meio das ferramentas da Filosofia da Linguagem e da Ciência.

Palavras-chave: Termos Coligatórios. Teorias da Referência. Historiografia.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze whether there is a philosophical theory of reference that satisfactorily explains the process of reference for colligatory terms in historiography. To address the central problem, it was necessary to develop a definition for 'colligatory terms.' In this task, I drew support from the Philosophy of History, starting with the first use of the term 'colligation,' attributed by William Henry Walsh (1978/1951) to William Whewell (1847), a philosopher of science, and continuing to Jouni-Matti Kuukkanen (2015), a contemporary philosopher of history and researcher. At the end of the first chapter, I established the criteria for an expression to be considered a colligatory term: it must arise from a colligation that circumscribes a particular; possess a semantic behavior similar to proper names or definite descriptions; not be a name for periods; be used with the intention of referring to something beyond the narrative; and play a specific role in historical explanation. Throughout the first chapter, the contribution of colligatory terms to historical explanation was frequently highlighted by philosophers of history. For this reason, the second chapter focused on understanding the source of this explanatory power. Initially, I investigated whether the explanatory power of colligatory terms could be explained by their being the theoretical terms of History. Excluding this possibility, I sought to understand the explanatory function of colligatory terms in analogy to models in science. It was revealing to note the similarities between the functions of colligatory terms and those of models, as well as their characteristics. The plausibility of this analogy led to the question of the referent of colligatory terms: could it be the model? This hypothesis would correspond to the conclusions of philosophers of history, who generally argue that the terms point to concepts or a narrative entity that merges with a concept. However, what historiographic practice reveals does not align with these conclusions. Historians do not seem to intend to indicate concepts or linguistic entities in their narratives. So, ultimately, what do the terms refer to? How do they refer to? To understand how these terms refer to, it was essential to comprehend philosophical theories of reference. This task was undertaken in chapter 3. I began by presenting the indirect theory proposed by Gottlob Frege (1892), focusing on the role that sense plays in the reference relation. Then, Saul Kripke's (1972) direct theory was introduced, based on its three components: rigid designation, fixation, and transmission of reference. Finally, Gareth Evans' (1982; 1985) hybrid theory was discussed. From this last theory, I highlighted the importance of the practice of using names by a community of speakers, the role played by the information dossier in the reference process, as well as the function of name producers, particularly emphasizing the possibility of making

semantic defenses. In the final chapter, chapter 4, I answer the research question. I analyzed whether elements from the three theories explain the reference of colligatory terms with regard to their most common use. In other words, which of the theories explains the reference of the terms to complex particulars? I hope to have shown that Evans' hybrid theory works best and is more consistent with historiographic practice. In this same chapter, I secondarily explored the reference to models and how it works. With this research, I aim to offer contributions to the Philosophy of History through the tools of the Philosophy of Language and Science.

Keywords: Colligatory Terms. Theories of Reference. Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
OS TERMOS COLIGATÓRIOS NA FILOSOFIA DA HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM PANORÂMICA	17
1.1 COLIGAÇÃO PARA WALSH (1951; 1967)	20
1.2 COLIGAÇÃO PARA DRAY (1959), CEBIK (1969) e MCCULLAGH (1978; 2009)	27
1.3 COLIGAÇÃO PARA ANKERSMIT (1981; 2012)	33
1.4 COLIGAÇÃO PARA KUUKKANEN (2015)	38
1.5 PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO PARA TERMOS COLIGATÓRIOS	41
1.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	44
CAPÍTULO 2	47
SOBRE O CARÁTER TEÓRICO DOS TERMOS COLIGATÓRIOS E SUA RELAÇÃO COM OS MODELOS CIENTÍFICOS	47
2.1 TERMOS TEÓRICOS	49
2.2 TERMOS COLIGATÓRIOS COMO TERMOS TEÓRICOS	53
2.3 MODELOS CIENTÍFICOS	61
2.4 TERMOS COLIGATÓRIOS COMO NOMES DE MODELOS	67
2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	73
CAPÍTULO 3	75
AS TEORIAS DA REFERÊNCIA NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM	75
3.1 TEORIA DA REFERÊNCIA INDIRETA	76
3.2 TEORIA DA REFERÊNCIA DIRETA	80
3.3 TEORIA HÍBRIDA DA REFERÊNCIA	88
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	96
CAPÍTULO 4	98
COMO FUNCIONA A REFERÊNCIA DOS TERMOS COLIGATÓRIOS?	98
4.1 REFERÊNCIA DIRETA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS	98
4.2 REFERÊNCIA INDIRETA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS	109
4.3 TEORIA HÍBRIDA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS	118
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

A historiografia é permeada por expressões como ‘Revolução Francesa’ ‘Renascimento’ e ‘Guerra Fria’. Elas parecem indicar um particular, mas, ao mesmo tempo, reúnem outros eventos particulares sob o termo. Veja o caso da expressão ‘Revolução Francesa’ podemos entender que ela reúne um determinado conjunto de eventos como: como a queda da Bastilha, a morte de Luís XVI, a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a formação do partido Jacobino, entre outros. Na ocasião em que escrevi o projeto para o ingresso do doutorado não sabia que essas expressões tinham nome, e como elas pareciam indicar particulares as chamei de ‘nomes próprios historiográficos’. Tais expressões são tão antigas quanto a própria história, já estavam presentes em Tucídides (460 a.C. - 400 a.C). O historiador apresenta esse tipo de expressão no título da sua obra *História da ‘Guerra do Peloponeso’*. Como graduada em História e pesquisadora em Filosofia, me perguntei primeiro: O que são essas expressões e quais suas características?

Para responder a essas perguntas recorro à Filosofia da História. Embora a presença dessas expressões seja antiga, o recorte teórico deste trabalho data de meados do século XX. Nessa direção, começo com o filósofo que nomeou essas expressões e inaugurou as reflexões voltadas à elas para o caso da História. Esse autor é William Henry Walsh (1951), ele chamou essas expressões de ‘termos coligatórios’. A nomenclatura e a função que tais termos desempenham na história foi inspirado, segundo Walsh, no filósofo da ciência William Whewell (1840). Whewell utilizou pela primeira vez a expressão ‘coligação’ como um termo técnico filosófico. Na ocasião, esclareceu que coligar, em ciência, é juntar e estabelecer uma conexão entre fenômenos adicionando, para isso, um novo elemento proposto pelo intelecto (WHEWELL, 1847). Utilizarei na tese o nome ‘termos coligatórios’, pois as expressões indicadas, inicialmente, nesta introdução são assim denominadas pela filosofia da história. A esta altura o leitor deve notar que duas áreas da filosofia já importam para a pesquisa, são elas a Filosofia da História e a Filosofia da Ciência.

Na continuidade do problema, isto é, entender o que são e quais as características dos termos coligatórios, apresentarei no primeiro capítulo as contribuições de alguns filósofos da história, os quais trataram mais profunda e diretamente do assunto. São eles: William Dray (1959), Leroy Bruce Cebik (1969), Behan C. McCullagh (1979; 2009), Frank Ankersmit (1999; 2012) e Jouni-Matti Kuukkanen (2015). Dentre eles, me atentarei mais aos dois últimos, por serem contribuições contemporâneas e por dedicarem partes significativas de suas análises à

escrita da história. A intenção da apresentação proposta no primeiro capítulo é de cercar e delimitar o objeto de análise da tese, trabalho que realizarei ao final deste capítulo.

Uma das características que se destacam nos termos coligatórios é seu caráter teórico. Então seguem as dúvidas: A que se deve esse caráter? Será que os termos coligatórios são os termos teóricos da História? É o que inicialmente me proponho a pensar no capítulo 2. Para responder a essa questão preciso me apropriar de ferramentas da Filosofia da Ciência em diálogo com a Filosofia da História. Uso para isso as definições e características dos termos teóricos indicadas por Roman Frigg (2022).

No que se refere a filosofia da história, autores como Frank Ankersmit (1999; 2012) e Jouni-Matti Kuukkanen (2015) já tinham levantado e descartado a possibilidade dos termos coligatórios serem termos teóricos, mas como não fiquei convencida, resolvi refletir a respeito. Apresentarei outros argumentos para descartar a ideia, e, na sequência, outra alternativa será explorada. A teoricidade dos termos coligatórios deverá ser explicada por outra razão: É possível que os termos coligatórios indiquem modelos em História? Essa alternativa surge devido à função de representação executada pelos referentes dos termos coligatórios, característica notada e explorada por Ankersmit; e pelo caráter construtivista dos possíveis referentes dos termos, aspecto destacado por Kuukkanen. Em poucas palavras, a coligação, realizada pelo historiador, construiria um modelo na tentativa de representar o domínio alvo (processo histórico/particular complexo). Nessa reflexão contarei com as propostas do filósofo Henrique de Araújo Dutra (2005) e da filósofa Amie Thomasson (2020) sobre modelos na ciência.

Talvez os termos coligatórios se refiram a modelos. Contudo, para verificar tal possibilidade precisamos entender como funciona a referência, e que elementos são necessários para que uma referência ocorra de modo satisfatório. Para isso utilizarei as Teorias Filosóficas da Referência as expondo a partir dos textos de filósofos representantes, começando pela teoria indireta de Gottlob Frege (1892), segundo a qual um nome (sinal) sempre expressa sentido e, se houver, indica um referente. Essa teoria é indireta pois entre o nome e o referente há esse componente intermediário que auxilia na seleção do referente, o qual o filósofo chamou de sentido. Depois será a vez da teoria direta ou causal-histórica de Saul Kripke (1972), nesse caso o nome é fixado, normalmente, por um batismo inicial por contato causal que envolve o sujeito que fixa a referência e o referente nomeado, depois essa referência é transmitida por uma cadeia de comunicação até o seu uso contemporâneo. Não há, segundo essa teoria, um elemento intermediário que auxilie os falantes na seleção do referente, por isso ela é chamada de teoria direta. E, por fim, a teoria híbrida de Gareth Evans (1973) será apresentada. Essa teoria é

interpretada como híbrida por apresentar o elemento causal, presente na teoria de Kripke, mas indicar que associado ao nome há uma espécie de dossiê de informações compartilhado pela comunidade de falantes que colabora no processo de referência. Este dossiê é compreendido como um elemento intermediário entre nome e referente, o qual sinalizaria o aspecto indireto da teoria. Este trabalho é o foco do capítulo 3 e tem como principal objetivo oferecer condições para posterior análise da referência dos termos coligatórios, proposta a ser realizada na sequência.

Iniciarei o capítulo 4 analisando se a teoria causal da referência tal como foi proposta por Kripke responde ao funcionamento da referência dos termos coligatórios. Optei por iniciar com esta teoria porque ela é vista como a proposta mais proeminente na atualidade, isto é, grande parte dos filósofos da linguagem entendem que o ‘esboço’ feito por Kripke em 1973 explica de forma mais intuitiva, elegante e satisfatória a referência de nomes próprios. Como notado, no primeiro capítulo, os termos coligatórios parecem indicar particulares considere, portanto, que a teoria causal também pudesse explicar a referência desses termos. Na sequência analisarei se no processo de referência dos termos coligatórios há algum elemento intermediário entre a expressão e o referente, algo que pudéssemos entender como o *sentido* da expressão, de forma semelhante ao que foi proposto por Frege. Por último, a teoria híbrida de Evans será explorada a fim de perceber se há algo como um dossiê na relação de referência dos termos coligatórios. Outro objetivo deste último capítulo é indicar se podemos afirmar que termos coligatórios se referem a modelos, ou mais precisamente, onde estariam esses modelos no processo de referência dos termos coligatórios.

O interesse pelo tema veio com a leitura do capítulo “Representação e Referência” de Ankersmit (2012). Naquela ocasião havia defendido a dissertação do mestrado na qual pesquisei as Teorias Filosóficas da Verdade em dois historiadores do final do século XIX e início do XX. Meu entusiasmo pelo assunto da dissertação tinha chegado no limite e estava a vasculhar um novo, que atendesse minhas inclinações de pesquisa. E foi o que ocorreu durante a leitura do capítulo citado. Nesse texto, Ankersmit indica que os termos ‘Renascimento’ e ‘Iluminismo’ não possuem o mesmo status ontológico que ‘Napoleão’, que eles, na verdade, organizam o nosso conhecimento sobre o passado, embora não possuam um correspondente no próprio passado. Poderia ter investigado, nesse caso, a ontologia envolvida nesse problema. Mas fui cativada pela questão da referência. Ankersmit continua dizendo que quando nos referimos a eles acreditamos que eles se referem, quando de fato não referem, o que o autor chamou de ‘ilusão referencial’. Além disso, afirmou que para dar continuidade ao entendimento da referência no caso da história deveríamos suspender por ora o que já foi proposto sobre

referência pela filosofia da linguagem anglo-saxã. O autor elabora explicações relevantes e convincentes para suas teses; as apresentarei no primeiro capítulo. Contudo, não estando persuadida, resolvi investigar se as teorias filosóficas da referência já propostas podem, ou não, contribuir na explicação da referência dos termos coligatórios. Portanto, o problema central desta tese é: Alguma teoria filosófica da referência consegue explicar satisfatoriamente o processo de referência para os termos coligatórios? Para responder ao problema, é preciso saber o que são os termos coligatórios, examinar o caráter teórico atrelado a eles, e, por fim, refletir como funciona a referência desses termos. Esses serão meus objetivos ao longo do trabalho sempre tendo em vista a prática historiográfica.

Concluo ressaltando a relevância dessa pesquisa. A História é um campo fértil para análises filosóficas de todas as ordens. Entre elas, optei por explorar questões relacionadas à linguagem porque entendo que a História resulta da relação intrincada entre pesquisa científica e narrativa. Isto significa que, a escrita da história é de fundamental importância para compreensão da disciplina. Nessa direção, os termos coligatórios se apresentam como um dos mais interessantes temas relacionados à escrita da história. Entre os autores consultados, a maioria relata a essencialidade e a relevância desses termos para a História¹. Minha intenção, portanto, é oferecer contribuições para a Filosofia da História a partir das ferramentas da Filosofia da Linguagem e da Ciência.

¹ Podemos constatar a relevância dos termos coligatórios nos seguintes trechos: “Ora, esse processo de ‘Coligação’ [...] é certamente uma peculiaridade do pensamento histórico, sendo, em consequência, de grande importância quando estudamos a natureza da explicação histórica” (WALSH, 1878, p. 24); “Visto corretamente, a coligação desempenha um papel fundamental aberto e velado na escrita da história” (CEBIK, 1969, p. 57); “esses termos são indispensáveis para qualquer discussão histórica racional, e a discussão racional sobre eles é possível” (ANKERSMIT, 2012, p. 206); “Mais importante, remover conceitos coligatórios da historiografia neutralizaria sua linguagem e significaria perder as características mais interessantes e poderosas da historiografia. A historiografia está repleta de conceitos coligatórios: ‘Antiguidade’, o ‘Renascimento’, o ‘Barroco’, o ‘Iluminismo’, a ‘Segunda Guerra Mundial’, a ‘Finlandização’, a ‘Guerra Fria’, a ‘Revolução Industrial’, a ‘Revolução Científica’, etc. (KUUKKANEN, 2015, p. 106).

CAPÍTULO 1

OS TERMOS COLIGATÓRIOS NA FILOSOFIA DA HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM PANORÂMICA

Este capítulo apresenta uma seleção² das principais contribuições sobre coligação e termos coligatórios na filosofia da história. Os objetivos do capítulo são: introduzir e situar o leitor no debate, travado sobretudo em língua inglesa; e ao mesmo tempo, identificar questões a serem respondidas ao longo deste trabalho. Se espera que o leitor, assim como ocorreu com a autora, se sinta provocado e inclinado na busca por respostas. Nesta revisão da literatura filosófica minha participação ocorreu na tradução, no estabelecimento de conexões entre os autores, em reflexões situadas e na identificação de questões ainda não exploradas. A tese investirá numa resposta à questão da referência, outras questões, contudo, permanecerão abertas para pesquisas futuras, ou para serem analisadas por demais interessados no tema. O percurso inicia com uma breve introdução, segue com apresentação da noção de coligação para William Whewell (1847), filósofo que a inaugurou, e vai até Jouni-Matti Kuukkanen (2015), filósofo que tratou mais recentemente do assunto. Por último, apresenta uma sugestão de delimitação para termos coligatórios e as considerações parciais do capítulo.

As reflexões filosóficas sobre a história podem ser divididas, resumidamente, em dois campos: um deles concebe ‘história’ enquanto o resultado do esforço intelectual na compreensão de eventos e processos históricos – a historiografia se situa nesse campo visto que é o resultado desse esforço –; e o outro, reflete sobre a própria natureza da história, compreendida, nesse último caso, enquanto fenômeno/realidade ou como condição daquilo que é histórico³. O limite entre esses campos é uma linha tênue, na medida em que para realizar

² Há muitos filósofos da história que tratam indiretamente do assunto, mas optei em apresentar aqueles que refletem diretamente sobre o tema, os quais apresentam contribuições mais interessantes. Esses autores citam a expressão ‘termos coligatórios’ ou ‘conceitos coligatórios’ em seus textos e entre eles, Walsh, Ankersmit e Kuukkanen são os que mais se dedicaram ao tema.

³ Walsh (1951) propôs uma distinção entre filosofia crítica, posteriormente também chamada de analítica, e filosofia especulativa/substantiva da história. Essa distinção foi largamente utilizada ao longo do século passado, embora tenha enfrentado várias objeções com as quais concordo. Segundo sugerido por Walsh, a filosofia crítica se concentraria na prática da ciência histórica, abordando temas como: verdade, objetividade, explicação, etc. Enquanto a especulativa, se dedicaria ao estudo da natureza da história abordando temas como: causalidade, leis, direção, significado, etc. Alviezer Tucker (2009, p. 3) afirma que essa distinção é insatisfatória, vaga e obsoleta, além do termo ‘especulativa’ ser “um termo de abuso”. Para evitar essa distinção e decorrentes equívocos, ele propõe uma nova terminologia distinguindo filosofia da história da filosofia da historiografia. A filosofia da historiografia pode ser tratada como uma filosofia da ciência histórica, ela se interessa pelas condições do conhecimento histórico – assim como a filosofia crítica pretendia fazer –, também se concentra na análise da linguagem – tal como a filosofia analítica –, mas como “filosofia da ciência faz muito mais do que a análise da linguagem e dos conceitos, examina a epistemologia do nosso conhecimento da história, a relação entre evidência e historiografia, a confiabilidade dos métodos que os historiadores usam para inferir crenças sobre o passado, e assim por diante [...]” (TUCKER, 2009, pp. 3-4). Patrick Gardiner também já havia criticado a distinção entre filosofia crítica e especulativa da história, e menciona que, talvez, a pior impressão causada por ela foi a de que os

determinadas reflexões os objetos de um campo se sobrepõem, ou dependem, das noções do outro. De todo modo, aqui se pretende fazer uma análise filosófica centrada na historiografia, mais especificamente, nos resultados escritos da prática de pesquisa em história humana, os quais, geralmente, são apresentados em forma de narrativa.

As narrativas, produzidas pelas investigações históricas, são motivadoras de indagações filosóficas, assim como os demais aspectos que envolvem a pesquisa e circulação do conhecimento produzido pela ciência histórica. Há nesses textos expressões que, possivelmente, fazem referência a processos históricos particulares, os quais assumem o papel de sujeitos nessas narrativas. Essas expressões são denominadas ‘termos coligatórios’ na história da historiografia e filosofia da história, e serão o objeto de análise na tese. Em poucas palavras, os termos coligatórios são expressões sintetizadoras usadas na historiografia para subsumir determinado conjunto de eventos⁴. Por exemplo, os eventos como a queda da Bastilha, a morte de Luís XVI, a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a formação do partido Jacobino, etc, foram aglutinados e compõem um processo histórico particular referido pelo termo ‘Revolução Francesa’. Outros exemplos de termos coligatórios são as expressões ‘Segunda Guerra Mundial’, ‘Renascimento’, ‘Guerra-Fria’ e ‘Conjuração Mineira’.

A palavra ‘coligar’ vem do Latim *colligo* que significa ‘reunir, ajuntar, apanhar’. Ela foi usada como um termo técnico/filosófico na obra *Philosophy of Inductive Sciences, founded upon their History* (1840) de William Whewell. Nesta obra, o filósofo refletiu extensivamente sobre indução e como esse método funciona nas ciências. A indução, resumidamente, consiste em estipular uma regra geral, ou uma conclusão, a partir de experiências particulares semelhantes e repetidas. Whewell destacou que ingenuamente se acredita que na indução “a proposição geral resulta de uma mera justaposição dos casos, ou no máximo, de mera junção [...]”, quando na verdade, o que acontece é que:

filósofos especulativos se baseavam em “suposições a priori não examinadas [...] mesmo quando (como era frequentemente o caso) alegavam conformidade com os cânones de raciocínios aceitos” (1974, p. 2). As reflexões desenvolvidas nesta tese se enquadram na filosofia da historiografia, tal como foi sugerida por Tucker. Contudo, optamos por manter a expressão “filosofia da história” visto que ela é consolidada na tradição filosófica, e por entender que o termo ‘história’ pode ser duplamente concebido, enquanto conhecimento histórico produzido e enquanto realidade/fenômeno.

⁴ Podem integrar também produtos culturais, por exemplo, a pintura Monalisa é parte do Renascimento. Embora a suspeita é que esses produtos culturais reunidos sob o termo “coligatórios”, sejam como o conceito indica ‘produtos’ de um processo histórico que desencadeou alterações, sobretudo, no âmbito cultural. Ou seja, se pensarmos em termos de graus, parece que a ação de Leonardo da Vinci pintar a Monalisa e o produto cultural que resultou dessa ação são mais distantes, figurando até como efeitos, se comparado às ideias compartilhadas por intelectuais e artistas do Renascimento. Termos coligatórios também podem aglutinar ações menos complexas que eventos, como foi citado a ação de pintar um quadro em determinado estilo pode integrar o possível referente complexo do termo coligatório.

Os fatos particulares não são meramente trazidos juntos, mas há um Novo Elemento adicionado à combinação pelo próprio ato de pensamento pelo qual eles são combinados. Há uma concepção da mente introduzida na proposição geral, que não existia em nenhum dos fatos observados. (WHEWELL, 1847, p. 48)

Esse ato do pensamento que combina e junta os fatos particulares, o filósofo chamou de coligação. Segundo Whewell, “podemos aplicar este termo [coligação] para todo caso em que, por um ato do intelecto, estabelecemos uma conexão precisa entre os fenômenos que se apresentam aos nossos sentidos” (1847, p. 36). Portanto, a coligação é parte constitutiva do processo de indução.

Outras duas características da concepção de Whewell sobre coligação são seu aspecto prolongado e a realização de um duplo movimento. Elas são correlacionadas e foram indicadas por Jutta Schickore, ao destacar a contribuição do filósofo para os debates sobre descoberta científica. A comentadora afirma que uma das principais contribuições de Whewell foi separar a descoberta científica em três momentos. O primeiro momento é o criativo, ou de um “pensamento feliz”, como dizia Whewell. Em outras palavras, uma pessoa preparada (um cientista) em um determinado contexto conseguirá notar elementos que outros, talvez, não notassem – o chamado momento “Eureka” –. O segundo elemento da descoberta é a coligação, ela une os fatos mediante um ato do intelecto. Um conjunto de fatos é coligado quando é unido [*bound together*] por uma concepção geral. De acordo com Schickore, a coligação é um processo prolongado e realiza um duplo movimento. Ao ligar os fatos, através de uma concepção adequada, os cientistas se voltam, ao mesmo tempo, aos fatos e à ideia/concepção que os coligou, tornando os fatos mais exatos e a ideia mais clara. Isto quer dizer realizar um duplo movimento, pois a coligação não serve apenas aos fatos, ela funciona a ambos. Ela envolve “a especificação de fatos por meio de observação sistemática, medições e experimentos e, por outro lado, o esclarecimento de ideias por meio da exposição das definições e axiomas que estão tacitamente implícitos nessas ideias” (SCHICKORE, 2018). Uma vez realizada a coligação, os cientistas não encerram o processo, ele se prolonga nesse duplo movimento dos fatos à concepção e da concepção aos fatos.

A parte final da descoberta, ou terceiro elemento, é a verificação da coligação. Essa verificação permite afirmar se a concepção utilizada é, ou não, a mais apropriada. A coligação é bem sucedida “se os fatos têm a mesma relação na hipótese que têm na realidade; se os resultados de nossas suposições concordam com os fenômenos que a natureza nos apresenta.” (WHEWELL, 1847, p. 45). Para Schickore (2018) a verificação da coligação implica em explicar os dados, mas também envolve julgar o poder preditivo e a simplicidade do resultado da coligação.

A Coligação, em princípio, não foi uma concepção proveniente de reflexões filosóficas sobre a história. Como visto, ao inaugurar o termo, Whewell estava refletindo sobre o método indutivo para as ciências em geral. Quem afirmou que o processo de coligação faz parte do conhecimento histórico, e que os termos coligatórios produzidos pelas coligações são de grande importância para entendermos a natureza da explicação histórica foi William Henry Walsh em *An Introduction to Philosophy of History* de 1951. Neste texto, Walsh declara estar seguindo Whewell e afirma que o historiador, assim como os cientistas, consegue agrupar acontecimentos segundo ideias adequadas. Embora, como veremos na sequência, a coligação em história tenha assumido alguns contornos próprios. Para Walsh, “diferentes acontecimentos históricos podem ser considerados reunidos num processo único, como um todo de que são parte e ao qual pertencem de uma forma especialmente íntima” (1978 [1951], p. 24). E quando isso ocorre estamos diante de uma coligação em história.

Para expor com mais detalhes a noção de coligação e de termos coligatórios o texto apresentará, a seguir, as principais ideias sobre o assunto presentes na filosofia da história.

1.1 COLIGAÇÃO PARA WALSH (1951; 1967)

Walsh, como mencionado, foi quem introduziu a noção de coligação em História. Ela apareceu, pela primeira vez, no artigo de *The Intelligibility of History* de 1942. Nesse texto, o autor não esclareceu a noção, somente indicou que a inteligibilidade em história está intimamente relacionada à coligação. Ao analisar um grupo de ações, o historiador tenta encontrar alguma unidade que as permeia. “Para usar a linguagem que se tornou famosa em uma conexão diferente por Whewell e Mill, ele ‘coliga’ diferentes eventos de acordo com ‘concepções apropriadas’” (1942, p. 133), e conclui afirmando que quanto menos o historiador conseguir estabelecer essa unidade e encontrar a inter-relação entre as ações, menores serão as chances de inteligibilidade.

Walsh dedicou maior atenção ao tema em outros dois textos: o primeiro está presente no livro de 1951, e se trata de um breve subtítulo do capítulo sobre “Explicação Histórica”; já o segundo, é um artigo publicado posteriormente, em 1967, intitulado “Colligatory Concepts in History”. Nesse último, o autor promoveu autocríticas quanto a sua concepção de coligação revisando algumas de suas afirmações e postulando novas.

Ao introduzir a noção de coligação, Walsh enfatizou seu caráter explicativo. Segundo ele, quando o historiador quer explicar determinado processo histórico, ele “procura inteligibilidade na história agrupando os acontecimentos segundo ideias adequadas” (1978, p.

61). Primeiro, o pesquisador percebe que, a partir de certa ideia, influente na época em que ocorreu os eventos, determinados acontecimentos “podem ser agrupados como parte de uma mesma política ou movimento” (1978, p. 61). A ideia adequada para agrupar os acontecimentos estaria, nessa perspectiva, presente nos próprios processos. Walsh abandonará esse pensamento no artigo posterior, isso porque muitas das ideias que usamos para coligar, como ele mesmo afirmará, estão disponíveis apenas no presente e não estavam à época em que os eventos ocorreram.

Uma singularidade do seu pensamento, nesse primeiro texto, consequente da ideia apresentada no parágrafo acima, foi afirmar que os processos históricos reunidos sob um termo coligatório, se não são teleológicos, são semiteleológicos. O caráter semiteleológico dos processos históricos tem relação com a conclusão do autor que trata ‘a política de autoafirmação nazista’ como uma expressão coligatória e ‘Iluminismo’ como um termo não coligatório. Para compreender esse ponto é necessário expor com mais clareza o que o autor aceitava como fator de coligação. Segundo ele, os historiadores se interessam pelas ações e toda ação está vinculada a um pensamento ou ideia, que por sua vez, é o que permite realizar a coligação. Isto é,

Porque as ações são, de um modo geral, a realização de propósitos e porque um propósito ou política únicos podem encontrar expressão em toda uma série de ações, realizadas por uma pessoa ou várias, é que podemos dizer que certos fatos históricos estão intrinsecamente relacionados. (WALSH, 1978, p. 58)

Considerando ‘ação’ e ‘propósito’ os historiadores conseguem perceber as relações entre os acontecimentos individuais – a reocupação da Renânia por Hitler em 1936, o repúdio ao desarmamento unilateral, o afastamento das ligas das nações, entre outros – e a contribuição destes para a realização de um propósito, a saber, ‘a política de autoafirmação nazista’. Mas nem tudo na história é fruto de ações deliberadas e possui propósitos coerentes. Por essa razão, ‘Iluminismo’, diferente dos termos coligatórios, se refere a um movimento que caracteriza determinada época e não é a expressão de um processo coerente.

Entretanto, esse caráter semiteleológico, manifesto nos processos históricos por um propósito, não foi citado no artigo de 1967. Embora Walsh tenha enfatizado a ideia de ‘processo’ e ‘movimento’, ele afirmou que os resultados podem diferir das aspirações iniciais. De fato, o fim de um processo histórico pode ser bem diferente daquilo que os agentes pretendiam realizar no seu início. Nesse segundo texto ele ressalta, sobretudo, o papel do historiador na coligação dos eventos. Antes a ideia era que os eventos estavam unidos de forma “especialmente íntima” (1978, p. 24), aqui ele declara que há “apenas uma unidade relativamente frouxa” (1974 [1967], p. 135). Ou seja, na versão anterior a unidade parecia ser evidente, já na segunda versão, tal conexão exige maior agência do historiador.

O historiador e o leitor confrontam o que parece ser uma massa de material amplamente desconexa, e o historiador então passa a mostrar que isso pode fazer sentido ao revelar certos temas ou desenvolvimentos abrangentes. Ao especificar o que estava acontecendo na época, ele soma os eventos individuais e nos diz como aceitá-los. (WALSH, 1974, p. 136)

A questão que surge a essa altura é: o que permite tal coligação? A coligação é uma projeção do historiador, ou se trata de uma descoberta? Ou ainda, a coligação resulta da interação entre o sujeito (historiador) e o objeto (passado histórico)? Se recorrêssemos a Whewell para responder a essa pergunta, a terceira opção seria a mais coerente, uma vez que, para ele, a coligação é fruto do intelecto do cientista em constantemente relação com os fatos. Mas, se pautarmos nossas conclusões na perspectiva de Walsh apresentada no texto de 1951 a coligação é resultado de uma descoberta do historiador. Entretanto, não temos a pretensão de oferecer respostas a essa questão, já que nosso interesse recai sobre os termos coligatórios, a pergunta que nos cabe é: Como um termo coligatório é escolhido/elaborado? A escolha do termo importa para o sucesso referencial? Mesmo sem o propósito de responder a questão que abre este parágrafo, supomos que, ao refletir sobre o procedimento referencial, – reflexão a ser realizada no quarto capítulo – nosso conhecimento sobre coligação em história possa ser aprimorado.

Outro aspecto revisado por Walsh, nesse segundo texto, é a ênfase do papel explicativo que a coligação possui. O autor permanece valorizando a característica explicativa da coligação, todavia ele afirma que, ao coligar, o historiador não apenas explica como os processos históricos ocorreram, mas diz quais processos ocorreram, em outras palavras, ao coligar o historiador responde ‘como’ é ‘o que’ aconteceu (1974, p. 136). Esse pensamento é especialmente significativo aos interesses dessa pesquisa porque a pergunta como os termos coligatórios se referem é central. E, ao explicar como ocorre a fixação da referência, estaríamos na direção de uma resposta. Então, será que a fixação da referência ocorre como sugerido por Walsh? Quer dizer, ao coligar um processo histórico o historiador diz o que ocorreu, delimitando ou circunscrevendo um particular e lhe atribuindo um termo coligatório? Agora, se ao coligar o historiador também explica como ocorreu tal processo histórico, a questão que surge é: ao que essa explicação se vincula? Ela advém dos tipos de eventos coligados pelo termo – eventos iniciais (configurariam causas), eventos posteriores (configurariam consequências) –? Ou está, de alguma forma, relacionada ao termo coligatório? Conforme anunciado, a pesquisa buscará responder a última questão. Em outras palavras, queremos saber o que está em jogo quando um mesmo processo histórico é chamado de ‘Guerra Farroupilha’ ou ‘Revolta Farroupilha’. Esses

dois termos indicam o mesmo processo, mas possuem ‘sentidos’⁵ diferentes? As reflexões desenvolvidas no capítulo três se concentrarão, entre outros aspectos, na noção de sentido.

Walsh ainda comenta que os termos são escolhidos pelos historiadores em retrospectiva, ou seja, do presente para o passado. E essa é uma vantagem do historiador em comparação ao cientista social, pois o primeiro já consegue notar os resultados dos processos, enquanto o segundo ainda presencia o desenvolvimento dele. Por ser escolhido em retrospectiva o termo coligatório utilizado é inteligível para nós, “mas teria pouco ou nenhum significado para as pessoas cujas atividades e experiências eles pretendem resumir” (1974, p. 137). Esta citação também é cara à nossa pesquisa, pois ao nos perguntar sobre a referência de um termo coligatório, também perguntamos sobre seu significado. Então, qual é significado de um termo coligatório? Esse significado⁶ se resume ao processo que ele indica, ou, ao nomear os processos retrospectivamente os historiadores escolhem determinados termos devido o significado que eles já possuem para ele, leitores e comunidade de historiadores? Se a resposta à segunda questão for positiva, esse significado cumpre algum papel na relação referencial? Isto é, ao utilizar o termo ‘Renascimento’ Jacob Burckhardt⁷ batizou determinado processo e hoje o analisando em retrospectiva notamos semelhanças entre o ocorrido, sobretudo, na Itália entre os séculos XIV e XVI, e a Antiguidade Clássica? Ou, ao utilizar esse termo, Burckhardt tencionava indicar que tal processo foi um ‘renascimento’ de características da Antiguidade Clássica? Colocando em outras palavras, o termo ‘Renascimento’ possui um significado que permita, aos demais historiadores e leitores, o reconhecimento do possível referente do termo?

Outro aspecto proposto por Walsh que cabe destacar é a concepção dos referentes dos termos coligatórios como “particulares complexos”, ou como “universais concretos”, e nesse segundo caso, utiliza tal conceito segundo o que foi proposto por Hegel (WALSH, 1974, pp. 142-144). O aspecto particular do referente dos termos pode ser percebido no discurso histórico. Eles assumem o papel de sujeitos particulares nas narrativas, por exemplo na frase: “A Revolução Francesa provocou mudanças sociais e políticas na França ao longo do século XIX”,

⁵ Adoto ‘sentido’ nos termos de Frege, isto é, entre o nome (sinal) e a referência (objeto) há um conteúdo (sentido) que apresenta o objeto. Esse conteúdo auxilia o falante e ouvinte a identificar o objeto ao qual desejam fazer referência. É uma espécie de representação compartilhada do objeto que media a relação de referência. Para mais esclarecimentos consultar o capítulo três desta tese.

⁶ Como veremos adiante, segundo a teoria causal histórica da referência o significado de um nome é somente sua referência e nada mais, já para as teorias descritivistas o significado de nome é composto pela referência (objeto) mais o conteúdo representacional, que anteriormente chamei de sentido. Vou utilizar a noção de sentido sempre que falar sobre esse conteúdo representacional, nesse caso optei por manter a expressão ‘significado’ porque foi a expressão usada por Walsh.

⁷ O primeiro historiador a utilizar o termo ‘Renascimento’ foi Jules Michelet em *Histoire de France* (1855), mas Jacob Burckhardt foi o responsável por ratificar e popularizar o uso do termo.

o termo ‘Revolução Francesa’ denota um sujeito e é atribuído um papel causal ao possível referente do termo. Isso quer dizer, seu possível referente “provocou mudanças sociais e políticas na França ao longo do século XIX”. E é complexo porque é composto, em outras palavras, um processo histórico (A revolução Francesa) é composto por vários outros eventos (a queda da Bastilha, a morte de Luís XVI, a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, etc). Além disso, cada “particular complexo” possui também “uma extensão temporal e também espacial” (1974, p. 143). Eles são “Estados de coisas complexos que estão mudando sistematicamente como resultado do esforço humano ou da falta dele”, isso quer dizer que “eles não são estáticos” (1975, p. 143). Por fim, embora existam outros particulares complexos, os objetos de interesse dos historiadores são peculiares na medida que eles mesmos possuem uma história.

Como mencionado, de acordo com Walsh, o referente dos termos coligatórios também poderia ser concebido como um “universal concreto” nos termos de Hegel. Essa possibilidade é um tanto mais obscura se comparada à anterior. O “universal concreto” para Hegel difere do já conhecido universal abstrato. Uma das diferenças é que o universal abstrato é uma categoria oposta à categoria de particular. Enquanto o universal abstrato “são em essência repetíveis, exemplificáveis, ou predicáveis de algo; [os] particulares, [...] não são repetíveis, exemplificáveis, ou predicáveis do que quer que seja” (BRANQUINHO, 2005, p. 709). ‘Vermelho’ é um exemplo de universal abstrato enquanto ‘William Walsh’ é um exemplo de particular concreto. O universal abstrato é uma espécie de objeto abstrato como propriedades ou atributos, enquanto o particular é um objeto concreto. Entretanto, para Hegel há, além de universais abstratos como ‘vermelho’, os universais concretos como ‘rosa’ (flor) e ‘homem’. Esse universal, diferente do universal abstrato, não se opõe a particulares e também não trata os particulares como “pacotes” ou como “substratos nus” esperando para instanciarem propriedades. Por exemplo, “uma rosa não é uma rosa individual em virtude de exemplificar o ‘vermelho’ universal abstrato, ao passo que é uma rosa individual em virtude de exemplificar a ‘rosa’ universal concreto” (STERN, 2007 p. 132). Suponha que você esteja vendo uma única rosa em um vaso, esta rosa individual exemplifica o ‘vermelho’ (universal abstrato) e é uma ‘rosa’ (universal concreto). Da mesma forma ‘William Walsh’ é um particular, que pode instanciar o atributo ‘sábio’ (universal abstrato) e é um ‘homem’ (universal concreto). Pensando agora no caso do referente do termo coligatório ‘Revolução Francesa’ podemos supor, como fez Walsh, que ele seja um universal concreto na medida em que ele não exemplifica uma propriedade, mas na medida em que foi uma ‘revolução’ (universal concreto).

A noção ‘universal concreto’ é mais sofisticada⁸ que a rápida explicação anterior pode sugerir. Embora não seja nosso objetivo aprofundar essa noção, gostaria de ressaltar seu caráter concreto, pois ao pensar nos referentes dos termos coligatórios é intuitivo concebê-los, por falta de um termo melhor, como ‘entidades concretas’, as quais possuem, inclusive, caráter de agência. Tal caráter é exemplificado por frases do tipo “a Revolução Francesa provocou mudanças sociais e políticas na França ao longo do século XIX”. Porém, supomos que o caráter concreto já esteja contemplado na noção de ‘particular complexo’, e por essa razão não é necessário aprofundar a noção de ‘universal concreto’. Até mesmo porque nosso objetivo principal é refletir filosoficamente sobre a referência dos termos coligatórios, a referência tomada aqui não enquanto o objeto ao qual o termo se refere, mas ao processo referencial. Não ignoramos que ora ou outra o referente dos termos venha a compor nossa reflexão, ainda que não seja o objeto principal.

Um último aspecto apresentado por Walsh que importa destacar é a distinção entre dois níveis de asserções em história. Haveria, segundo o autor, um nível inferior e um superior. Os termos coligatórios compõem, de acordo com essa distinção, as declarações de nível superior, as quais são sustentadas por declarações de nível inferior. Depois de incorporar determinado termo coligatório numa declaração de nível superior, seria possível, por essa razão, produzir uma série de outras declarações de nível inferior que contariam em favor da declaração de nível superior. Apresento alguns exemplos extraídos da obra *A Cultura do Renascimento na Itália* (1860) de Jacob Burckhardt a fim de esclarecer a distinção. Consideremos as seguintes declarações:

- I- Tendo chegado a este ponto de nosso panorama da história cultural, cumpre que nos dediquemos agora à Antiguidade, cujo ‘renascimento’, de maneira unilateral, conferiu o nome à época. (2009, p. 177)
- II- Nas crônicas em hexâmetros e em outras obras a partir de Guiglielmus Appulus, deparamos frequentemente com evidências de um diligente estudo de Virgílio, Lucano, Estácio e Claudiano, [...]. (2009, p. 180)

⁸ Em resumo “[...] o indivíduo não é mais do que uma instanciação de universais (não há indivíduos ‘nus’); mas os universais que constituem o indivíduo não são apenas universais de propriedade, pois estes apenas nos dizem quais atributos o indivíduo possui, não o que o indivíduo é (portanto, a ‘visão de pacote’ é falsa). Os universais de substância [universais concretos] que constituem a natureza do indivíduo enquanto indivíduo não existem em abstrato, mas apenas como particularizados através dos universais de propriedade e, portanto, como instanciados na forma de indivíduos” (STERN, 2007, p. 133). Para mais explicações sobre o conceito de universal concreto Cf. STERN, 2007.

III- A influência dos filósofos antigos sobre a cultura italiana afigura-se ora imensamente ora bastante secundária. O primeiro caso verifica-se em particular quando se examina como as ideias de Aristóteles – principalmente as de sua *Ética* e *Política*, ambas difundidas desde cedo – tornaram-se comuns de todos os italianos cultos, [...]. (2009, p. 235)

IV- A provisão de obras que entusiasmou a geração de Boccaccio e Petrarca compunha-se, essencialmente, dos poetas, historiadores, oradores e epistológrafos latinos mais populares, juntamente com um certo número de traduções latinas de escritos isolados de Aristóteles, Plutarco e mais uns poucos autores gregos. (2009, p. 139)

De acordo com a distinção proposta por Walsh diríamos que a declaração I é uma declaração de nível superior pois apresenta o termo coligatório ‘Renascimento’, enquanto as demais declarações são de um nível inferior e cumprem o papel de sustentar a primeira. Isso porque é razoável falar em ‘renascimento’ da Antiguidade Clássica já que diversas obras latinas e gregas estavam sendo resgatadas, valorizadas e discutidas, como fica evidente nas declarações de nível inferior. Walsh também afirma que as declarações de nível superior [declaração I] pretendem resumir as declarações de nível inferior [declarações II, III e IV], mas essas últimas não implicam a primeira (1975, p. 139). Isso quer dizer que a relação entre declarações que contém termos coligatórios e as demais declarações de nível inferior que as sustentam não é uma relação analítica. Ou seja, não deduzimos a declaração que contém o termo coligatório simplesmente analisando as declarações de nível inferior. Se considerássemos as declarações de nível inferior como premissas, diríamos, segundo o que foi proposto por Walsh, que as declarações de nível superior não se seguem logicamente das premissas. Se voltarmos algumas páginas e lermos novamente a explicação dada por Whewell sobre coligação veremos semelhanças nesse ponto, já que para este filósofo a coligação é parte do processo indutivo. Portanto, as declarações que contém termos coligatórios seriam resultados indutivos e não declarações dedutivas.

Walsh fez muitas contribuições a respeito da coligação em história e dos termos coligatórios. O filósofo possui o mérito de introduzir a noção, mas também de concluir que: I) coligação possui relação estreita com explicação em história, isto significa, que o termos gerados por essas coligações cumprem um papel importante na explicação; II) a coligação depende também do historiador que junta um material, aparentemente desconexo, e nos diz como aceitá-lo; III) o termo coligatório é inteligível e significativo para nós, mas teria pouco ou nenhum significado para os contemporâneos dos possíveis referentes dos termos; IV)

podemos conceber os referentes dos termos como *particulares complexos* ou como *universais concretos*; e por fim V) os termos coligatórios compõem declarações de nível superior dentro na linguagem historiográfica.

1.2 COLIGAÇÃO PARA DRAY (1959), CEBIK (1969) e MCCULLAGH (1978; 2009)

A noção de coligação introduzida por Walsh foi bem recebida e produziu debates posteriores na filosofia da história. Interessado, William Dray escreveu um artigo intitulado “Explaining What in History” (1959) refletindo especialmente sobre o assunto. Mais tarde, outros filósofos da história como Leroy Bruce Cebik no artigo “Colligation and the Writing of History” (1969) e Behan C. McCullagh no artigo “Colligation and Classification in History” (1978) e no capítulo intitulado “Colligation” (2009) também se dedicaram ao tema. Os três tomaram Walsh como ponto de partida, mas desenvolveram algumas teses originais sobre coligação, dialogando também entre si. Veremos na sequência quais são essas teses presentes nos artigos indicados.

No artigo “Explaining What in History” (1959), Dray destacou, assim como Walsh, o papel explicativo dos termos coligatórios. O autor argumenta que a explicação em história ocorre mediante um conceito geral, isto é, o historiador explica algo em história quando encontra uma “classificação satisfatória daquilo que parece exigir explicação” (1995 [1959], p. 495). Dray usa o conceito ‘revolução’ em sua argumentação. Segundo ele, esse é um conceito empírico e quando usado pretende explicar um fenômeno social recorrente, a saber uma revolução. Contudo, esclarece que o poder explicativo do conceito não se deve à sua subordinação a alguma lei geral, do tipo “Sempre que houver um C_1 , C_2 ,... C_n , há uma revolução” (1995, p. 496). Na verdade, o que se quer explicar é um conjunto de acontecimentos e para isso se faz uma generalização explanatória. Essa generalização ocorre por meio de um conceito. Por exemplo, “x, y e z concebidos como um conjunto de acontecimentos ou condições que acarretam um Q.” Esse ‘Q’ é a revolução, cujo termo permite referir coletivamente x, y e z. Depois de feita tal generalização, os historiadores verificam, então, se essa “generalização explanatória” é intelectualmente satisfatória, isto é, avaliam a aplicabilidade do conceito (1995, p. 498-499).

Dray esclarece que sua intenção foi defender que apesar de regularidades, no sentido de que existem acontecimentos recorrentes como guerras, revoltas, revoluções, as explicações em

história não se subordinam a leis gerais⁹. O autor afirma que os historiadores também utilizam outras expressões que não indicam fenômenos recorrentes como é o caso de ‘Renascença’ e ‘Iluminismo’. Entretanto, isso não diminui o poder explicativo dessas expressões já que elas encontram justificação empírica. Isso porque,

De modo logicamente análogo à utilização de conceitos como ‘revolução’, elas autorizam o historiador a incluir uma ampla categoria de fatos num sistema ou numa fórmula, embora não necessariamente numa fórmula que recorre no campo social. (DRAY, 1995, p. 500)

Em resumo, os termos ‘Renascença’, ‘Iluminismo’ também conseguem realizar explicações históricas, “na medida em que fornecem conceitos unificantes satisfatórios, podem ser explicações perfeitamente completas no seu gênero” (1995, p. 501). Não é necessário, portanto, ser um termo que indique fenômenos sociais recorrentes para ser considerado coligatório.

O título do artigo de Dray advém da ideia de que a explicação histórica, intermediada por um termo coligatório, explica antes ‘o que’ em história do que o ‘porquê’, lembrando que Walsh fez uma afirmação semelhante. Contudo, para Walsh, ao usar um termo coligatório, o historiador explica ‘o que’ e ‘como’ aconteceu determinado processo. Os dois, assim sendo, concordam que ao coligar determinados eventos atribuindo um termo coligatório o historiador diz ‘o que’ aconteceu.

Para finalizar, as principais contribuições de Dray ao debate foram: I) quando um termo coligatório é satisfatoriamente utilizado ocorre uma classificação daquilo que se pretende explicar; II) nem todos os termos coligatórios classificam; III) a classificação ocorre mediante a utilização de um termo geral, o qual indica um fenômeno social recorrente; IV) o termo coligatório indica um conceito unificante.

Essas contribuições sugerem um novo problema, visto que, alguns termos coligatórios parecem ser compostos por termos gerais. Recordando, para Dray, termos como ‘revolução’ e ‘guerra’ são gerais e ao serem utilizados indicam fenômenos sociais recorrentes. Já termos como ‘Renascença’ e ‘Iluminismo’ não são gerais, mas ainda cumprem a função de explicar os processos aos quais indicam, tal qual os termos gerais explicam. Todavia, não fica claro se devemos considerar termos gerais como ‘guerra’ e ‘revolução’ como termos coligatórios. Se tomarmos a explicação de Walsh sobre os possíveis referentes dos termos como particulares complexos, não há espaço para termos gerais. Somente seriam aceitáveis termos compostos como ‘Revolução Russa’ ou ‘Primeira Guerra Mundial’. Esses dois últimos pretendem indicar

⁹ Uma das motivações teóricas de Dray ao escrever esse artigo, enunciadas no início do texto, foi a de oferecer uma alternativa a explicação em história sinalizando seu desacordo com o modelo da lei de cobertura de Carl Hempel.

processos particulares, e então, segundo Walsh, estaríamos diante de dois exemplos de termos coligatórios. A pergunta que permanece é: alguns termos coligatórios são compostos por termos gerais? Isto é, o termo ‘Revolução Russa’ é composto pelo termo geral ‘revolução’? A historiografia apresenta vários exemplos de termos coligatórios similares como: ‘Guerra Cisplatina’, ‘Revolta dos Mascates’, ‘Revolução Inglesa’, etc. Se a resposta for positiva, diríamos que o termo geral indicaria um tipo [kind] de fenômeno social? Veremos mais adiante que Jouni-Matti Kuukkanen (2015) oferece uma resposta para esta última questão, de toda forma, ao final deste capítulo, ao propor uma delimitação para termos coligatórios, retornarei ao assunto dos termos gerais.

Dez anos depois do texto de Dray, Cebik publicou o artigo “Colligation and the Writing of History” (1969) retomando a noção de ‘conceito’ introduzida pelo autor anterior. Cebik pretendeu, no artigo em questão, ressaltar o caráter linguístico da coligação. Nessa direção, também resgatou a proposta de Whewell de que quando ocorre uma coligação se introduz um *Novo Elemento* pelo pensamento do pesquisador. Para Cebik esse elemento não é empírico; “Em vez disso, acrescenta (ou talvez melhor, muda) uma estrutura conceitual, uma espécie de discurso. Não se está mais falando (ou usando os conceitos) de fenômenos, mas falando (e usando os conceitos) de ações humanas” (1969, p. 45). Essas ações humanas, ou eventos [x, y e z], não se igualam nem separadamente, nem coletivamente a um Q. Isso significa que depois da coligação há uma informação adicional.

O autor insistiu que essa informação adicional, advinda da coligação, é um fato linguístico e não empírico. Segundo Cebik é “Um fato linguístico sobre o uso de conceitos” (1969, p. 46). Conforme essa perspectiva, não há uma ação ou evento ‘renascentista’, ‘iluminista’ ou ‘revolucionário’ em si. Para esclarecer, a ação ‘decapitação de Luiz XVI’ não é uma ação revolucionária em si, contudo, depois de coligada sob a expressão ‘Revolução Francesa’ a classificamos como revolucionária, e tal classificação é um fato linguístico e não empírico.

Ainda sobre a noção de conceito, Cebik afirmou que todo conceito é convencional e obedece a certos critérios. Quando o historiador utiliza o conceito ‘revolução’ o faz segundo determinados critérios e evidências. São esses critérios, somados às evidências, que sustentam o uso assertivo de determinado conceito. Dito de outro modo, todo conceito possui um conjunto de critérios convencionalmente estabelecidos, e é preciso que as evidências satisfaçam esses critérios para que ocorra a utilização adequada do conceito. Os conceitos para eventos, segundo o autor, poderiam ser chamados de atributivos ao invés de descritivos, isto é, quando o historiador utiliza determinado conceito para um evento está lhe atribuindo uma característica

e não fazendo uma descrição deste. Podemos chamar tais ações de renascentistas, e com razão segundo Cebik, mas somente depois de usarmos justificadamente o conceito ‘renascimento’ (1969, p. 48). Quando o fizermos estamos atribuindo a característica ‘renascentista’ a essas ações.

Ainda para este autor, existem dois usos dos conceitos coligatórios, um uso convencional ou literal, e outro uso que chamou de proposta conceitual. O primeiro uso segue uma espécie de modelo. A aplicação desse modelo explicita a convenção, ou seja, x , y e z são critérios que legitimam afirmar Q . O conceito ‘revolução’ se enquadraria nesse primeiro uso. E esse uso é o mais comum, pense nos vários exemplos: ‘Revolução Francesa’, ‘Revolução Inglesa’, ‘Revolução Industrial’, ‘Revolução Científica’, etc. Note que Cebik utiliza a explicação oferecida por Dray, mas não é totalmente fiel ao filósofo, já que para Dray não há exatamente um modelo a ser seguido. O ‘ x , y e z ’ no caso de Dray são condições que acarretam o uso de um conceito empírico, e para Cebik ‘ x , y e z ’ são critérios para aplicação de um conceito linguístico. No segundo uso, no caso de uma proposta conceitual, é comum o uso de metáforas e analogias. Um aspecto interessante nesse segundo uso é que por ser uma proposta é necessário criar novos critérios para uso desses conceitos. O conceito ‘renascimento’ se enquadraria nesse segundo uso. Considero esse ponto interessante porque é intuitivo pensar que os primeiros historiadores que utilizaram a expressão ‘renascimento’ tenham levado em conta os critérios originais para o uso da palavra, mas é provável que tenham acrescentado novos. Esses novos ‘sentidos’ passaram a contar como critérios na aplicação desse conceito. Um novo possível sentido talvez seja o de ‘renovação cultural’, e é provável que esse novo ‘sentido’ relacionado ao conceito tenha sido seriamente adotado pela comunidade de historiadores, já que utilizaram novamente este conceito e os novos critérios para indicar outros processos históricos como o Renascimento Carolíngio e Renascimento Otoniano. O uso da proposta conceitual é menos comum, conforme indica o autor, mas tem a vantagem da originalidade. Por se tratar de uma proposta conceitual, Cebik esclarece que é necessário explicitar os novos critérios, explicar como está sendo feito o uso do conceito, porque o uso do termo ‘renascimento’, por exemplo, por si só não explica nada.

Ao final do trecho sobre proposta conceitual, o autor indica que entre os conceitos coligatórios há “Aquele que tem como propósito a classificação pode (ou não) classificar com sucesso. Outro pode nomear. Ainda outro pode forçar – como fizeram as revisões de Einstein dos conceitos de espaço e tempo – uma mudança radical nas explicações.” (1969, p. 52). Note que isso sugere que há pelo menos três tipos de conceitos coligatórios: os que classificam, os que nomeiam, e os que provocam uma mudança conceitual. Minha pergunta é se essa divisão é

excludente. Suponho que não. Pensemos no termo ‘Guerra dos Farrapos’, ou no termo ‘Guerra Civil Farroupilha’, ambos vêm substituindo o termo ‘Revolução Farroupilha’ na historiografia. Agora, tanto ‘guerra’ quanto ‘revolução’ parecem indicar um conceito geral o qual classificaria esse processo, segundo a explicação de Cebik. Mas ambos os termos possivelmente dão nome ao mesmo processo histórico. Por fim, será que os historiadores contemporâneos que preferem usar o termo ‘Guerra dos Farrapos’ a ‘Revolução Farroupilha’ não diriam se tratar de uma espécie de mudança conceitual¹⁰?

Em resumo, são três as principais contribuições de Cebik para a noção de coligação em história: I) termos coligatórios indicam conceitos; II) os conceitos são linguísticos e obedecem a critérios consensuais; III) e existem dois usos de conceitos em história, um uso convencional e uma proposta conceitual.

Behan C. McCullagh no artigo intitulado “Colligation and Classification in History” (1978) dialoga, principalmente, com o texto anteriormente comentado de Cebik. Nesse artigo, o autor reafirma a tese de Cebik de que alguns conceitos coligatórios são gerais e que por essa razão classificam os processos históricos coligados por eles. Entretanto os autores discordam quanto à origem da classificação, enquanto para Cebik a classificação deriva da aplicação de critérios conceituais, McCullagh afirma que o historiador descobre o padrão do processo histórico, ou seja, ao nomear usando um termo geral o pesquisador “indica a natureza particular desse processo” (1978, p.171-2). O historiador, ao analisar os eventos, as motivações, as ações envolvidas no processo histórico descobre se ele pode ser classificado como uma evolução ou como uma revolução, por exemplo. Se retomamos o que foi proposto por Cebik notamos que sua ideia era de que essa classificação não derivava dos processos em si, mas do trabalho conceitual do historiador. McCullagh afirma que a classificação de processos históricos é aristotélica no sentido de poder separar gêneros como ‘guerras’ e ‘revoluções’ de espécies como ‘revolução política’, ‘revolução tecnológica’ e ‘guerra civil’. Em resumo, tanto para Cebik quanto para McCullagh a coligação pode classificar processos históricos, mas para o primeiro essa classificação é um trabalho de aplicação de critérios conceituais, já o segundo defende que essa classificação é fruto de uma descoberta realizada pelo historiador.

McCullagh, nesse artigo, também apresentou uma proposta de categorização para termos coligatórios. Segundo essa proposta, alguns termos coligatórios são gerais e outros são singulares: um exemplo dos primeiros é a expressão ‘revolução’, e do segundo é a expressão

¹⁰ Estou entendendo “mudança conceitual” segundo LAPORTE, Joseph. *Natural Kinds and the Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge Press, 2004.

‘Revolução Francesa’. Além disso, o autor sugere que alguns termos são *formais* e outros são *disposicionais*. Os *formais* dizem respeito à forma da mudança histórica produzida pelo processo histórico indicado pelo termo, e os *disposicionais* designam um processo no qual havia um conjunto de disposições e ideias compartilhadas pelos agentes (1978, pp. 271-272). Também há termos coligatórios que são do tipo *singular formal*, ‘Revolução Francesa’ é um exemplo, e termos coligatórios do tipo *singular disposicional*, nesse caso a expressão ‘Renascimento Italiano’ é um exemplo. Há também aqueles que são *gerais disposicionais* como o termo ‘renascimento’. São muitas as categorias para termos coligatórios indicadas pelo autor, e entendo que isso tende mais a dificultar do que esclarecer a natureza desses termos.

O autor reconhece que essas categorias podem se interceptar, o termo ‘Revolução Francesa’, por exemplo, talvez tenha sido usado devido às ideias compartilhadas pelos agentes envolvidos no processo, e não em função da mudança produzida por ele, então a categoria que lhe caberia seria de termo coligatório *singular disposicional*. Contudo, McCullagh argumenta que a mudança produzida pela Revolução Francesa se sobrepõe às ideias compartilhadas pelos agentes, por essa razão o termo adequado é *singular formal*. Esse contra exemplo apresentado pelo próprio autor sinaliza a dificuldade de diferenciar termos formais e disposicionais.

Em um texto mais recente, “Colligation” (2009), McCullagh reforça três das teses presentes no artigo de 1978. A primeira é a distinção entre termos gerais e singulares, a segunda é que os termos gerais são usados para classificar eventos, e a terceira é que essa classificação se trata de uma descoberta. A classificação ganha maior ênfase no texto de 2009, a tal ponto que o autor chega a concebê-la como sinônimo de coligação. A classificação é, segundo ele, a prática de produzir padrões que concedem significados aos eventos, e a essa prática chamamos de ‘coligação’ (2009, p. 152). Entendo, pelo contrário, que a natureza da coligação é justamente coligar eventos, ações, etc., e não classificar. Basta retomarmos o que foi afirmado por Whewell quando introduziu a noção. Suponho que a classificação seja uma consequência derivada da coligação, ou seja, primeiro o historiador faz o trabalho de coligar, depois se neste trabalho utilizou termos como ‘guerra’ ou ‘revolução’, por exemplo, ele pode acomodar esse processo histórico ao lado de outros que já utilizaram estes termos.

Uma novidade apresentada pelo autor nesse capítulo é a ampliação do escopo de coligação. Ele utiliza a expressão ‘o crescimento da liberdade’ como exemplo de expressão coligatória (2009, p. 152). E outros que chamou de “interpretações coligatórias enganosas sobre o caráter das pessoas” (2009, p.155) as quais indicam aspectos admiráveis ou reprováveis. Discordo dessa ampliação de escopo. Considero que esses dois exemplos podem figurar como assuntos ou teses para uma narrativa. O livro de David Hackett Fischer *Liberty and Freedom*

(2005), citado pelo autor, possui como tese central a ideia de que na história americana houve um progressivo crescimento da liberdade, mas isso não faz da expressão ‘o crescimento da liberdade’ uma expressão coligatória. A tese central é sustentada pelas evidências apresentadas pelo autor, quer dizer, eventos podem indicar que houve um crescimento da liberdade, mas não defendendo que por isso esses eventos tenham sido coligados pela expressão genérica ‘o crescimento da liberdade’. Essa ampliação de escopo dificulta a compreensão da noção já que muita coisa poderia ser considerada expressão coligatória, de modo que não seria possível realizar uma delimitação satisfatória sobre o que pode contar como termo ou expressão coligatória.

De todo modo, duas contribuições de McCullagh devem ser mantidas para a discussão ao final do capítulo: I) termos coligatórios gerais classificam eventos; II) a coligação realizada pelo historiador configura uma descoberta.

1.3 COLIGAÇÃO PARA ANKERSMIT (1981; 2012)

Franklin Rudolf Ankersmit escreveu uma dissertação de doutorado intitulada *Narrative logic: a semantic analysis of the historian's language* e a dedicou a Walsh com a seguinte frase: “A William Henry Walsh, cujas ideias ‘coligam’ os fundamentos deste livro” (1981, p. 4). O filósofo sugeriu que seu texto fosse concebido como uma tentativa de elaborar a noção de ‘conceitos coligatórios’ proposta por Walsh (1981, p. 93), noção que foi rebatizada por ele, nesse texto, com o nome de *substância narrativa*.

Ankersmit, a fim de esclarecer o que são *substâncias narrativas*, explicou que passado é descrito, muitas vezes, em termos de entidades indicadas nas narrativas as quais não se referem a coisas do passado. Essas entidades “incorporam o que é comumente chamado de ‘teses sobre o passado’ – deve-se pensar aqui em interpretações abrangentes e panorâmicas de grandes partes do passado (por exemplo, a ideia de que houve uma ‘Revolução Industrial’ no final do século XVIII [...])” (1981, p. 7). Essas entidades são as *substâncias narrativas*. O autor faz a opção pelo termo *substância narrativa* porque o uso de ‘conceito coligatório’ “sugere que certos fenômenos ou aspectos do próprio passado devem ser coligados, ou seja, que conceitos coligatórios (como ‘o Renascimento’ etc.) devem se referir à realidade histórica” (1981, p. 93), ideia da qual ele discorda.

Diferente de Cebik e de McCullagh que entendem, que o termo ‘Renascimento’ indica um conceito, Ankersmit o concebe como se referindo a uma coisa. O termo indica não um conceito, mas uma substância que possui uma existência narrativa. Segundo o autor,

‘Renascimento’ designa uma entidade linguística (1981, p. 93). Os enunciados presentes nas narrativas constituem essa *substância narrativa* que passa a ser referida pelo termo.

Ainda na introdução de sua dissertação, Ankersmit afirma que está “provado que as substâncias narrativas não se referem a (aspectos do) passado” elas não possuem essa capacidade, diferente de expressões como ‘esta cadeira’ e ‘este ser humano’” (1981, p. 7). Mas por que o filósofo insiste que essas *substâncias narrativas* não têm capacidade referencial? Isso ocorre porque elas possuem somente uma existência narrativa, portanto os termos que as denotam não têm capacidade de fazer referência a algo no passado. Eles denotam a substância que foi constituída a partir dos enunciados presentes na narrativa e não uma realidade passada.

Na esteira da explicação acima, Ankersmit afirmou que por não denotarem coisas ou aspectos de coisas que existiram na realidade (1981, p. 104) e por estarem sempre relacionadas a situações históricas específicas (1981, p. 101) esses termos não são análogos aos termos teóricos conhecidos nas ciências. Quanto à função que desempenham, um crítico, segundo o autor, poderia argumentar que ambos “têm a tarefa de organizar nossa experiência: os conceitos teóricos organizam nossa experiência da realidade física, enquanto as ‘substâncias narrativas’ fazem algo semelhante para nossa experiência da realidade histórica [...]” (1981, p. 101). No próximo capítulo discutirei em que medida podemos comparar termos coligatórios com termos teóricos, ou seja, em quais características se eles se aproximam e em quais eles diferem. Mas anuncio minha concordância com o crítico hipotético de Ankersmit: quanto à função, termos coligatórios e termos teóricos parecem desempenhar papéis semelhantes.

No livro mais recente intitulado *Meaning, truth and reference in historical representation* (2012), Ankersmit reflete novamente sobre a lógica presente na escrita da história, mas substitui o vocabulário. Não fala mais em *substâncias narrativas*, mas de *representações*. Para o filósofo, as narrativas históricas produzem *representações* e são muitas as *representações* de temas como Revolução Russa, Revolução Francesa. Cada representação desses temas apresenta um aspecto da realidade.

Para desenvolver a noção de aspecto, o filósofo compara as representações produzidas pelas narrativas às representações pictóricas, e oferece como exemplo algumas representações feitas sobre Napoleão. Essas representações variam porque não foi o próprio Napoleão representado, mas cada representação apresentou um aspecto dele. Na representação do cartunista James Gillray, o representado foi Napoleão ‘como imperador’, que dividia com a Inglaterra a influência sobre as demais regiões do globo no cartoon *The Plumb-pudding in danger* (1805); enquanto na obra *Bonaparte franchissant le Grand Saint-Bernard* (1802), de Jacques Louis David, o representado foi Napoleão ‘como general heroico’ (2012a, p. 69). É

notável que nesse segundo livro, diferente de sua dissertação de doutorado, a *representação* [antes chamada *substância narrativa*], ainda que não se refira a um aspecto do mundo, pelo menos o apresenta.

A tese de que a representação, apesar de não se referir ao aspecto o *apresenta*, nos reporta à noção Fregeana de sentido. Isso porque para Frege, na relação de referência há um sinal (nome) que remete a um modo de *apresentação* (sentido) do objeto (referência/referente). Esse modo de apresentação importa na medida que ele *apresenta* o objeto sob esse modo, garantindo o sucesso referencial. No caso da representação, Ankersmit dá ênfase ao modo de apresentação (sentido) sob o nome de ‘aspecto’. A pergunta que permanece é: e o referente? Será que o referente pode ser o aspecto (o sentido, nos termos fregeanos)? O terceiro capítulo desta tese vai analisar mais atentamente a noção de sentido e veremos, posteriormente, se estas questões encontram respostas satisfatórias.

Ankersmit alerta que no caso de biografias históricas, costumamos nos confundir, tomando o representado como sendo o agente histórico ao invés de seu aspecto, e no caso de conceitos históricos como ‘Renascimento’ e ‘Iluminismo’ cometemos um erro semelhante. Nesse último caso, o erro é postular entidades correspondentes a estes termos no próprio passado, da mesma forma que o nome próprio ‘Napoleão’ nos aponta o Napoleão histórico e não seus aspectos (2012a, p. 82).

Uma tentativa de evitar esse erro é comparar esses termos com metáforas (2012a, p. 73). Há metáforas que convidam os leitores a ver parte do passado a partir do que comumente associamos a determinadas palavras, é o caso de ‘renascimento’ e de ‘iluminismo’. Há uma semelhança estrutural entre a metáfora e os conceitos históricos, assim como a metáfora e a *representação* [tomada aqui como sinônimo desses conceitos], em todos os casos há uma “operação de três lugares”. O autor usa o seguinte exemplo: pense na metáfora ‘a Terra é uma nave espacial’, a metáfora 1) ‘a Terra é uma nave espacial’ propõe ver 2) ‘a Terra’ como 3) ‘uma nave espacial’. O conceito 1) ‘Iluminismo’ utilizado em uma narrativa propõe ver 2) ‘o quadro intelectual do século XVIII’ em termos de 3) ‘uma iluminação’ (2012a, p. 74-5). Outra forma de evitar o erro de postular entidades correspondentes aos conceitos históricos é pensar na representação como uma imagem. A representação é uma espécie de projeção de imagem realizada pelo historiador. Ao escrever uma narrativa histórica, o historiador projeta uma imagem de renascimento, e uma imagem de iluminação. Isso é possível tendo em vista que “O passado em si é o recipiente mais ou menos passivo do significado que o historiador lhe investe. O significado é projetado na realidade” (2012a, p. 75).

Ankersmit, no último livro, trata mais abertamente da relação entre referência e representações. Para expor sua perspectiva sobre esse tema é importante explicar, brevemente, a distinção proposta por ele entre descrição e representação. Em uma descrição é possível perceber com facilidade a quem a descrição está se referindo e qual propriedade a descrição está atribuindo ao referido. Tomemos como exemplo a frase ‘este gato é preto’. O sujeito a quem a descrição se refere é o gato e a propriedade do referido é, ‘é preto’. Agora se fosse uma representação, como uma fotografia ou de uma pintura do gato, o caso é outro, na imagem fica mais difícil distinguir qual parte é a referência e qual parte é a propriedade da referência. Segundo Ankersmit, o mesmo ocorre na escrita da história. Ao ler uma narrativa sobre a Revolução Francesa, por exemplo, não é possível distinguir quais parágrafos se referem exclusivamente à Revolução Francesa e quais estão lhe atribuindo propriedades. Isso porque a narrativa histórica realiza uma representação¹¹.

Essa dificuldade entre referir ou atribuir propriedades, presente na narrativa, pode ser estendida aos termos coligatórios. Isto é, os termos parecem carregar certa ambiguidade. Eles são usados ora para indicar o modo de apresentação (o sentido fregeano, a ‘representação’ de Ankersmit) de um determinado processo, ora para indicar o processo histórico em si (o particular complexo). Isso pode ocorrer, inclusive, em uma mesma narrativa histórica. A fim de ilustrar essa ambiguidade repare na ocorrência do termo ‘Renascimento’ nos trechos selecionados a seguir:

I- Note-se que o surgimento, no começo do século passado (como já dissemos), de uma corrente de historiadores contrários ao Renascimento (e por conseguinte a Burckhardt) não chegou a abalar a posição dominante nem de um nem de outro; (...). (FLORENZANO, 2021, p. 101)

II- Mas, com relação ao Renascimento, não há acordo entre os historiadores nem sobre o momento e o lugar do seu nascimento (se na Itália antes e na Europa depois ou nas duas simultaneamente, ou se até mesmo na segunda antes da primeira), nem sobre o tempo de sua duração e término, nem sobre quais seriam seus elementos constitutivos e distintivos, sua natureza e caráter, bem como sua importância e significado histórico; mas isso não é tudo, pois também há desacordo sobre se o Renascimento deve ser visto como um fenômeno restrito ao âmbito das artes e do espírito ou, ao contrário, como um fenômeno amplo e total, englobando todas as esferas da vida humana, (...). (FLORENZANO, 2021, p. 90)

Note que no primeiro trecho o provável referente do termo não tem como ser o processo histórico si, pois certamente os historiadores mencionados por Florenzano não são contrários

¹¹ ‘Representação’ parece ser um ‘termo guarda-chuva’ para Ankersmit. Pois a narrativa como um todo é uma representação, a narrativa faz uma representação e conceitos como ‘Renascimento’ e ‘Iluminismo’ são tomados, em partes do texto, como sinônimos de representação. Voltarei ao filósofo nos próximos capítulos para discutir as suas noções ao longo deste trabalho.

ao Renascimento enquanto um particular complexo. Por isso, talvez os historiadores estavam se posicionando contrários a um ‘modo de apresentação’ de tal processo. Agora, no segundo trecho fica evidente que a intenção do autor foi de indicar que não há um consenso entre os historiadores sobre o processo histórico. Essa ambiguidade será explorada e examinada nos capítulos subsequentes desta tese.

A narrativa histórica representa e também descreve. É somente nas descrições que há referência como conhecemos, no sentido de indicar um único objeto ou indivíduo. Ankersmit adverte que “[...] referência a coisas individuais no mundo não pode ser feita no caso de representação” (2012, p. 91). O que acontece é uma associação. Associamos, por exemplo, a expressão ‘o contribuinte típico’ a uma determinada pessoa P, mas essa associação é nossa, não está “legitimada pelo significado desses termos por eles mesmos” (2012, p. 92). Essa associação gera o que o autor chamou de ilusão referencial. No caso de termos como ‘Renascimento’ e ‘Iluminismo’, nos quais a linguagem está sendo usada no sentido representacional, também há uma falsa ideia de referência.

Ainda que pudéssemos precisar o conteúdo exato de noções como “o contribuinte típico”, não há coisas individuais que correspondam a elas da maneira como as coisas individuais correspondem a nomes próprios e descrições de identificação única. Dito de outra forma, as representações partilham de noções como o “centro de gravidade desta tábua” ou “o contribuinte típico” a capacidade de destacar um determinado aspecto do mundo ou de um objeto com absoluta precisão, mas sem referir qualquer coisa individual única no mundo. (ANKERSMIT, 2012a, p. 93)

Em resumo, para o autor, a noção de referência não capta bem a relação que existe entre representação e representado. Por isso, “em vez de dizer que uma representação histórica se refere ao passado, deveríamos, portanto, dizer que é sobre o passado” (2012a, p. 95). Entendo que a expressão ‘sobre o passado’ sinaliza uma relação mais frouxa entre representação e representado, se comparada a noção de referência, e assume, possivelmente, menores compromissos ontológicos. Para concluir, cabe destacar que nesse segundo texto, diferente do primeiro, existe uma tentativa por parte do autor, ainda que vaga, de relacionar representação e realidade. A representação não se refere, mas apresenta, mostra aspectos da realidade. O autor chega a afirmar que essa expressão ‘sobre’ [*Aboutness*] sugere que na representação estamos falando do mundo, mas apenas indiretamente (2012a, p. 79).

Uma das maiores contribuições de Ankersmit ao debate foi atualizar e refletir sobre o tema da coligação e termos coligatórios dando centralidade ao problema no campo da escrita da história. Mesmo que tenha usado, nessa reflexão, um vocabulário próprio. Isso mostra que pesquisar sobre esse tema não é somente um exercício filosófico interessante, mas é um problema latente a ser debatido contemporaneamente.

Sobre os termos coligatórios especialmente gostaria de destacar as contribuições do autor as dividindo entre aquelas apresentadas na dissertação de doutorado de 1981 e as do livro de 2012. Do primeiro texto saliento que: I) termos coligatórios não indicam conceitos, nem se referem a entidades no mundo, mas sim a *substâncias narrativas*; II) Essas substâncias são compostas por enunciados presentes nas narrativas históricas; e III) As *substâncias narrativas* incorporam teses sobre o passado. Já do livro de 2012 podemos concluir que I) as narrativas históricas descrevem e representam a realidade; II) termos coligatórios indicam representações; III) as representações apresentam aspectos do mundo, falam do mundo indiretamente, mas não possuem um correspondente na realidade.

1.4 COLIGAÇÃO PARA KUUKKANEN (2015)

O capítulo “Colligation” de Jouni-Matti Kuukkanen será o último exposto nesta apresentação. Ele faz parte do livro intitulado *Postnarrativist Philosophy of Historiography* (2015). A proposta do autor, nessa obra, é mostrar que a historiografia pode ser fonte de reflexões epistêmicas para além da perspectiva narrativista. Os filósofos narrativistas, de modo geral, centraram sua preocupação na escrita da história, muitas vezes a separando da pesquisa. Kuukkanen quis mostrar que não há uma separação tão rígida e que a “apresentação [no sentido de narrativa] faz parte do processo de justificação” (2015, p. 7). Em poucas palavras, sua argumentação gira em torno da ideia de que a historiografia é uma prática racional a qual apresenta teses centrais sobre o passado e razões que suportem estas teses.

Sobre coligação, já no começo do capítulo, Kuukkanen esclareceu que o tema de fundo é o construtivismo, sobretudo o construtivismo ontológico. Nesta direção, pergunta se as narrativas criam ou acrescentam algo que não estava dado na realidade histórica. E para responder a esta questão refletir sobre coligação é fundamental. A coligação “coleta e integra informações de primeira ordem sob expressões unificadoras” (2015, p. 97). Aqui ele não explica o que são essas informações de primeira ordem, suponho que sejam frases descritivas que indicam ações ou eventos, por exemplo, ‘O preço do pão na França custava cerca de 80% do salário de um trabalhador’, ‘Luís XVI foi guilhotinado na manhã de 21 de janeiro de 1793’, etc. Todas essas informações foram coligadas sob a expressão unificadora ‘Revolução Francesa’. Outros exemplos de expressões unificadoras são a ‘Guerra Fria’, a ‘Renascença’ e a ‘Revolução Industrial’. Mesmo que na história da historiografia nem sempre essas expressões foram entendidas como consequência de coligações, sempre houve uma atenção a certas expressões

de síntese usadas na historiografia, como ocorreu no caso de Ankersmit que as chamou de *substâncias narrativas* e depois de *representações*.

Na sequência, o autor discute sobre coligação e referência. A seção começa apresentando conclusões sobre esse assunto e depois Kuukkanen explica as razões que o levou a elas. Sobre conceitos coligatórios e referência o autor conclui que:

(1) a historiografia não pode prescindir de conceitos coligatórios; (2) os conceitos coligatórios não são dados objetivamente e não se referem a entidades correspondentes na realidade histórica; (3) a verdade de uma afirmação no sentido de correspondência requer referência; (4) portanto, a historiografia não pode ser verdadeira no sentido de correspondência. (KUUKKANEN, 2015, p. 105).

A primeira conclusão se deve ao fato que a linguagem historiográfica ficaria empobrecida se os historiadores prescindissem de conceitos coligatórios. Esses conceitos, segundo Kuukkanen, possuem significados úteis e tornam o passado inteligível (2015, p. 106). Eliminar os termos coligatórios da linguagem historiográfica equivaleria, segundo o autor, à tentativa dos primeiros positivistas lógicos, que queriam eliminar da linguagem científica as expressões cujas referências não eram observacionais. Notamos aqui, novamente, o paralelo entre termos coligatórios e termos teóricos que vamos explorar no próximo capítulo.

Sobre a segunda conclusão, a de que os termos coligatórios não se referem a um correspondente na realidade, Kuukkanen esclareceu que entende ‘referência’ como no caso dos nomes próprios, isto é, o nome se refere a apenas um indivíduo. Então pergunta: “Qual seria um particular para o qual o termo ‘Guerra Fria’ se refere? Expressões coligatórias não parecem instanciar nenhum indivíduo – não parecem corresponder a nenhum objeto singular no mundo histórico” (2015, p. 106). Para o autor, estes termos denotam conceitos que servem para organizar dados históricos. Estes conceitos amarram vários objetos, os mais variados, não havendo, portanto, uma entidade correspondente a eles na realidade histórica.

Ainda na segunda conclusão, Kuukkanen afirma que os conceitos coligatórios não são dados objetivamente. Ele chega a essa resposta perguntando: se consideramos os conceitos coligatórios como princípios que organizam dados históricos, esses princípios estão presentes no ‘mundo histórico’, ou melhor, são independentes do historiador? Complementa com outra questão: e se estiverem presentes no mundo histórico são princípios de ordem natural tais como os ‘tipos naturais’? Sua resposta é negativa para ambas as questões. Sobre a primeira pergunta, sobre se os conceitos coligatórios são princípios presentes no mundo histórico, se voltamos aos filósofos anteriormente apresentados, veremos que somente o primeiro Walsh e McCullagh estariam dispostos a defender que o princípio que permite a coligação é puramente objetivo. Os demais admitem maior agência do historiador no processo de coligar, ou no mínimo, entendem

tal processo como sendo balizado tanto pelos eventos coligados quanto pela habilidade conceitual do historiador.

Sobre a segunda pergunta, referente à possibilidade de termos coligatórios indicarem algum tipo em historiografia, o argumento do autor é que eles não indicam porque as instâncias que eles subsumem são muito variadas, ou seja, elas não compartilham algo para serem postas sob um tipo. Pense no exemplo anterior sobre a Revolução Francesa, não parece que o preço do pão compartilhe algo com a morte de Luís XVI. O autor explica que fica claro porque os termos coligatórios não podem indicar tipos naturais se os comparamos com o termo ‘água’. Determinada amostra é água se compartilha da estrutura molecular H_2O presentes em outras amostras. E, como vimos os eventos e ações subsumidos por um termo coligatório não parecem ter algo em comum, tal como uma estrutura molecular. Mas o que dizer sobre termos coligatórios compostos? Será que as expressões ‘Revolução Francesa’, ‘Revolução Russa’ e ‘Revolução Gloriosa’ não indicam que tais processos compartilham de algumas características comuns? Se pensarmos desse modo, para Kuukkanen, seria preciso considerar que a categoria ‘revolução’ estivesse muito bem definida na historiografia. De todo modo, a conclusão do autor é que termos coligatórios não indicam tipos naturais pela razão já exposta anteriormente – as instâncias subsumidas por eles não compartilham uma estrutura ou propriedades –, e também porque os termos coligatórios não são gerais. Por essa explicação entendemos que termo ‘revolução’ sozinho não é um termo coligatório. Para o autor, ele é na verdade um termo de “segunda ordem”, uma classificação da linguagem já utilizada por historiadores. Os termos coligatórios são particulares, e remetem a “indivíduos em si mesmos, que independentemente organizam e subsumem outros indivíduos (eventos, objetos, pessoas) sob eles, como no caso de pinturas, esculturas, práticas, práticas renascentistas, estudiosos, etc” (KUUKKANEN, 2015, p. 110).

Quanto à terceira e quarta conclusão a respeito da relação entre referência e verdade como correspondência a sequência de argumentação é clara. Já que não há um referente correspondente ao termo coligatório, tal como entendemos o referente de um nome próprio, não podemos falar em verdade como correspondência para esses termos. O autor destacou que isso não significa que algumas outras informações presentes na historiografia não possam ser verdadeiras no sentido de correspondência, embora “Isso significa apenas que a linguagem historiográfica e sua parte mais interessante não podem ser verdadeiras no sentido de correspondência” (2015, p. 113)

Kuukkanen nos poupou trabalho e resumiu suas conclusões a respeito dos conceitos coligatórios. Os conceitos coligatórios:

(1) organizam dados de ordem inferior em totalidades de ordem superior; (2) dispõe em categorias sem necessidade de características compartilhadas ou semelhanças entre entidades subordinadas; e (3) são particulares, ou seja, tratam de fenômenos restritos a um tempo e lugar específicos. (KUUKKANEN, 2015, p. 213)

Além dessas conclusões é interessante destacar que Kuukkanen, apesar de não considerar que a linguagem historiográfica como um todo seja antirrealista e construtivista, sugere que em relação aos conceitos coligatórios o “antirrealismo impera”. Advertiu ainda que isso não é assim para expressões não coligatórias ou quaisquer outras informações que são “‘literais’ e diretas sobre o mundo” (2015, p. 214).

1.5 PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO PARA TERMOS COLIGATÓRIOS

Considerando o que foi visto anteriormente e tendo ciência da prática historiográfica, disponho a seguir alguns critérios necessários, mas talvez não suficientes, para que uma expressão seja considerada coligatória. A intenção dessa proposta é circunscrever o objeto a ser analisado nesta tese. Por essa razão, essa definição assume características restritivas.

O primeiro critério para que uma expressão seja coligatória ou um termo seja tomado como coligatório, é que esse termo deve advir de uma coligação que circunscreva um particular. Vimos que McCullagh (1979, p. 271) identificou um desacordo entre Walsh e Dray sobre coligação. Para Walsh a coligação ocorre porque os eventos coligados formam um particular complexo, já Dray defende que a coligação se realiza, normalmente, mediante a classificação dos eventos por meio de um termo geral. Isso, como vimos, poderia levantar a questão: termos gerais como ‘guerra’ e ‘revolução’ podem ser considerados termos coligatórios? E a resposta é negativa. Contudo, termos que chamei de compostos como ‘Guerra Cisplatina’, ‘Revolução Francesa’, ‘Revolução Russa’ são termos coligatórios. Concordo com Kuukkanen quando ele afirma que os termos como ‘guerra’, ‘revolução’ são categorizações criadas a partir da linguagem já usada por historiadores.

O segundo critério, consequência do primeiro, é: para ser coligatória a expressão deve possuir um “comportamento semântico” semelhante ao de um nome próprio ou de uma descrição definida completa, pois a função de um nome próprio ou de uma descrição definida é exatamente indicar um particular. Por esse critério, uma expressão como ‘o crescimento da liberdade’, apesar de ter a forma sintática de uma descrição definida, não conta como uma expressão coligatória, porque não é específica o suficiente para indicar um particular.

Mesmo sem a pretensão de indicar qual a natureza desse particular (isto é, se é um estado de coisas, um processo ou um evento complexo), suponho que ele não indique um período.

Termos que são nomes de períodos como ‘Idade Moderna’, ‘Século das Luzes’, ‘Idade das Trevas’ podem reunir um certo conjunto de eventos de modo semelhante ao que ocorre com a coligação. Mas apresentam, pelo menos, duas diferenças em relação aos termos coligatórios. Primeiro, a seleção de eventos que compõem os períodos históricos é mais arbitrária que a seleção de eventos que contam para compor o particular complexo referido pelo termo coligatório. Quer dizer, para que um evento x faça parte de determinado período, basta que ele esteja no mesmo limite temporal e talvez espacial. Já para que um evento x conte como parte da Revolução Francesa, parece ser necessário uma relação mínima com esse particular. Segundo, acredito que os períodos, assim como os termos coligatórios, servem para organizar dados históricos e ampliar nossa compreensão do passado, mas diferente dos termos coligatórios a função deles acaba na narrativa; já os termos coligatórios, conseguindo fazer referência, ou não – assunto a ser desenvolvido no capítulo quatro – são usados por historiadores na pretensão de indicar algo “no mundo”, ou seja, para além da narrativa. O terceiro critério é, portanto: os termos coligatórios não são nomes para períodos.

Esse critério contraria a perspectiva de Ryan Shaw (2010). Para o autor, os termos coligatórios são divididos em três categorias: personagens, tipos ideais e períodos (2010, p. 16). Antes de explicar sua concepção sobre personagens e tipos ideais, indicarei sua concepção de termos coligatórios como nomes de períodos. Segundo ele, os exemplos canônicos de termos para períodos são as expressões ‘Revolução Francesa’ e ‘Renascimento’. Para Shaw, um período, semelhante ao que ocorre com os personagens, possui uma localização espaço temporal, mas enquanto a identidade dos personagens se dá em sua continuidade no tempo e espaço, o período é descontínuo, e a “unidade e a identidade de um período são fornecidas não por sua continuidade, mas pela narrativa do historiador” (2010, p. 20)¹². Concordo com o autor de que a identidade do referente do termo depende, em parte, da narrativa, sobretudo aquela que introduziu o termo na historiografia, mas discordo que os termos coligatórios sejam nomes de períodos, pelas razões que já apresentei. Um aspecto interessante que o autor identificou é que “os períodos são os mais abstratos dos conceitos, apesar de parecerem um tanto concretos dada a sua localização no espaço e no tempo” (2010, p. 20). Minha sugestão é: o referente dos termos coligatórios parece concreto justamente por não ser um período, e sim um possível particular complexo com localização espaço temporal, como indicou Walsh.

Cabe apresentar brevemente as outras duas categorias de termos coligatórios apontadas por Shaw, ou seja, os personagens e os tipos ideais. Isso porque concordo com as características

¹² Essa dependência da identidade e unidade do referente do termo coligativo em relação à narrativa será explorada na seção sobre termos coligatórios como nomes de modelos no próximo capítulo.

identificadas por ele em relação aos termos coligatórios, mas discordo das categorias. Os termos coligatórios como personagens podem ser “indivíduos, classes, raças, instituições, (...) e até os mais exóticos como o Mediterrâneo de Braudel” (2010, p. 17). Para o autor, termos coligatórios como personagens são todos aqueles que assumem o papel de sujeito de um verbo passivo ou ativo. Concedo que termos coligatórios podem assumir o papel de personagens sendo sujeitos de um verbo. Considere, por exemplo, a frase “A Revolução Francesa abalou o Antigo Regime na Europa”. Contudo, suponho que as relações de parte/todo e de identidade dos possíveis referentes dos termos coligatórios sejam um tanto diferentes daquelas envolvidas em entidades como classe, raças e instituições.

Já a categoria de tipos ideais funciona da seguinte forma:

O historiador seleciona e enfatiza certas características ou aspectos de algum conjunto de coisas e combina esses aspectos em um conceito idealizado, o tipo ideal. Ele pode então analisar coisas específicas comparando essas coisas com o tipo ideal. O tipo ideal não é algo que pode ser observado ou descoberto. Também não é uma classe abstrata da qual as instâncias podem ser identificadas, ou um simples resumo de características comuns de algum conjunto de coisas. É um dispositivo heurístico construído para permitir a análise, concentrando a atenção em certos aspectos da realidade e vendo como a construção falha em capturar essa realidade. (SHAW, 2010, p. 19)

O exemplo de termo coligatório usado pelo autor para exemplificar essa categoria é o termo ‘capitalismo’. Bem, pelos critérios estipulados acima o termo ‘capitalismo’ não pode ser classificado como coligatório. Mas gostaria de salientar que os termos coligatórios, tal como os conceitos, compartilham com os tipos ideais, pelo menos três semelhanças. A primeira delas é a função heurística, já que a expressão coligatória permite e facilita a análise de uma determinada porção da realidade. Essa função já havia sido indicada por Walsh, no primeiro texto sobre coligação, quando ele afirmou que ela permite uma maior inteligibilidade do passado. Vamos analisar mais esse aspecto e função teórica dos termos coligatórios no próximo capítulo. A segunda semelhança é que o possível referente do termo coligatório não pode ser observado, assim como ocorre com o “referente” do tipo ideal. E a terceira, é que ele não é descoberto, tal como ocorre com os termos de tipos ideais. Para finalizar, o autor afirma que tanto o sociólogo Max Weber, quanto o historiador Henri-Irénée Marrou alertaram que se trata de um erro postular entidades reais correspondentes aos tipos ideais. Nesse ponto, concordo com esses teóricos, mas quando os historiadores escrevem sobre os referentes dos termos não me parecem estar cometendo esse mesmo erro, porque os possíveis referentes dos termos coligatórios não são referentes de tipos ideais.

O quarto critério, elaborado a partir das objeções à concepção de Shaw, é que o termo coligatório é usado na intenção de fazer referência a algo que está além da narrativa. Como isso ocorre é o que veremos mais adiante.

O quinto, e último critério, é que esses termos desempenham um papel significativo e específico na explicação histórica.

Para resumir, um termo coligatório deve advir de uma coligação que circunscreve um particular; possuir um comportamento semântico semelhante ao de nomes próprios ou descrições definidas; não ser um nome para períodos; ser usado na intenção de fazer referência a algo que está além da narrativa; e desempenhar um papel específico na explicação histórica.

Para finalizar essa seção, sugiro que há dois tipos de termos coligatórios comumente usados na historiografia. Há termos que são do tipo usuais como ‘Guerra Cisplatina’, ‘Guerra Civil Americana’, ‘Primeira Guerra Mundial’, ‘Revolução Francesa’, ‘Revolução Russa’. E há termos que são metafóricos como ‘Guerra Fria’, ‘Iluminismo’, ‘Renascimento’, ‘Inconfidência Mineira’. Também sugiro que tanto os termos coligatórios usuais quanto os metafóricos podem ser usados literalmente, fazendo referência ao possível particular complexo, ou serem usados para indicar o modo de apresentação do processo histórico.

1.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Uma primeira consideração é a respeito da coligação. A maioria dos filósofos apresentados concebem que a função principal da coligação é justamente coligar informações que se referem diretamente ações e eventos em uma expressão sintetizadora ou unificadora. Para Walsh (1974) e Kuukkanen (2015) essas expressões compõem declarações de um nível superior se comparado a declarações que não possuem expressões coligatórias. A ideia é pensarmos na linguagem narrativa em termos de níveis, algumas declarações [primeiro nível] indicam diretamente ações ou eventos que ocorreram no passado, outras que são compostas por termos coligatórios [segundo nível] tem a função de agrupar as declarações do primeiro nível e ainda indicam ‘o que’ e ‘como’ ocorreu determinado processo histórico. A coligação, como os autores comentaram e segundo que foi proposto por Whewell, acrescenta um novo elemento que não estava presente nas partes coligadas. Isso significa que a coligação não é o resultado de uma soma simples das partes coligadas. Em outras palavras, não podemos tentar transformar declarações de segundo nível em declarações de primeiro nível a fim de estabelecer correspondência com o que ocorreu no passado. Se tentarmos essa redução o novo elemento

que foi acrescentado pela coligação desaparecia e, por consequência, diminuiríamos o poder explicativo daquela narrativa.

Agora o que seria este novo elemento? Talvez, não consiga definir agora, mas suponho que ele tenha alguma relação com o que Ankersmit (2012) chamou de ‘ver como’. Pensemos no termo ‘Renascimento’, ele já possuía alguns significados antes de ter sido usado por Burckhardt¹³. Mas com a publicação de *A cultura do Renascimento na Itália* os leitores passaram a *ver* as alterações culturais ocorridas na Itália entre séculos XIV e XV *como* um renascimento, por isso, um novo sentido foi agregado. Para Cebik (1969) este uso do termo ‘Renascimento’ se trata de uma proposta conceitual. O termo sendo aceito pela comunidade de historiadores, passa a valer sob novos critérios de aplicação para usos futuros. Isso também está em sintonia com a afirmação de que os termos coligatórios possuem significados úteis que auxiliam na explicação e na compreensão do passado. E lembrando, como alertado por Walsh, que tais termos são inteligíveis a nós, mas provavelmente não seriam inteligíveis aos contemporâneos dos processos históricos os quais eles pretendem indicar.

Outro consenso entre os filósofos analisados é que não há dúvidas sobre a possibilidade de referência às declarações que ocorrem do primeiro nível, o mesmo não podemos dizer a respeito dos termos coligatórios. Walsh (1974) é o único a sugerir que os referentes dos termos coligatórios talvez sejam *particulares complexos* ou *universais concretos*, o restante está mais inclinado a supor que eles indicam alguma entidade linguística, algo como um conceito. Para Dray (1959) o conceito é de origem empírica e para Cebik (1969) é de origem linguística. Essa divergência quanto à origem do conceito, sinaliza a ambiguidade em relação ao termo coligatório comentada na seção sobre Ankersmit. Considere que o termo se refere somente ao modo de apresentação, postular uma origem linguística ao conceito seria mais coerente, neste caso. Agora, suponhamos que o historiador ao usar o termo tenha a intenção de indicar um processo ocorrido na realidade, então o caráter empírico do conceito se torna mais aceitável. Em suma, para a maioria dos autores os termos coligatórios se referem a conceitos e só então, talvez, indiretamente se refiram a processos históricos cuja identidade é permeada de vagueza.

Entretanto, para Ankersmit (2012) e Kuukkanen (2015) esses termos não se referem a uma entidade correspondente. Minha pergunta é então, afinal, ao que eles se referem? Como explicou Ankersmit, costumamos confundir achando que o representado é uma contraparte na realidade, quando na verdade o que está sendo apresentado é um aspecto. Então, o referente não

¹³ O termo ‘Renascimento’ foi provavelmente usado pela primeira vez pelo escritor e arquiteto italiano Giorgio Vasari e foi introduzido na historiografia por Jules Michelet em *Histoire de France* (1855) como comentei em uma nota anterior.

poderia ser, nesse caso, o aspecto? No próximo capítulo aproximaremos o modo de apresentação/aspecto com a ideia de modelos já conhecida na filosofia da ciência. E veremos se essa aproximação conseguirá indicar respostas às questões que ficaram abertas aqui.

Kuukkanen (2015), ao tratar da impossibilidade da referência para termos coligatórios, salientou, como indicado anteriormente, que concebe a referência segundo o que tradicionalmente entendemos por referência dos nomes próprios. Minha dúvida é se ele está concebendo a referência (no sentido de referente) como uma entidade material, acredito que não é esse o caso. Isso porque rios, espécies biológicas, países, instituições têm nomes próprios, isto é, uma variedade de entidades sendo elas concretas, ou não, são referidas por um nome próprio. Então minha hipótese é que o autor estava pensando na relação referencial tradicionalmente mais aceita em filosofia da linguagem, isto é, a relação de referência direta da teoria causal. Veremos no terceiro capítulo como esta teoria funciona, e se ela é a que melhor explica a relação de referência para termos coligatórios. Minha dúvida aqui é se a explicação de referência não fosse pautada pela teoria casual, Kuukkanen aceitaria que termos coligatórios estão numa relação de referência?

Finalmente, notamos que, em geral, os filósofos apresentados defendem que a utilidade no uso de termos coligatórios se relaciona a maior inteligibilidade do passado. Isso porque esses termos auxiliam na explicação ‘do que’ e ‘como’ aconteceu determinado processo na história. Além disso, nos mostram certos aspectos, que talvez, não pudessem ser notados sem a ajuda deles. Veremos, no próximo capítulo, se este aspecto teórico presente nos termos coligatórios é comparável ao papel desempenhado pelos termos teóricos nas ciências.

CAPÍTULO 2

SOBRE O CARÁTER TEÓRICO DOS TERMOS COLIGATÓRIOS E SUA RELAÇÃO COM OS MODELOS CIENTÍFICOS

No capítulo anterior, concluímos que é consenso entre os filósofos da história que os termos coligatórios permitem ampliar a nossa compreensão do passado o tornando mais inteligível. Perguntarei agora se isto está relacionado a uma certa bagagem teórica desses termos? Vimos que os termos coligatórios estão estreitamente relacionados com a explicação em história e, se eles cumprem uma função importante na explicação histórica, ao que isso se deve? Tendo em vista que existem aspectos teóricos nos termos coligatórios, pretendo verificar se é porque esses termos são análogos aos termos teóricos, ou se isso está relacionado à sua função representacional, o que poderia ser explicado ao aproximá-los com os modelos científicos.

Portanto, neste capítulo, a tarefa é investigar mais a respeito da natureza dos termos coligatórios, explorando esse seu possível caráter teórico. Três características desses termos identificadas no capítulo anterior servirão de guia nesta investigação. Primeira, a utilidade dos termos coligatórios na explicação e compreensão do passado; segunda, a capacidade representacional desses termos explicitada por Ankersmit (1983); e terceira, o caráter construtivista de seu referente sugerido por Kuukkanen (2015). A fim de explorar, principalmente a utilidade desses termos, a primeira seção deste capítulo aproximará termos coligatórios de termos teóricos. Essa aproximação já foi sinalizada por Ankersmit e Kuukkanen. Ambos, contudo, descartam o comparativo. Os argumentos que usaram na objeção foram expostos no primeiro capítulo. Depois, a estratégia é explorar uma potencial relação entre termos coligatórios e modelos científicos, com o objetivo de analisar se os termos coligatórios podem ser concebidos como nomes de modelos em historiografia. Embora não haja precedente na literatura no que diz respeito a essa relação, suponho que a insistência de Ankersmit com a ideia de representação, bem como o caráter construtivista dos referentes dos termos coligatórios alegado por Kuukkanen, sejam conjuntamente indicativos de que o aspecto teórico desses termos talvez esteja relacionado a uma espécie de modelagem que ocorre quando o historiador realiza a coligação e a dispõe em uma narrativa. O capítulo inicia com uma pequena introdução, segue com indicação dos critérios de teoricidade na filosofia da ciência, e depois analisa se os termos coligatórios obedecem aos mesmos critérios e também em que aspectos eles se diferem.

Já a segunda seção apresenta algumas noções a respeito dos modelos científicos, depois discute se os termos coligatórios podem ser considerados nomes de modelos. A seção final indica as considerações parciais do capítulo.

No capítulo anterior, vimos que Ankersmit (1983) e Kuukkanen (2015) concluem que termos coligatórios não são análogos aos termos teóricos. Ankersmit oferece dois motivos para tal conclusão: primeiro, que não há um correspondente na realidade a ser referido pelo termo coligatório; segundo, que os termos coligatórios são sobre particulares. Kuukkanen, também apoiado no segundo motivo, chegou à mesma conclusão. Contudo, se pesquisarmos o que foi discutido pela Filosofia da Ciência a respeito dos termos teóricos, não encontraremos argumentos nessa direção. Isto é, entre os critérios de teoricidade para termos não há um que indique que termos teóricos não possam ser sobre entidades ou fenômenos particulares. Um contraexemplo que vem à mente é o termo ‘Big Bang’. Ele pode indicar tanto um elemento da teoria (isto é, o mecanismo pelo qual o fenômeno supostamente ocorreu) quanto o fenômeno em si. Esse termo é sobre um particular, mas dificilmente negaríamos que se trata de um termo teórico. Isso ocorre porque ‘Big Bang’ possui pelo menos um dos critérios de teoricidade, a inobservabilidade do fenômeno ao qual o termo se refere¹⁴. Mas, recordando o que foi apresentado no primeiro capítulo, os possíveis referentes dos termos coligatórios, supondo que existam, também são inobserváveis. Sendo assim, a analogia entre termos coligatórios e termos teóricos parece plausível. Se a analogia for plausível, em que medida tais termos se assemelham e no que se distinguem?

Eventualmente, a hipótese a ser desenvolvida na seção 2.4, termos coligatórios como nome de modelos, pode ter surpreendido o leitor. A surpresa talvez esteja relacionada com o fato de que é muito comum o uso de modelos na matemática, lógica e nas ciências naturais, já em ciências humanas é menos usual e ocorre, sobretudo, na psicologia e nas ciências sociais. O uso de modelos, principalmente, nas ciências naturais pode ser explicado em razão de serem, também, concebidos como instrumentos para testar leis científicas. E é de comum acordo que as ciências humanas possuem, no máximo, generalizações explicativas, mas nada que se compare às leis da física, por exemplo. Contudo, como veremos na seção 2.3, os modelos cumprem muitas funções e há, inclusive, outras definições de modelo que permitem integrar a nossa hipótese.

¹⁴ Não quero, por essa argumentação, apontar algum tipo de ingenuidade por parte dos filósofos da história com os quais estou dialogando. Só quero encontrar razões internas à filosofia da ciência e à historiografia que levem à conclusão de que termos coligatórios não podem ser considerados termos teóricos.

2.1 TERMOS TEÓRICOS

Segundo uma visão realista ingênua de ciência, as teorias científicas são confirmadas por meio da repetição de experimentos de tal forma que nossa crença é que a teoria se aproxima da verdade sem reversão. Essa visão não está totalmente equivocada já que é parte importante da ciência consultar a experiência para validar teorias, mas é ingênua, segundo Luiz Henrique Dutra (2017), por não considerar que há coisas que estão fora dos nossos limites de observação. Entre elas estão as entidades inobserváveis tais como elétrons, neutrinos, forças gravitacionais, genes, etc. Essas entidades são referidas pelos chamados termos teóricos.

A filosofia da ciência tradicionalmente atribuiu um primeiro critério de teoricidade a esses termos, que é inobservabilidade das entidades às quais eles se referem. Mas o que é ser observável? Ser observável, em âmbito filosófico, é possuir propriedades que podem ser diretamente reconhecidas pelos sentidos. Para o filósofo Rudolf Carnap (1966), isso significa ser reconhecido sem o auxílio de instrumentos ou de inferências (ANDREAS, 2017, p. 128). Portanto, ser observacional, em termos filosóficos é algo bastante restrito. Para exemplificar, quantidades como temperatura e pressão, as quais são consideradas observacionais para os físicos, não são observacionais no sentido filosófico, já que dependem de instrumentos e/ou inferências.

Um segundo critério de teoricidade para que uma expressão seja considerada teórica é o do significado. De acordo com esse critério, o significado de um termo teórico depende de uma teoria científica correspondente. Isto é, a teoria científica e as leis que a compõem importam na determinação da extensão do termo teórico. Só é possível, portanto, identificar as entidades às quais os termos teóricos se referem mediante o conhecimento da teoria e suas leis.

O filósofo Roman Frigg (2022, p. 76) concebeu o primeiro e o segundo critério citados acima enquanto uma distinção epistêmica e genealógica entre os termos que ocorrem na linguagem científica. Isto é, a teoricidade de um termo pode ser explicada em razão de uma distinção epistêmica, entre termos que designam algo observável e termos que designam inobserváveis, e de uma distinção genealógica entre termos que derivam de uma determinada teoria e aqueles que não derivam.

A distinção epistêmica e genealógica, idealmente, deveria coincidir, ou seja, os termos teóricos deveriam se referir a inobserváveis e ser dependentes de uma teoria correspondente. Contudo, Frigg problematizou essas distinções e apresentou casos que sinalizam uma não coincidência entre elas. Repare nos exemplos a seguir: há termos que expressam atitudes e sentimentos humanos como ‘amores’, ‘ódios’ e ‘desejos’, nesses casos o termo se refere a algo

inobservável, mas não são teóricos. O contrário também é verdadeiro, alguns termos teóricos são, também, observáveis como “‘antena’ [que] se origina na eletrodinâmica clássica, ‘contador Geiger’ [que] se origina na teoria atômica e ‘placa tectônicas’ [que] se origina na teoria das placas tectônicas, e ainda assim todos eles são objetos que podem ser vistos a olho nu” (FRIGG, 2022, p. 77).

Outras críticas foram lançadas à fronteira entre o que é, e não é, observável. Na maioria dos casos o que se nota é que essa distinção é gradual e não pontual ou nítida, e por isso a fronteira entre observável e não observável não é algo dado, e sim estabelecido convencionalmente. Considere estas questões:

A transição do uso de óculos para o uso de binóculos marca a transição do observável para o inobservável? Ou seja, algo que só pode ser visto através de binóculos conta como inobservável? Ou a transição ocorre quando passamos do uso de binóculos para o uso de um microscópio de baixa potência? Ou . . . ? (FRIGG, 2022, p. 80)

Elas mostram que não há uma forma não arbitrária de decidir onde estabelecer a fronteira entre o observável e o inobservável.

Há ainda críticas que contestam a possibilidade de uma observação neutra, ou isenta de teoria. Isso significa que mesmo os termos que se referem a entidades observáveis são ‘carregados de teoria’, por isso, a dependência teórica que se apresenta como critério de aplicação para os termos não é exclusividade dos chamados termos teóricos. Um dos filósofos que contribuiu com essa crítica foi Paul Karl Feyerabend. Para ele “o significado de cada termo que usamos depende do contexto teórico em que ocorre. As palavras não ‘significam’ algo isoladamente; elas obtêm seus significados por serem parte de um sistema teórico” (1965, p. 180). Ele ofereceu alguns exemplos de termos que se referem a *funções teóricas*, segundo o filósofo, os conceitos de ‘massa’, ‘comprimento’ e ‘duração’ possuem significados diferentes no contexto da Mecânica Clássica ou na Teoria da Relatividade Especial de Einstein (1981, p. 81). Em resumo, a questão principal desse último conjunto de críticas é que o significado de um termo, seja ele teórico ou não, é determinado (pelo menos em parte) pelo contexto teórico no qual ele ocorre.

Em razão dessas críticas a distinção entre observável e inobservável, e a dependência teórica do significado dos termos não parecem ser a melhor forma de classificar e compreender as diferenças entre os termos teóricos e não teóricos. De acordo com Frigg essas distinções não se sustentam, sobretudo, porque promovem uma oposição binária entre observação e teoria, sendo que tal separação não ocorre na prática científica. Por isso ele apresentou outra maneira de entender as diferenças que notamos entre os termos que ocorrem na linguagem científica. Essa proposta foi levantada, inicialmente, por Newton, quando este “bifurcou o vocabulário de

sua teoria distinguindo entre termos que são ‘muito familiares a todos’ e termos que precisavam ser definidos na teoria” (FRIGG, 2022, p. 93). Em sua versão mais contemporânea a proposta foi sintetizada por Joseph D. Sneed (1971) e Wolfgang Balzer (1987). Nela a distinção é concebida dividindo termos *T*-Teóricos de termos *T*-não-Teóricos. Um termo é um:

T-teórico se todos os métodos para determinar a extensão do termo pressupõe pelo menos uma lei da teoria *T* [da teoria em questão]. Em outras palavras, um termo é *T*-teórico se não pode ser aplicado sem usar a teoria. Um termo é *T*-não-teórico se não for *T*-teórico. (FRIGG, 2022, p. 96)

De acordo com esta perspectiva um termo pode ser teórico no contexto de uma teoria e não teórico no contexto de outra teoria. “Se *T* é termodinâmica, então a pressão é *T*-não teórico porque nenhuma lei da termodinâmica é necessária para determinar a pressão de um gás” (FRIGG, 2022, p. 96). Tudo depende da teoria em questão, se ela for necessária para a determinação da extensão do termo, esse termo é teórico no contexto dessa teoria. A vantagem dessa proposta é não distinguir os termos segundo a observação das entidades, e flexibilizar sua classificação na medida em que um termo pode ser considerado teórico no contexto de uma teoria e não teórico em outro contexto.

Em síntese, os critérios de teoricidade usualmente aceitos são a inobservabilidade das entidades e a dependência teórica do significado dos termos, inicialmente apresentados coincidem com a distinção epistêmica e genealógica indicados na sequência. Vimos quais são esses critérios, algumas das críticas endereçadas a eles, e uma proposta alternativa que distingue termos *T*-Teóricos de termos *T*-não-Teóricos. Mas ainda falta comentar sobre a função que os termos teóricos cumprem na explicação científica para, posteriormente, verificar se os critérios de teoricidade são cumpridos pelos termos coligatórios e se eles exercem essa mesma função na explicação histórica.

Para entendermos a função que os termos teóricos cumprem na explicação científica é necessário resgatar o problema da inobservabilidade das entidades às quais eles se referem. Isso porque ao tentar resolver o problema da inobservabilidade traduzindo ou reduzindo os termos teóricos a termos que indicam entidades observáveis a linguagem científica empobrece, diminui sua utilidade e seu poder preditivo. Esse empobrecimento revela, portanto, as funções que os termos teóricos cumprem na linguagem científica, isto é, eles são úteis, ampliam o poder explicativo e preditivo das teorias nas quais ocorrem.

A inobservabilidade das entidades às quais os termos teóricos se referem foi alvo de críticas que remontam aos filósofos empiristas do século XVIII como George Berkeley e David Hume. Esse problema foi retomado e reformulado pelos empiristas lógicos do século XX; e segundo eles, os termos teóricos poderiam ser considerados vazios caso não fossem traduzidos

em termos da experiência sensível. Embora em alguns casos essa ‘tradução’ seja possível, de acordo com Alexander Rosenberg, ela limita o poder explicativo das teorias científicas, as quais dependem, muitas vezes, das propriedades das entidades dos termos teóricos. Tais propriedades não são iguais às das entidades dos termos observacionais. “[...] as coisas inobserváveis não são apenas versões pequenas das coisas observáveis; elas possuem suas próprias propriedades distintas [...]” (2013, p. 215). Sendo elas distintas das observáveis, “[...] com que direito podemos afirmar que as teorias científicas que evocam essas propriedades e entidades teóricas fornecem explicações reais quando não podemos ter quaisquer experiências delas?” (2013, p. 115). A resposta é: avaliando sua contribuição para o poder explicativo da teoria na qual o termo ocorre.

Alexander Rosenberg ilustra essa contribuição citando o caso das cargas negativas e positivas dos elétrons e prótons. A carga positiva dos prótons e negativa dos elétrons não significa a ausência ou a presença de algo, os termos ‘positivo’ e ‘negativo’ “ajudam a descrever as diferenças entre prótons e elétrons enquanto se manifestam nos experimentos [...] Os elétrons são atraídos pelo polo positivo de um conjunto de placas carregadas eletricamente e os prótons pelo polo negativo” (2013, p. 120). Mas não há nada presente no próton e ausente no elétron. Porque então os cientistas continuam usando os termos ‘negativo’ e ‘positivo’? Porque eles contribuem para o poder explicativo e preditivo da teoria. Ou melhor,

O “significado empírico” do termo “negativo” é dado pela contribuição sistemática que o termo dá nas generalizações sobre o que podemos observar que resultam das suposições da teoria dos elétrons sendo carregados negativamente. Remova o termo da teoria e o poder da teoria de explicar muitas generalizações será destruído, e as observações que ela pode sistematizar e explicar serão reduzidas. [...] Cada termo deve fazer alguma contribuição para o poder preditivo e explicativo da teoria em que figura. (ROSENBERG, 2013, p. 120).

Em resumo, a ideia central é que a contribuição dos termos teóricos às teorias não é pontual, e sim sistemática. Remover, ou reduzir os termos teóricos em termos observacionais, no limite, inviabilizaria a aplicação das teorias científicas e perderíamos a capacidade de explicar inúmeros fenômenos observáveis que só são explicados mediante a utilização desses termos. Portanto, o papel que os termos teóricos cumprem nas teorias é fundamental, e para destituí-los de suas características deveríamos estar dispostos a abrir mão das próprias teorias científicas.

2.2 TERMOS COLIGATÓRIOS COMO TERMOS TEÓRICOS

Como apresentado anteriormente, um dos critérios de teoricidade para termos é a inobservabilidade das entidades às quais esses termos se referem. Ignorando, por ora, as críticas expostas a este critério, será que ele pode ser aplicado aos termos coligatórios? Rapidamente podemos responder de maneira afirmativa, afinal os possíveis referentes de termos como ‘Revolução Francesa’ e ‘Guerra Fria’ não podem ser observados. Contudo, outros objetos de interesse da história e que aparecem no discurso historiográfico também não são diretamente observáveis, afinal se trata de objetos indisponíveis para os historiadores contemporâneos, pense na decapitação de Luís XVI, ou no próprio sujeito histórico Luís XVI. Claro que a decapitação de Luís XVI, apesar de não estar disponível para a observação de um historiador contemporâneo, ainda poderia ter sido vista por um cronista presente no episódio. Mas seria possível afirmar o mesmo a respeito da Revolução Francesa? E no caso de outros termos como ‘A Revolta da Vacina’, será que não poderíamos sustentar que alguns moradores, ou mesmo os agentes do governo do Rio de Janeiro, viram a revolta de algumas camadas populares ao enfrentar os agentes de saúde pública durante o surto de varíola em 1904? Seguramente eles podem ter visto cenas de revolta entre alguns habitantes, mas diríamos que viram ‘A Revolta da Vacina’? Os filósofos da história, citados no primeiro capítulo, dificilmente concordariam que o termo ‘A Revolta da Vacina’ possa ser resumido, ou se referir apenas a determinadas cenas de revolta.

Parece, à vista disso, que os referentes dos termos coligatórios compartilham com os referentes dos termos teóricos a dificuldade ou impossibilidade de observação. Mas resgatando as críticas apresentadas por Frigg (2022) a respeito da observação, principalmente sobre a não coincidência entre termos teóricos e termos não observacionais – lembre que os referentes dos termos para sentimentos como ‘amores’, ‘ódios’ e ‘desejos’ não são observacionais e os termos não são teóricos, na mesma direção, os termos ‘placas tectônicas’ e ‘antena’ são teóricos e seus referentes são observacionais –, seria insuficiente afirmar que os termos coligatórios são teóricos apenas porque os historiadores não conseguem observar a entidade à qual esses termos se referem. Por essa razão, pensemos agora sobre o segundo critério de teoricidade, isto é, a dependência que o significado de um termo teórico possui em relação a uma teoria.

Ainda que as críticas a esse segundo critério sejam consideradas, ele parece estar contido na distinção apresentada por Frigg (2022, p.120) como a resposta mais interessante ao problema dos termos teóricos, aquela entre termos *T*-teóricos e *T*-não-teóricos. Nessa distinção um termo é teórico para determinada teoria se ela é pressuposta para sua aplicação, isso quer dizer, sem

pelo menos uma lei da teoria em questão não se saberia como aplicar o termo naquele contexto. O interessante é que a ênfase dada por esta distinção é na teoricidade do termo e não seu significado. Segundo essa distinção um termo pode ser ora considerado teórico e ora considerado não-teórico dependendo da teoria em questão. A teoricidade do termo depende do contexto teórico no qual tal termo é usado.

Para analisar se este segundo critério está presente no caso dos termos coligatórios, ou melhor, se o significado de um termo coligatório depende de uma teoria, ou se de acordo com determinada teoria da história tal termo coligatório pode ser considerado *T*-teórico, é preciso antes indicar o que é uma teoria para a história. Para realizar essa tarefa segue a exposição da distinção feita por Zoltán Boldizsár Simon (2019) entre uma “teoria interna ou internalizada pela prática da história” e uma teoria sobre a história.

Num primeiro sentido, a palavra ‘história’ é concebida como disciplina, e uma teoria da história nesse caso “é uma teoria interna ou internalizada pela prática da história” (2019, p. 59) geralmente interpretada como uma metodologia. Alguns exemplos mencionados por Simon são a “história intelectual skinneriana, uma abordagem como a história global atualmente em moda, teorias críticas apropriadas à historiografia como a teoria pós-colonial e a história pós-colonial” (2019, p. 59) entre outras. Essas teorias da história podem ser incompatíveis entre si, mas na maioria das vezes elas não são. Isso quer dizer que se um historiador pertence a um departamento que prioriza a perspectiva teórica da história global, ele ainda pode utilizar aparatos da micro-história, ou mesmo fazer historiografia combinando ambas as perspectivas. A ideia que Simon ressalta, com essa reflexão, é que de acordo com esse primeiro sentido as teorias são recortes dentro da disciplina e não são universais, ou seja, não se aplicam ou são válidas a toda a disciplina. “Colocando claramente, ter ‘uma teoria da história’ nesse sentido é uma questão de escolhas particulares. Embora essas escolhas provoquem mudanças dentro da disciplina, elas não mudam toda a disciplina” (SIMON, 2019, p. 60). Por isso, quando uma nova teoria da história é desenvolvida, ela não se torna um *paradigma*, ou seja, as demais não são suplantadas pela teoria mais recente.

O segundo sentido, indicado por Simon, é quando uma teoria é sobre a história: “Aqui a história pode significar tanto estudos históricos quanto o curso dos assuntos humanos, e uma teoria sobre qualquer um deles implica claramente uma afirmação de universalidade” (2019, p. 60). Nesse sentido, uma teoria sobre a história está presente e é válida para todas as práticas históricas, quando se trata dos estudos históricos, ou de compreender uma visão geral histórica dos assuntos humanos. Como ‘teoria’, nesse segundo sentido, implica a universalidade, as

mudanças que essa teoria provoca não ocorrem somente no interior da disciplina, mas podem mudar a disciplina.

O exemplo mais óbvio aqui é o trabalho teórico sobre a história como narrativa, inspirado pela filosofia analítica ou pelo trabalho de Hayden White. Enquanto as teorias que pertencem aos estudos históricos são responsáveis pela orientação interna da disciplina, as teorias sobre a história podem mudar a autoimagem de toda a disciplina e, assim, orientar a disciplina em sua relação externa com outras disciplinas (SIMON, 2019, p. 60).

Nessa segunda acepção de teoria sobre a história, quanto a história se refere ao “mundo mutável dos assuntos humanos: [a teoria] pode mudar tudo o que foi pensado anteriormente sobre a mudança histórica ao conceituar novas maneiras pelas quais o passado, o presente e o futuro se relacionam um com o outro” (SIMON, 2019, p. 61). Ainda de acordo com esse segundo sentido, muitos teóricos da história contemporâneos se interessam em revisitar as clássicas filosofias da história, acusadas de especulativas, reinterpretando-as e evitando alguns pressupostos indesejados presentes nessas filosofias como a teleologia e linearidade (SIMON, 2019, p. 61). Simon não cita quais são essas clássicas filosofias da história, mas pelas características citadas o Positivismo, Historicismo e Materialismo Histórico parecem se enquadrar.

Visto esses dois sentidos, segundo os quais uma teoria da história pode ser entendida, retomamos a questão de se o significado de um termo coligatório depende dessas teorias. De acordo com o primeiro sentido de teoria da história será que os termos coligatórios como ‘Revolução Francesa’, ‘Renascimento’ e ‘Guerra-Fria’ dependem dessas teorias para o estabelecimento de sua extensão? Será que para uma teoria eles são considerados termos *T*-teóricos e para outras *T*-não-teóricos? Suponho que os termos coligatórios citados podem ser problematizados, por exemplo, a partir da perspectiva pós-colonial, e serem criticados por ser eurocêntricos, por terem surgidos e se mantido na historiografia em grande parte devido à hegemonia de uma história única; mas eles ainda se mantêm na historiografia indicando, de modo mais ou menos frouxo, um certo particular complexo. O mesmo não ocorre com os conceitos como ‘imperialismo’ e ‘colonialismo’, os quais ganharam novos contornos a partir das teorias pós-coloniais e decoloniais.

Para entender melhor esse ponto vejamos dois exemplos. O primeiro é sobre o termo ‘Renascimento’ verificado no livro *El lado más oscuro del renacimiento: Alfabetización, territorialidad y colonización* de Walter Mignolo (2016). Este livro é considerado um importante trabalho de pesquisa decolonial e é resultado de um esforço interdisciplinar do autor (2016, p. 58). O segundo é sobre o termo ‘Guerra Fria’ visto no livro *What Is Global History?*

de Sebastian Conrad (2016). Este último é tido como uma das principais referências dos historiadores que seguem a perspectiva historiográfica da história global.

Walter Mignolo explica que a expressão ‘o lado mais obscuro do renascimento’ pretende indicar que o Renascimento foi também o fundador da colonialidade. O Renascimento não foi só o renascimento dos “legados clássicos e à constituição da erudição humanista para a emancipação humana”, mas também a “renovação da tradição clássica como justificação da expansão colonial” (2009, p. 167). O que o autor pretende mostrar, entre outros objetivos, é a coexistência desses dois lados. Também afirma que seu estudo “oferece, em geral, uma visão do Renascimento espanhol (e europeu) a partir da perspectiva de suas colônias e, ao fazê-lo, junta-se a outros esforços para repensar os limites do Renascimento [...]” (2016, p. 37). O que se quer destacar é que as ocorrências do termo ‘Renascimento’, nesta obra, como se pode notar nas citações anteriores, não parecem indicar a necessidade das teorias decoloniais para o estabelecimento de sua extensão, ao contrário, a compreensão do significado desse termo é pressuposta para um melhor entendimento dos objetivos do autor com esse texto. O mesmo não ocorre com outros termos como ‘semiose colonial’ e ‘periferia’

A expressão semiose colonial indica um campo de estudo paralelo a outros campos bem estabelecidos, como a história colonial ou a arte colonial; pretende também indicar uma mudança na nossa compreensão da construção de um Novo Mundo no século XVI, uma perspectiva em que emerge o lado mais sombrio do Renascimento e uma mudança de voz em que o Renascimento europeu é visto a partir da periferia colonial. (MIGNOLO, 2016, p. 44)

Para a frase anterior o autor escreve duas notas esclarecendo o que pretende dizer ao utilizar ‘periferia’ e ‘semiose colonial’. Chamo atenção aqui para o termo ‘periferia’, pois se trata de um substantivo comum que os leitores certamente compreenderiam. Mas o autor expõe a carga teórica que tal termo possui citando, em nota, outros autores e indicando qual a concepção que ele utiliza. Isso corrobora a ideia de que os termos não são teóricos por si, o termo ‘periferia’ em outro contexto, por exemplo pode ser um termo *T*-não-teórico, mas em um texto decolonial ou pós-colonial se trata de um termo *T*-teórico. De toda forma, isso não ocorre com ‘Renascimento’.

Assim como no caso anterior, o significado do termo ‘Guerra Fria’ também não é dependente da perspectiva teórica da história global. No início do livro *What Is Global History*, Sebastian Conrad explica os motivos que desencadearam o atual interesse dos historiadores pela história global. Segundo ele, o interesse pelos processos globais fez com que a história global ganhasse força e forma, por diversos fatores, após o fim da Guerra Fria e depois do 11 de setembro de 2001. “Dada a moda generalizada de ver a ‘globalização’ como a chave para entender o presente, a necessidade de voltar no tempo e explorar as origens históricas desse

processo parece evidente” (CONRAD, 2016, p. 1). Conrad anuncia uma definição preliminar, resumida e ampla para a história global, para a qual pretende traçar contornos mais precisos ao longo do livro, uma história global pode ser descrita como “uma forma de análise histórica na qual fenômenos, eventos e processos são colocados em contextos globais” (CONRAD, 2016, p. 5).

Apesar do assunto central do livro, como o próprio título anuncia, ser a história global enquanto uma perspectiva historiográfica, nosso interesse recaiu sobre as ocorrências do termo ‘Guerra Fria’. A Guerra Fria é citada em diversos momentos ao longo do livro. Destaco, na sequência, alguns desses trechos a fim de verificar se notamos alguma dependência de significado em relação à perspectiva da história global. Numa das primeiras aparições do termo ‘Guerra Fria’ Conrad comenta sobre a bipolarização, aspecto comumente associado à Guerra Fria. Vejamos o que indica o trecho: “Após o fim da ideologia bipolar da Guerra Fria, as civilizações apareceram em muitos lugares como as unidades naturais com o qual pensar em rápidas mudanças globais e conflitos simples em um mundo globalizado” (2016, p. 57). O termo ‘Guerra Fria’ também é usado para indicar um fenômeno/processo histórico particular como podemos notar na seguinte frase: “Nas décadas globalizadas após a Guerra Fria, a chegada simultânea de conversas civilizatórias em diversos locais não é um acidente” (2016, p. 179). Além de indicar um processo particular, o autor escreve sobre o fim de tal processo, isto é percebido nesse trecho: “Tal leitura situa o boom da memória no final da Guerra Fria e na transformação da ordem política e econômica da região ocorrida naquele momento” (2016, p. 157).

Por fim, a última característica atribuída pelo historiador ao processo é poder de agência:

Colocando de forma mais simples, visões concorrentes não são simplesmente expressões de diferentes culturas; em vez disso, o que agora é defendido como uma “cultura” foi trabalhado por forças poderosas, entre elas o imperialismo, a integração capitalista e a Guerra Fria. (CONRAD, 2016, p. 182)

É notável que em todas as ocorrências anteriores do termo coligatório ‘Guerra Fria’, não parece haver dependência de significado da perspectiva teórica da história global no sentido de estabelecer sua possível extensão. Poderíamos, como hipótese, sondar em que medida a história global é dependente da Guerra Fria, esta última entendida aqui enquanto fenômeno histórico ao qual o termo ‘Guerra Fria’ se refere, já que com o fim da Guerra Fria o interesse por aspectos globais se acentuou, como afirmou Conrad.

E para o segundo sentido de teoria da história? Aquele no qual a teoria é sobre a história, será que o significado dos termos coligatórios depende dessa teoria? Se, nesse caso, as teorias mudam a compreensão geral da disciplina se espera que a concepção que se tinha de termos

coligatórios antes dos trabalhos de Hayden White, por exemplo, tenha sofrido alterações. Hayden White, com a publicação de *Metahistory* (1970), foi o pioneiro da perspectiva posteriormente chamada narrativista. Ankersmit também é, por vezes, enquadrado nessa perspectiva e sua primeira obra foi *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language* (1983) já citado neste trabalho. O narrativismo

[...] é geralmente entendido como uma mudança em relação ao status científico da historiografia com a percepção de que a escrita da história é condicionada por e contém vários tropos e recursos literários. Os narrativistas normalmente enfatizam que, como na literatura, os historiadores produzem textos e que os textos contêm narrativas que não são avaliáveis por meio empírico ou mesmo epistemológico. (KUUKKANEN, 2021, p. 3)

É comum associar os narrativistas à perspectiva de impossibilidade de a linguagem historiográfica estabelecer referência. A narrativa é sobre a realidade histórica, mas não se refere diretamente a ela. Ankersmit, por exemplo, enfatiza um agente intermediário entre narrativa e realidade que ele chamou de representação. A questão que interessa aqui é se os significados dos termos coligatórios dependem do Narrativismo. Ao refletir sobre isso, penso que a noção ‘termo coligatório’ pode ter sofrido alterações. Na medida em que para o narrativismo as reflexões teóricas a respeito da história devem se centrar na narrativa é de se esperar que, por influência dele, a natureza textual dos termos coligatórios seja enfatizada. Ela não provém, pelo menos não unicamente, da história enquanto realidade, enquanto curso dos assuntos e experiências humanas. Todavia, o significado dos termos tomados individualmente – ‘Guerra Fria’, ‘Renascimento’ e ‘Revolução Francesa’ – não parece depender de teorias da história como o Narrativismo.

Em síntese, depois de analisar os dois critérios de teoricidade – inobservabilidade das entidades e a dependência do significado em relação a uma teoria correspondente – noto que os termos coligatórios, assim como os teóricos, possivelmente, se referem a ‘entidades não observáveis’, contudo, como justificado nos parágrafos anteriores, isso não é suficiente para considerá-los teóricos. Quanto ao significado, os termos coligatórios não sinalizam dependência em relação às teorias da história.

Essa não dependência do significado em relação a uma teoria suscita, novamente, uma questão que foi levantada no primeiro capítulo que é: como se estabelece então o significado de um termo coligatório? Uma resposta satisfatória terá que aguardar o desenvolvimento do capítulo três e quatro. Mas quero apresentar uma hipótese aqui, suspeito que o significado do termo coligatório seja constituído, pelo menos em parte, pela narrativa que introduziu o termo na historiografia. Esse significado não permanece totalmente estático ao longo da história da

historiografia. Parte dele permanece já que o termo continua a ser usado pela comunidade de historiadores na intenção de fazer referência a um mesmo particular complexo, mas parte dele vai se alternando na medida em que novas fontes são encontradas, novas interpretações das fontes já existentes são oferecidas por narrativas mais contemporâneas, e assim por diante.

Ainda resta comentar se a contribuição dos termos teóricos para a história é análoga ao papel que os termos teóricos desempenham nas teorias científicas. Para Aviezer Tucker, o paralelo entre termos teóricos e coligatórios se dá justamente na função teórica desses termos. Para ele, além da não observação das entidades correspondentes, esses termos são úteis para explicar uma série de evidências, tal como ocorre com os termos teóricos:

Não há diferença entre o uso de tais conceitos teóricos na historiografia para explicar as evidências e o uso que os cientistas fazem de conceitos teóricos não observáveis para explicar uma série de evidências. Por exemplo, Dalton introduziu o conceito de Átomo para explicar um amplo escopo de evidências químicas. As inovações teóricas de Dalton e Burckhardt foram tão bem confirmadas que muitas vezes são consideradas como fatos. Suspeito que a maioria das pessoas que usa o termo “Renascimento” nem sabe que um historiador individual o introduziu no final do século XIX. Nem o átomo nem o Renascimento são diretamente observáveis; são conceitos teóricos extremamente úteis e bem confirmados. (TUCKER, 2004, p. 138)

Concordo com Aviezer Tucker, os termos coligatórios são semelhantes aos termos teóricos no que se refere à utilidade e poder explicativo. O poder explicativo dos termos coligatórios é notado já pelos primeiros filósofos da história que se dedicaram à reflexão dos termos coligatórios. Lembremos que Walsh, ao introduzir a noção de termos coligatórios, os inscreve no âmbito da explicação histórica, mas afirma que os historiadores também podem recorrer a outros processos de explicação além da coligação (1978, p. 61). Num texto posterior ele argumenta que para escolher um termo coligatório adequado o historiador deve estar atento a duas condições. Uma delas é que o termo deve estar bem fundamentado, ele deve ser sob medida aos fatos e não ser arbitrário. Segundo Walsh, para saber se esta condição é satisfeita é possível realizar um teste. O teste consiste em evidenciar que a partir da incorporação de determinado termo coligatório outras declarações de ‘nível inferior’ passam a contar em seu favor (1974, p. 139).

Nesse ponto voltamos ao exemplo dos termos ‘negativo’ e ‘positivo’, ao utilizá-los é possível explicar a atração dos elétrons pelo polo positivo em um conjunto de placas carregadas, ou seja, a declaração “o elétron foi atraído pelo polo positivo da placa *x*” corrobora com a declaração “o elétron possui carga negativa”. De forma semelhante, ao utilizar o termo ‘Renascimento’, os historiadores conseguem explicar uma série de outras declarações. Vejamos a título de exemplo algumas ocorrências do termo ‘Renascimento’ na obra de Jacob Burckhardt: “Ao chegar a este ponto em nossa visão histórica da civilização italiana, é hora de falar da

influência da Antiguidade, cujo ‘renascimento’ deu origem ao nome unilateralmente escolhido [...]” (2009, p. 177). Como é possível notar pela citação anterior, Burckhardt indica que o termo foi escolhido devido o renascimento de alguns aspectos da Antiguidade. Então a declaração acima pode ser apoiada por outras declarações como: “Com o século XV, porém, teve início a longa lista de novas descobertas, a criação sistemática de bibliotecas por meio de cópia e o mais fervoroso esforço de tradução a partir do grego” (2009, p. 190), entre outras. Note que nessa seleção de trechos há indícios em favor do teste proposto por Walsh.

A segunda condição indicada por Walsh na escolha do termo coligatório adequado, é que o termo coligatório deve ‘iluminar os fatos’. Ele complementa afirmando que o uso do termo “[...] torna o passado real e inteligível para nós. O objetivo de todo exercício coligatório é aumentar a compreensão do moderno estudante de história que olha para um determinado conjunto de eventos do ponto de vista do presente” (1974, p. 140). Entendo as expressões ‘tornar inteligível’ e ‘iluminar os fatos’ como outra maneira de dizer que os termos coligatórios ampliam o poder explicativo das narrativas históricas. Novamente, semelhante ao que ocorre com os termos teóricos, esses últimos ampliam o poder explicativo das teorias.

Logo depois da publicação de Walsh, William Dray, como já vimos no primeiro capítulo, também argumentou que os termos coligatórios cumprem uma função importante na explicação histórica. Ambos, como foi visto no primeiro capítulo, afirmam que a coligação permite explicar ‘o que’ ocorreu. Walsh alega que também é possível por meio do termo coligatório explicar ‘como’ ocorreu determinado processo, e Dray esclarece que a coligação também explica o ‘porquê’ ocorreu. Acredito que há uma sobrecarga de funções para o termo coligatório, segundo a proposta dos autores. Estou mais propensa a pensar que o termo auxilia, como dizia Walsh nas perguntas ‘o que’ e ‘como’. Mas o que interessa destacar é que, assim como os termos teóricos servem de modo peculiar às teorias, os termos coligatórios servem às narrativas, ambos ampliam a capacidade de explicação.

Embora concorde que tanto os termos coligatórios, quanto os termos teóricos cumpram um papel similar, discordo da ideia de que não há diferença entre eles. Existe pelo menos uma diferença que foi destacada nesta seção: o significado de um termo coligatório não depende de uma teoria da história, mas talvez ele dependa de narrativas historiográficas. A fim de marcar outra diferença entre termos coligatórios e teóricos talvez pudéssemos resgatar e reformar o argumento proposto por Kuukkanen (2015) e Ankersmit (1983), segundo o qual termos coligatórios se diferem de termos teóricos porque os primeiros se referem a particulares enquanto os segundos são aplicados a inúmeros casos. O argumento estaria mais bem colocado da seguinte forma: termos coligatórios se diferem de termos teóricos porque os primeiros

sempre se referem a particulares, enquanto os segundos, na maioria das vezes, são aplicados a inúmeros casos.

Nas considerações parciais retomo as conclusões desta seção, mas antes disso analisaremos a potencial relação entre termos coligatórios e modelos científicos. Levando em consideração que o caráter teórico dos termos coligatórios não foi satisfatoriamente explicado pela analogia com os termos teóricos, veremos, na próxima, se pela via dos modelos científicos esse caráter está mais bem encaminhado. Na sequência apresento algumas noções e funções básicas dos modelos e depois reflito se essas funções seriam cumpridas no caso de modelos em história.

2.3 MODELOS CIENTÍFICOS

‘Modelo’ é um termo polissêmico, tanto na ciência, quanto na filosofia. Como o uso de modelos na prática científica tem uma longa trajetória e é alvo de interesse filosófico desde o início, uma apresentação não parcial seria intrincada. Farei, portanto, um recorte dentro desse tema amplo. Indicarei algumas características e distinções básicas e destacarei algumas funções dos modelos. Depois, apresentarei as propostas de Luiz Henrique de Araújo Dutra (2005) e Amie Thomasson (2020) com as quais pretendo dialogar na próxima seção na possibilidade de pensar em termos coligatórios como nomes de modelos, ou pensar que a coligação cria um modelo.

Uma distinção básica é entre *modelos lógicos* e *representacionais* (FRIGG, 2022, p. 46). Começando pelos *modelos lógicos*, eles são também chamados de *modelos semânticos*. Dutra (2017, p. 143-144) os define da seguinte maneira: “Este tipo de modelo consiste em um conjunto de objetos e relações e operações sobre tais objetos. Os modelos semânticos são, portanto, estruturas ou conjuntos ordenados de elementos [...], em que temos nosso modelo, **M**, como o par ordenado $\langle \mathbf{U}, \mathbf{I} \rangle$ ”. Já Frigg (2022, p. 47) resume: “[...] ser um modelo lógico é um atributo relacional que algo tem em relação a uma sentença formal e uma interpretação”. Note que essas definições são um tanto vagas, para esclarecer no que consiste este tipo de modelo segue o exemplo utilizado por Frigg:

Considere a frase “Fa & Ga”. A sintaxe da linguagem lógica que usamos é tal que letras minúsculas como “a” se referem a objetos, letras maiúsculas como “F” e “G” designam propriedades e “Fa” indica que o objeto designado por “a” tem propriedade designada por “F” (e também por “Ga”). Assim, a frase “Fa & Ga” diz “o objeto a tem a propriedade F e o objeto a tem a propriedade G”. Nesse nível, trata-se de uma sentença puramente formal porque não é especificado de que objeto e de quais propriedades a sentença trata; [...] Podemos, por exemplo, interpretar “a” como referente à Torre de Londres, “F” como referente à propriedade de ter sido fundada

no ano de 1066, e “G” como referente à propriedade de ser o local da execução de Lady Jane Grey. Sob esta interpretação, “Fa & Ga” diz que “a Torre de Londres foi fundada em 1066 e foi o local da execução de Lady Jane Grey”. Isso é verdade e, portanto, a Torre de Londres, juntamente com as duas propriedades mencionadas, é um modelo lógico de “Fa & Ga”. (FRIGG, 2022, p. 47)

Os *modelos lógicos/semânticos* são importantes para as teorias científicas já que estabelecido um conjunto de objetos, relações entre eles, e uma interpretação, é possível identificar se determinadas sentenças que ocorrem naquela teoria são verdadeiras ou falsas segundo a interpretação. Existe ainda a chamada abordagem semântica de teorias científicas, na qual a relação entre modelos e teorias é ainda mais estreita que na explicação anterior. Bas van Fraassen, por exemplo, concebe as teorias como coleções de modelos semânticos. Contudo, como nosso foco não será nesse tipo de modelo, seguimos para os modelos representacionais.

Os *modelos representacionais*, como o nome indica, são modelos que representam algo. Eles não são um fim em si mesmo, apesar de muitos cientistas explorarem aspectos dos próprios modelos, na maior parte das vezes, eles estão desempenhando um papel mediador e o interesse da investigação recai sobre a teoria ou domínio-alvo do modelo. Alguns exemplos desse tipo de modelo são: uma réplica em miniatura de um determinado objeto, o modelo de Bohr do átomo de hidrogênio, modelo do DNA em dupla hélice, bolinhas de plástico conectadas podem ser o modelo de um polímero, peças em um tabuleiro podem representar agentes sociais em segregação, e assim por diante.

Os modelos representacionais, assim como os lógicos, são importantes para as teorias científicas. Duas razões dão suporte a essa afirmação: primeiro, eles apresentam a teoria, que muitas vezes é complexa, em termos visualizáveis, familiares e compreensíveis; segundo, os cientistas, ao manipular, testar, explorar, conjecturar hipóteses por meio do modelo, aprimoram aspectos da teoria. Mas o uso de modelos não oferece somente vantagens, um dos perigos mais comuns no uso de modelos, tanto lógicos quanto representacionais, é confundir as propriedades que são dos modelos com as propriedades da teoria alvo do modelo (FRIGG, 2022, p. 51-52). Outro risco é o da distorção, na tentativa de explicar a teoria ou suas leis em termos mais familiares, o modelo pode apresentar distorções geradas a partir dessa tentativa.

Mas afinal, como podemos definir modelos científicos? Uma forma de definir modelos é a partir de sua função. Isso porque ser um modelo, tanto no caso do *modelo lógico* quanto no *representacional*, não é uma característica intrínseca dos objetos em questão, mas uma função que tais objetos estão desempenhando em um determinado contexto (FRIGG, 2022 p. 47). E uma função comumente associada aos modelos é a da representação, muitos modelos são representações de um domínio-alvo. Entretanto, cumprir a função de representar não basta para

que algo seja considerado modelo. Mapas, gráficos, fotografias, pinturas, entre outros, também representam sem, ao mesmo tempo, serem modelos. Por outro lado, reduzir a função dos modelos a apenas representação também é equivocado, pois eles cumprem outros papéis como explicar certos fenômenos, viabilizar hipóteses, além de, como vimos, os *modelos lógicos/semânticos* são capazes de indicar verdade ou falsidade de sentenças das teorias científicas (FRIGG, 2022, p. 395).

Outra possibilidade de definição aventada por Frigg é a definição ontológica, mas aí a batalha parece no início, pois, como visto nos exemplos citados, objetos muito distintos podem contar como modelos, desde objetos materiais como bolas de bilhar e peças de um tabuleiro até entidades abstratas como números, equações e até uma representação verbal se estiver cumprindo uma função analógica. Devido a essas dificuldades o autor propõe ‘entender’, ao invés de ‘definir’, modelos seja funcionalmente ou ontologicamente. Os critérios a serem considerados nesse entendimento são: 1) *Condições de identidade*: os modelos são apresentados de maneiras diferentes e em contextos também diversos. Mesmo diante das diferenças os cientistas podem lidar com o mesmo modelo, por isso é importante que eles possuam critérios de identidades para que os cientistas saibam quando estão tratando do mesmo, e quando estão lidando com outro modelo; 2) *Atribuições de propriedade*: é um aspecto relevante, principalmente, no caso de representações. Quando o modelo é uma réplica ou um modelo analógico, o cientista precisa saber qual propriedade é similar e em quais propriedades eles se diferem em relação ao domínio-alvo. Essa questão é complicada no caso de objetos abstratos; 3) *Afirmações comparativas*: a ideia aqui é conseguir comparar o modelo com o seu domínio-alvo. Um exemplo desse tipo de afirmação é “a superfície do sol real é diferente da superfície do sol modelo”. Novamente no caso de objetos abstratos, estabelecer essas afirmações comparativas não é tarefa fácil; 4) *Verdade sobre modelos*: é preciso saber o que certo ou errado no discurso sobre modelos. Os cientistas precisam ter critérios que indiquem quando uma afirmação sobre o modelo é falsa e quando é verdadeira em primeiro lugar, e, em segundo lugar, saber traçar essa linha; 5) *Aprendendo sobre modelos*: os modelos devem ser alvo de investigação, ao analisar os próprios modelos os cientistas podem descobrir mais a seu respeito (FRIGG, 2022, p. 399).

Na próxima seção veremos se podemos ‘entender’ os possíveis referentes dos termos coligatórios a partir desses critérios. Mas antes, falta a apresentação das noções de modelo segundo a perspectiva de Dutra (2005) e Thomasson (2020).

Dutra introduz, no artigo “Os modelos e a pragmática da investigação” (2005), uma noção que denominou, por falta de um termo melhor, de “modelo-réplica”. Essa noção,

segundo o autor, não coincide nem com os modelos matemáticos nem com os modelos como cópias físicas. A despeito do nome, a noção de “modelo-réplica” nos interessa por três características: Primeiro, é uma noção ampla que não pretende ser enquadrada nas categorias de modelos representacionais (Modelos icônicos, Modelos matemáticos ou Modelos nômicos); Segundo, o modelo é concebido como estrutura abstrata (2005, p. 219); e terceiro, o modelo cumpre uma função operacional, ou seja, ele é entendido como uma ferramenta indispensável na prática científica (2005, p. 207).

Para compreender a noção proposta por Dutra é preciso dar um passo para trás. Para explicar sua concepção ele parte da ideia de modelos como objetos abstratos de Ronald Giere (1999), mas deixando de lado a interpretação cognitivista de modelos enquanto estruturas mentais desse autor. O foco de Dutra é no aspecto abstrato. Depois, o filósofo pede para que o leitor considere um plano inclinado sobre o qual faz deslizar um cubo, desprezando o atrito. Nesse modelo valem as leis de velocidade e aceleração segundo Newton. Agora, se construíssemos um plano inclinado semelhante, com uma tábua e um cubo de madeira ou um tijolo, outras leis seriam aplicadas, porque nesse caso, haveria atrito. Também deveríamos considerar, nesse último caso, a temperatura, a resistência do ar, etc. Sua intenção, com estes exemplos, é mostrar que a tábua e o cubo de madeira são uma situação física concreta, mas para estudá-los podemos realizar sucessivos modelos, e esses modelos são estruturas abstratas, que guardam semelhanças com a situação na qual a tábua e o cubo são concretos (2005, p. 222).

Mas por que ‘construir’ esses modelos como o do plano inclinado ideal? A ideia é o modelo serve como uma ferramenta de compreensão. Isto é, o plano inclinado idealizado ajuda a compreender o plano inclinado real, e as bolas de bilhar ajudam a compreender o comportamento das moléculas de um gás (DUTRA, 2005, p. 224). Mas a importância dos modelos vai além, eles são ferramentas indispensáveis na pesquisa científica. Segundo o autor, os modelos não são sempre subsidiários das teorias, isto é, na falta de uma teoria, ou, no caso da falta de teorias mais bem elaboradas, são os modelos que permitem que a pesquisa avance. Graças à sua natureza abstrata, tal qual a natureza das teorias, os modelos podem ser estudados por si mesmos (DUTRA, 2013, p. 15).

Se a natureza abstrata dos modelos ainda não ficou clara, ela será retomada na sequência com a perspectiva de Amie Thomasson. Antes de passarmos para a autora, queria falar rapidamente sobre o conceito de estrutura utilizado por Dutra. Ele explica que modelos devem ser concebidos como coleções de objetos tomados em uma relação específica. “Portanto, um modelo de qualquer tipo possui uma estrutura nesse sentido, um arranjo interno, podendo então

por extensão, também ser denominado ‘estrutura’ (DUTRA, 2013, p. 19). Por essa explicação notamos que o conceito de estrutura pode contribuir com os critérios anteriormente elencados por Frigg, como os de identidade e de propriedades. Veremos, na próxima seção, se os possíveis referentes dos termos coligatórios apresentam alguma estrutura nesse sentido.

Além das noções de modelo defendidas por Dutra, pretendo dispor, na reflexão da próxima seção, de aspectos propostos por Amie Thomasson no texto “*If Models Were Fictions, Then What Would They Be?*” (2020). Neste texto a autora pensa nos modelos científicos a partir da teoria artefactual da ficção. *Grosso modo* a teoria artefactual é uma teoria realista sobre a ficção e propõe que personagens e obras de ficção existem enquanto *artefatos abstratos*. A teoria artefactual vai ao encontro das nossas perspectivas mais comuns sobre ficção. “Em nossas discussões cotidianas sobre literatura, tratamos personagens como entidades criadas trazidas à existência em um determinado momento através dos atos de um autor” (THOMASSON, 1999, p. 5). A ideia é que essas entidades abstratas passam a existir em um determinado momento, isso ocorre por meio do cumprimento de regras que vão desde criação, publicização e manutenção dessas entidades (LEMOS, 2020, p. 43).

Tomando os personagens ficcionais da literatura como exemplos, eles são artefatos no sentido de serem construídos por atos intencionais de seu criador expressos em uma obra literária. Eles possuem, segundo a autora, *dependência direta* [*immediate dependencies*] em relação ao criador em primeiro lugar. Thomasson também chama essa relação de *dependência histórica rígida*, isto é, na ausência do autor, o personagem não existiria. Em segundo lugar, eles possuem uma relação de *dependência constante genérica* em relação às obras de literatura que falam dele. Esses personagens além de serem artefatos, são abstratos, no sentido de não serem localizáveis espaço-temporalmente como objetos concretos (THOMASSON, 1999, p. 35-6).

Exposto, brevemente, a concepção de personagens como artefatos abstratos voltamos, agora, aos modelos. Não é novidade pensar nos modelos científicos em analogia com a ficção. Nancy Cartwright (1983), por exemplo, afirma que modelos são obras de ficção. Thomasson (2020) não pretende discutir, nesse texto, se eles são, ou não, obras de ficção, seu propósito, como o título sugere é refletir: se os modelos fossem ficções, como eles seriam? Ou melhor, qual teoria sobre a ficção seria mais vantajosa na analogia de modelos com a ficção. A autora explica que compreender os modelos científicos como artefatos abstratos, a partir da teoria artefactual da ficção, é vantajoso, principalmente, no que se refere ao discurso externo.

Para esclarecer, o discurso externo é o discurso sobre os modelos, ele ocorre entre os cientistas, em periódicos, em palestras, entre outros meios. Já o discurso interno é aquele que

institui ou constrói o modelo por intermédio dele, e também pode ser veiculado nestes mesmos meios. No discurso interno a autora admite que a teoria do fingimento pode ser persuasiva, mas no caso do discurso externo parece forçoso pensar que os cientistas sempre estão fingindo fazer referência ao modelo, quando de fato eles estão se referindo a ele.

Segundo a teoria do fingimento¹⁵ [*Pretense Theory*] o discurso interno da ficção, aquele que narra por exemplo a história de Hamlet, não deve ser entendido literalmente como um discurso sobre um príncipe, mas como um convite aos leitores para que eles façam de conta que existiu um determinado príncipe chamado Hamlet. O problema é que de acordo com a perspectiva os diálogos externos, aqueles que são sobre a ficção, como os que ocorrem na crítica literária que falam do personagem Hamlet, também envolvem um jogo de faz-de-conta. Entretanto, Thomasson destaca que a crítica literária fala sobre o personagem, de influências literárias que o autor sofreu ao construir esse personagem, e esses críticos não parecem estar fingindo falar de pessoas. Para tratar seriamente sobre personagens seria necessário sempre parafrasear o discurso já que em nenhum deles haveria uma referência a eles e sim sempre uma pretensa referência. A autora sugere que considerar a referência a personagens sempre como uma pretensa referência é dobrar o trabalho, porque para verificar a verdade e a falsidade de sentenças sobre os personagens sempre deveríamos parafraseá-las explicitando o contexto do fingimento.

E como isso funcionaria no caso dos modelos? Como entender os discursos sobre os modelos se pensarmos neles em analogia com essa perspectiva da ficção? Resumidamente, a ideia é a mesma, “qualquer discurso que pareça se referir a eles [aos modelos] [...], pode ser parafraseado de forma a evitar a referência aparente ou pode ser tomado como no contexto de um jogo de fingimento” (THOMASSON, 2020, p. 52). Thomasson critica essa perspectiva porque acredita que existem boas razões, na verdade, é uma necessidade da ciência “aceitar que existem modelos, e que nosso discurso científico às vezes se refere a eles – que nossa conversa sobre modelos nem sempre está no contexto de um fingimento” (THOMASSON, 2020, p. 62). Assim como existem boas razões para afirmarmos que existem personagens ficcionais, principalmente, se considerarmos o modo como usamos a linguagem. Isto é, quando falamos de personagens não estamos fingindo acreditar que existiu tal pessoa.

¹⁵ Essa teoria possui refinamentos como princípios de geração que são espécie de gatilhos que permitem esses jogos de faz-de-contas, mas não vou tratar dela aqui. Para saber mais a respeito dessa concepção de ficção Cf. WALTON, Kendall. *Mimesis as Make-Believe*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990. E sobre a adoção dessa concepção na interpretação de modelos científicos Cf. FRIGG, Roman. What are Models? In. FRIGG, Roman. *Models and Theories: A Philosophical Inquiry*. New York: Routledge, 2022, p. 393-429.

Então, a alternativa é conceber os modelos como artefatos abstratos, de modo análogo aos personagens ficcionais, porque dessa forma podemos nos referir a eles

[...] como um modelo, desenvolvido por um certo grupo de cientistas com certos objetivos teóricos, destinado a representar um determinado sistema-alvo, influenciado em seu projeto por modelos anteriores e aprimorado por modelos posteriores, e assim por diante. (THOMASSON, 2020, pp. 68)

Mas os críticos dessa alternativa argumentam que dessa forma, assim como ocorre no caso dos personagens ficcionais, deveríamos estar dispostos a enfrentar os “custos ontológicos” decorrentes dessa alternativa. Os custos ontológicos, provavelmente, se relacionam com a falsa crença de que estes artefatos abstratos são entidades problemáticas, ou que eles são um tipo estranho a ser admitido em nossa ontologia. Em contrapartida, a autora argumenta que esses custos não se comprovam, já que ela demonstrou, em outros textos, que esses artefatos abstratos não são entidades problemáticas e que são mais comuns do que pensamos. Basta ver que nossa ontologia é povoada por entidades como teorias, leis, estados, sinfonias, histórias, entre outras, que seriam bem compreendidas caso fossem tomadas como artefatos abstratos (THOMASSON, 2020, p. 71).

Para concluir, se admitirmos que considerar os modelos como ficções é uma opção viável, que estaria mais de acordo com nossos discursos e práticas científicas, acredito ser interessante conceber os modelos a partir da teoria artefactual da ficção. Assim estaríamos falando seriamente sobre eles, nos referindo a eles, e não envolvidos sempre em jogos de fingimento.

2.4 TERMOS COLIGATÓRIOS COMO NOMES DE MODELOS

No capítulo 1, na subseção sobre Ankersmit, comentei que os termos coligatórios parecem indicar tanto um modo de apresentação, quanto um possível particular complexo, e que isso configura uma ambiguidade. Minha sugestão, aqui, é que o modo de apresentação poderia ser concebido como um modelo. Como vimos na seção acima quando estamos tratando de modelos há: 1) um discurso interno que institui e reformula o modelo (que poderia ser entendido, no caso da história, como a narrativa que utilizou o termo coligatório pela primeira vez, e as demais que sugerem alterações no modelo denominado pelo termo); e também um 2) discurso externo que é sobre o modelo, nesse discurso o modelo é analisado estabelecendo paralelos com o domínio-fonte, percebendo em que medida o modelo representa ou distorce o domínio-fonte, etc (que no caso da historiografia, seria o particular complexo alvo do modelo). Pensando na história, uma mesma narrativa pode 1) criticar e sugerir alterações no modelo ao

2) contrapor esse modelo com o domínio-fonte, falando que o modelo não representa adequadamente o domínio-fonte.

Ankersmit (2010) foi quem identificou que tanto a narrativa histórica quanto os usos de alguns termos em história podem ser confusos devido a essa ambiguidade. Há, segundo ele, um uso descritivo e um uso representativo dos termos. E devemos discernir com cuidado entre esses dois usos: “É ainda mais urgente alertar para isso porque, por alguma lamentável coincidência, muitas vezes usamos os mesmos termos em ambos os casos” (2010, p. 391). Ele cita como exemplo nessa explicação o nome próprio ‘Napoleão’, o qual é usado de modo descritivo e representacional. Refletindo sobre os termos coligatórios, suponho que quando ocorre o uso descritivo o termo pode estar se referindo ao modelo, e quando o uso é representacional o termo está fazendo referência ao domínio-alvo, nesta situação, o particular complexo. O problema é que não é tarefa fácil discernir entre os dois usos. Em algumas narrativas os historiadores indicam de maneira clara se estão discutindo sobre o que estou chamando de modelo, ou quando estão usando o termo em referência a um possível particular complexo. Já em outras narrativas os usos se confundem. Principalmente aquelas que discutem, ao mesmo tempo, a historiografia sobre modelo do processo histórico e o próprio processo. Vimos um exemplo no capítulo 1 sobre o termo ‘Renascimento’, trago novamente os dois trechos para retomar a discussão:

I- Note-se que o surgimento, no começo do século passado (como já dissemos), de uma corrente de historiadores contrários ao Renascimento (e por conseguinte a Burckhardt) não chegou a abalar a posição dominante nem de um nem de outro; (...). (FLORENZANO, 2021, p.101)

II- Mas, com relação ao Renascimento, não há acordo entre os historiadores nem sobre o momento e o lugar do seu nascimento (se na Itália antes e na Europa depois ou nas duas simultaneamente, ou se até mesmo na segunda antes da primeira), nem sobre o tempo de sua duração e término, nem sobre quais seriam seus elementos constitutivos e distintivos, sua natureza e caráter, bem como sua importância e significado histórico; mas isso não é tudo, pois também há desacordo sobre se o Renascimento deve ser visto como um fenômeno restrito ao âmbito das artes e do espírito ou, ao contrário, como um fenômeno amplo e total, englobando todas as esferas da vida humana, (...). (FLORENZANO, 2021, p. 90)

Notamos que a ocorrência do termo ‘Renascimento’ no trecho I faz referência ao modelo, já a ocorrência do trecho II parece indicar o particular complexo. Nesses dois trechos o uso do termo está claro. O mesmo não acontece na primeira citação abaixo retirada do livro *Pensando a Revolução Francesa* de François Furet:

I - A história da Revolução tem como função social manter esse relato das origens. Basta olharmos, por exemplo, o recorte acadêmico dos estudos históricos na França: a história ‘moderna’ termina em 1789, com aquilo que a Revolução batizou ‘Antigo

Regime’, que assim se viu atribuir, na falta de uma certidão de nascimento precisa, um atestado de óbito de acordo com todas as formalidades. (FURET, 1989, p. 17)

II- Mas ao tornar-se a anunciação positiva ou negativa de uma Revolução autenticamente comunista, onde a famosa “burguesia” não viria a confiscar a vitória do povo, a Revolução Francesa nada ganhou em significação ou em clareza conceitual. Ela simplesmente renovou seu mito, [...]. (FURET, 1989 p. 21)

III- Tudo muda com 1917. A partir de então a revolução socialista tem um semblante, e a Revolução Francesa deixa de ser um modelo para um futuro possível, desejável, esperado, mas ainda sem conteúdo. Ela se tornou a mãe de um acontecimento real, datado, registrado que é outubro de 1917. (FURET, 1989, p. 19)

Note que a referência é ambígua na expressão ‘a história da Revolução’ da citação I, não fica claro se ela indica o modelo ou o processo histórico. A segunda ocorrência também pode conter certa ambiguidade porque ela está submetida ao “recorte acadêmico dos estudos históricos”, o poderia indicar modelo, mas ao mesmo tempo, afirma que a Revolução batizou o período que a antecedeu de ‘Antigo Regime’ e é sabido que revolucionários e intelectuais envolvidos na revolução denominaram o período anterior de ‘Antigo Regime’, o que sugeriria referência ao processo. Já a ocorrência de ‘Revolução Francesa’ na citação II devido às expressões ‘significação’ e ‘clareza conceitual’ parece fazer referência ao modelo. E, por fim, a ocorrência do termo coligatório na citação III faz referência ao processo, afirmando que um processo se tornou ‘mãe’ de outro.

De todo modo, estou sugerindo que essa ambiguidade seja um indicativo de que os termos coligatórios ora indicam modelos, ora particulares complexos. Mas, por que falar em modelos em história? Por que simplesmente não manter o termo ‘representação’ como foi proposto por Ankersmit? E afinal, como seriam esses modelos?

Para responder a essas questões, voltamos às funções e as características dos modelos comentadas na seção anterior. Entre elas destacamos: a função de representar aspectos do domínio-alvo, a capacidade de explicar determinados fenômenos, o potencial de tornar familiar e compreensível algo complexo, ser uma ferramenta indispensável à prática científica, conter uma estrutura interna, e por fim sua natureza artefactual e abstrata. Vejamos, na sequência, como essas funções e características são identificadas no caso dos modelos em história.

A função de representar foi suficientemente comentada por Ankersmit (2012) e foi apresentada no primeiro capítulo. O que cabe explicar é porque não manter a noção de representação tal como ele propôs. Como já havia comentado, em nota, o termo ‘representação’ é um termo guarda-chuva para o autor, podendo indicar a narrativa, os termos coligatórios e o papel que ambos desempenham. Por isso, prefiro a noção de modelo e reservo o termo ‘representação’ para a função do modelo. É importante assinalar que por ‘representação’ não

se está concebendo cópia, nem espelhamento. A concepção de representação que levo em conta é a de Mary S. Morgan e Margaret Morrison (1999); para as autoras a representação

[...] é um tipo de *interpretação*, isto é, uma representação parcial que ou abstrai a partir de outra forma, ou traduz para ela a natureza real do sistema ou teoria, ou é uma representação capaz de incorporar apenas parte de um sistema. Em outras palavras, trata-se do tipo de representação que produz uma simulação, como as autoras comentam. (DUTRA, 2017, p. 167)

Portanto, em uma representação sempre haverá algumas distorções. O modelo pode estar enfatizando, somente, um ou mais aspectos do sistema-alvo, entendido aqui como o possível particular complexo, ou estar indicando alguma característica peculiar daquele sistema, ou ainda estar explicando uma parte sem contemplar o todo.

Sobre a função de explicar determinados fenômenos é importante considerar a construção desse modelo em história. Resumidamente, estou supondo que o termo coligatório nomeie o modelo que é construído por meio da coligação explicitada na narrativa. Nessa narrativa o fenômeno alvo do modelo é explicado. E a narrativa, por meio da qual o modelo é instituído, também torna esse fenômeno compreensível.

No que se refere à contribuição indispensável dos modelos à prática científica, começemos com a pergunta: termos coligatórios são dispensáveis? Pelo que vimos no primeiro capítulo o papel desempenhado por esses termos não parece ser dispensável. Além do que, ao compará-los com os termos teóricos, concluímos que substituir esses termos por outros que fazem referência a aspectos observáveis perdemos o elemento adquirido com a coligação e diminuimos a capacidade explicativa da narrativa na qual os termos coligatórios estão presentes. Agora, os autores apresentados não estavam cogitando termos coligatórios como nomes de modelos. Então modificarei a pergunta, será que conceber o referente do termo coligatório como um modelo proporciona alguma vantagem à prática historiográfica? Será esse modelo uma ferramenta útil e indispensável à prática historiográfica? Bem, não me comprometo a considerar que os referentes dos termos coligatórios como modelos seja indispensável, mas sua utilidade é plausível. Primeiro, porque elucidaria a confusão entre os usos descritivo e representacional indicado anteriormente. Segundo, admitindo que os termos coligatórios são nomes de modelos, notamos que as funções que eles exercem se tornam mais claras e que não se reduzem à representação. Por essa razão também acredito que a noção de modelo seja mais eficiente que a noção de ‘representação’. Terceiro, a natureza vaga desses referentes estaria bem encaminhada os concebendo como artefatos abstratos. Por último, há uma extensa e rica produção sobre modelos na filosofia da ciência, e tanto historiadores quanto filósofos da história poderiam usufruir dela na compreensão de modelos em história. Em

resumo, a principal contribuição de conceber os termos coligatórios como nomes de modelos é evidenciar aspectos da prática historiográfica que podem não estar claros e entender melhor o papel desempenhado pelos próprios termos coligatórios na historiografia.

Quanto à estrutura interna do modelo, no que diz respeito a história, se faz necessário retomar aspectos da coligação. No primeiro capítulo concluímos que a coligação justamente coliga (reúne e agrupa) um determinado conjunto de eventos. Então será que essa coligação é um arranjo desordenado ou apresenta uma estrutura? Me parece que ao coligar os eventos o historiador os organiza de uma determinada forma. E esta forma está presente no modelo. Agora, se essa estrutura corresponde a uma estrutura, na realidade, é outro problema, mas que a coligação organiza as informações sobre os eventos de uma determinada maneira é aceitável.

Em relação à natureza artefactual e abstrata dos modelos em história gostaria de relembrar o aspecto construtivista da coligação e dos termos coligatórios sublinhado por Kuukkanen (2015). Ele comenta que os historiadores constroem conceitos coligatórios pois eles não são evidentes nos dados históricos. “[...] o conceito de ‘Renascimento’ não foi de forma alguma inferido a partir dos dados históricos, mas construído por Michelet (1855), depois disso o termo se tornou parte da linguagem da historiografia” (KUUKKANEN, p. 122). Para o autor o construtivismo em historiografia está justamente relacionado à coligação. Uma das expressões coligatórias que Kuukkanen utiliza como exemplo é ‘*Thaw*’, traduzido normalmente por ‘Degelo’ ou ‘Desgelo de Khrushchev’. E na conclusão sobre construtivismo o autor esclarece que o ‘Degelo de Khrushchev’ é uma construção do historiador. Vejamos sua conclusão:

Poderíamos então dizer que o construtivismo na historiografia significa que os objetos historiográficos dependem da atividade do historiador – e, portanto, do lado do sujeito. Em outras palavras, objetos historiográficos como o ‘*Thaw*’ ou a tese de Thompson sobre o nascimento da classe trabalhadora inglesa não existiriam sem a construção de um historiador. É necessário, novamente, observar que o construtivismo na historiografia não precisa incluir todos os tipos de objetos históricos. (KUUKKANEN, 2015, p. 187)

Repare que essa ideia se aproxima daquilo que Thomasson (2020) argumenta sobre modelos em analogia aos personagens ficcionais. Os modelos, assim como os personagens, passam a existir depois de terem sido criados. Nessa direção, a *dependência direta* em relação a um autor também está indicada na citação acima. Cabe notar que nem todos os objetos da historiografia são criados, como salienta Kuukkanen. Isso seria uma particularidade daqueles objetos aos quais os termos coligatórios fazem referência. Não estou afirmando que o processo histórico, se existiu, tenha sido criado por algum historiador, o que estou sugerindo é que um modelo é criado por historiadores a partir da coligação na tentativa de entender determinado domínio-

alvo. E os aspectos ontológicos desse modelo poderiam ser compreendidos a partir da teoria artefactual de Amie Thomasson.

Isso resolveria, parcialmente, a questão de não haver uma contraparte na realidade histórica à qual o termo coligatório se refere. Lembre-se que tanto Kuukkanen (2015) quanto Ankersmit (2012) argumentam que os termos coligatórios não possuem um correspondente na realidade à qual fazem referência. Não vou endossar, ou contrariar essa visão, gostaria apenas de sugerir que os termos podem estar fazendo referência a esses objetos ou artefatos abstratos (modelos) construídos pelos historiadores quando na análise de um domínio alvo.

A hipótese de que historiadores constroem modelos por meio da coligação, também, poderia ser uma alternativa viável à ideia de que os ‘eventos’ são criados narrativamente. A visão de que eventos são estabelecidos narrativamente foi defendida, entre outros autores, pelo filósofo Paul Roth. Essa visão pode ser notada em dois trechos extraídos do artigo “*Essentially narrative explanations*”:

(...) Nenhuma sequência causal existe para ser modelada até que tal evento precise de explicação. A sequência causal por sua vez, só pode consistir nesse caso em ver os fatos ordenados e, portanto, relacionados de uma maneira particular. A descrição cria este evento e o evento nomeado por ‘O holocausto’ torna-se verdade para uma coletividade de ocorrências após o fato”. (ROTH, 2017, p. 46)

Esse ‘evento’ se tornou visível depois que o trabalho de Hilberg lhe deu forma e nome (...). Finalmente, o que a narrativa explica não pode ser explicado de outra maneira. Pois a narrativa cria o que simultaneamente se propõe a explicar, não porque ‘inventem coisas’, mais precisamente pela razão de que narrativistas como Hayden White insistiram por tanto tempo que só por esse meio uma história fornece significado e estrutura a um emaranhado de detalhes que caso contrário não o teria. (ROTH, 2017, p. 47)

Nesse texto Roth está interessado em mostrar que alguns eventos formulados por *sentenças narrativas*¹⁶ só podem ser explicados narrativamente. Um exemplo desse tipo de sentença é a frase “O Holocausto começou em 1933” (2017, p. 46). Resumidamente, o autor argumenta que narrativas históricas estabelecem certos eventos por meio delas, os quais sem elas não seriam explicados. Meu ponto aqui é recomendar que a hipótese de que as narrativas constroem modelos por meio delas é uma alternativa, pelo menos intuitivamente, mais interessante.

¹⁶ Sentença narrativa é uma noção formulada por Arthur Danto, segundo o autor a “característica mais geral é que elas se referem a pelo menos dois eventos embora apenas descrevam (são apenas) sobre os primeiros” (1985, p. 143). Um exemplo desse tipo de sentença é a frase: ‘Petrarca abriu (t1) o Renascimento (t2)’. Nessas sentenças, para que o fato descrito em t1 seja verdadeiro é necessário que o fato descrito em t2 ocorra. Em poucas palavras, são sentenças escritas em retrospectiva, nas quais determinados eventos são apresentados sob descrições disponíveis apenas posteriormente ao evento. No que se refere ao nosso assunto, Roth parece sugerir que as sentenças nas quais termos coligatórios aparecem são, geralmente, sentenças narrativas, isto porque os ‘eventos’ referidos pelos termos foram nomeados retrospectivamente. Esse assunto será explorado mais no próximo capítulo.

Por fim, gostaria de retomar os critérios sugeridos por Frigg quando ele conclui que tanto uma definição ontológica quanto funcional para os modelos é irrealizável, esses critérios servem para ‘entender’ quando um objeto, seja ele abstrato ou concreto, está desempenhando o papel de modelo. Será que os modelos em história operam segundo esses critérios? As *condições de identidade*, as *atribuições de propriedade* e as *afirmações comparativas*, no caso da história, enfrentam, provavelmente, as mesmas dificuldades que os outros objetos abstratos quando estes desempenham o papel de modelos. Com uma ressalva, defenderei que os modelos em história são idiográficos. Isto é, que eles são “modelos de uso único”, ou seja, servem para explicar apenas um particular, em oposição aos modelos que são nomotéticos, aqueles usados para explicar eventos/fenômenos recorrentes, ou testar leis. Depois de estabelecidas as *condições de identidade* e identificadas suas *propriedades*, determinar se determinadas afirmações são verdadeiras ou falsas sobre o modelo é uma consequência, assim como a análise e investigação do próprio modelo.

2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Percebemos, na seção 2.2, que os termos coligatórios compartilham duas semelhanças com os termos teóricos: seus referentes não são observáveis, e os termos coligatórios ampliam a capacidade explicativa das narrativas nas quais ocorrem, assim como os termos teóricos ampliam a capacidade explicativa das teorias nas quais ocorrem. Contudo, essas semelhanças não são suficientes para afirmar que termos coligatórios funcionam como termos teóricos no caso da história. Isso porque pelo menos em dois aspectos esses termos se diferem: I) os termos coligatórios não são dependentes das teorias da história para o estabelecimento de sua extensão e II) termos coligatórios sempre se referem a particulares, enquanto os termos teóricos, em geral, se referem a fenômenos ou entidades recorrentes. Por essas razões, apesar dos termos coligatórios apresentarem uma característica teórica semelhante em relação a função, eles não podem ser considerados termos teóricos.

Na seção 2.4 exploramos a hipótese de ponderar termos coligatórios como nomes de modelos. Nessa tarefa analisamos se esses modelos cumprem as funções e possuem as características dos modelos científicos indicadas na seção anterior. Vimos que as funções e características básicas dos modelos seriam contempladas no caso de modelos em história, com a ressalva de que os modelos em história seriam ideográficos, isto é, têm como alvo um particular.

Apresentei também, nessa seção, o que entendo como vantagens ao aceitar a hipótese de que termos coligatórios são nomes de modelos: primeiro, ela é uma alternativa interessante a posição irrealista de que eventos são ‘criados’ narrativamente; segundo, a vagueza do referente dos termos coligatórios estaria relacionada com o aspecto abstrato e artefactual desses modelos; e por fim, essa hipótese poderia abrir caminhos de respostas à pergunta: Como funciona a referência para termos coligatórios? Pergunta que será explorada nos próximos capítulos desta tese.

CAPÍTULO 3

AS TEORIAS DA REFERÊNCIA NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Atentando às considerações dos capítulos precedentes, nossa intenção, daqui em diante, é refletir sobre a referência para termos coligatórios. Em outras palavras, tendo em conta o que entendemos sobre eles (capítulo 1), sobre suas características teóricas (capítulo 2) a pergunta é: Como esses termos se referem? Podemos desdobrar o problema em mais questões: Em virtude do quê esses termos se referem? Existe um mecanismo ou mecanismos que permitem que a referência ocorra? O que compõe o significado desses termos? Qual o papel da comunidade de falantes na criação, uso e desuso desses termos? Para responder a essas questões é preciso, primeiro, compreender o que dizem as teorias filosóficas da referência e seus principais pressupostos, trabalho empreendido neste capítulo.

As teorias da referência investigam a referência linguística, em outras palavras, se ocupam da relação que se estabelece entre determinada expressão da linguagem e um objeto. Entre essas expressões, algumas parecem manter uma relação especial já que são empregadas com o propósito de indicar de modo exclusivo e inequívoco um e somente um objeto. Nomes próprios como ‘Clarice Lispector’, ‘Rio Uruguai’ e ‘Santa Catarina’ são exemplos paradigmáticos. Mas, expressões indexicais que incluem pronomes pessoais e possessivos como ‘eu’, ‘meu’, ‘você’, ‘ele’ e ‘dele’, pronomes demonstrativos como ‘aquele’ e ‘aquela’, advérbios de lugar e tempo como ‘aqui’, ‘agora’ e adjetivos como ‘real’ e ‘atual’, dependendo do contexto de uso, podem cumprir essa função referencial. Nomes de tipos naturais cujos possíveis candidatos são os nomes dos elementos químicos, espécies biológicas, partículas atômicas e subatômicas, entre outros, que fazem referência a um determinado agrupamento natural, também fazem parte dessas expressões. Por fim, descrições definidas, para determinadas interpretações, também conseguem indicar exclusivamente um referente. Descrições definidas são do tipo ‘o F’, elas contêm um artigo definido ‘o’ ou ‘a’ e são capazes de indicar apenas um, e no máximo um indivíduo, por exemplo, ‘o autor da Metafísica’, cujo referente seria Aristóteles. Os termos coligatórios, assim como vimos no primeiro capítulo, parecem manter essa mesma relação especial com seu referente, seja ele um modelo ou um particular complexo. Esses termos são usados para indicar um, e somente um, processo histórico.

As teorias da referência são divididas e apresentadas tradicionalmente em filosofia da linguagem sob duas perspectivas: *indireta* ou descritivista, e *direta*, também chamada de causal-

histórica. Essas duas perspectivas teóricas discordam, sobretudo, quanto à relação de referência entre o nome e seu referente. Na indireta, a relação entre o nome e referente ocorre por meio de um componente epistemológico (conteúdo descritivo, um conjunto de representações, um sentido). Neste caso, o nome só será capaz de referir-se, se ele satisfizer, parcial ou totalmente, esse conjunto de representações do portador do nome. Já na causal-histórica, a relação entre nome e portador se dá diretamente, não sendo necessária, por isso, nenhuma instância intermediária. A referência ocorre independentemente da satisfação de qualquer propriedade que o referente possua. Na causal-histórica, o critério para que ocorra a referência é sua fixação por meio de um batismo inicial com um contato causal, e a transmissão desse nome por uma rede de falantes que remete ao contato de batismo. Entre as duas perspectivas existe uma posição intermediária sustentada pelas teorias híbridas, que como, o nome sinaliza, costumam combinar aspectos da perspectiva descritivista e da causal-histórica.

Na sequência, apresentarei a teoria indireta ou descritivista tal como foi proposta por Gottlob Frege (1892). Depois, a teoria direta ou causal-histórica de Saul Kripke (1972). E, por fim, a teoria híbrida de Gareth Evans (1973).

3.1 TEORIA DA REFERÊNCIA INDIRETA

Como citado acima, a teoria indireta sustenta que há algum componente epistemológico (descritivo ou não) que auxilia na seleção do particular o qual o nome se refere. Os nomes se referem na medida em que são associados a esse componente, pois ele serve para identificar determinado particular como o referente daquele nome. Isto ficará mais claro ao expor a explicação de Frege no artigo “Sobre o Sentido e a Referência” (2009 [1892]).

O filósofo inicia o artigo com o *problema das identidades informativas*. Em resumo, o problema é: supondo que *a* e *b* sejam dois nomes para o mesmo objeto, como explicar que os seguintes enunciados: ‘*a* = *a*’ e ‘*a* = *b*’ possuem valores cognitivos diferentes? Pense neste problema com as palavras Fósforo e Héspero, parece que ‘Fósforo = Fósforo’ não acrescenta nenhuma informação ao ouvinte, agora ‘Fósforo = Héspero’ acrescenta. A questão que Frege coloca é que se os nomes fossem somente denotativos, ou seja, só apontassem para o referente, essa diferença não poderia existir. A ênfase do autor é que a segunda frase “contém um genuíno conhecimento” (FREGE, 2009, p. 131), ou seja, aquele que desconhecia a informação obtém, com ela, um ganho cognitivo. Esse ganho existe porque trata-se de dois modos distintos de apresentar o mesmo objeto. Neste exemplo, em particular, o planeta Vênus é apresentado como Fósforo (Estrela da Manhã) e Héspero (Estrela da Tarde). Para Frege, na relação de referência

estão presentes três elementos: sinal (*Zeichen*), sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). O sinal é o nome, a referência é o objeto, e entre eles está o sentido que intermedia a relação. Por isso, essa teoria é conhecida como *indireta*. Em resumo, “Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) expressa seu sentido e designa ou refere-se à sua referência. Por meio de um sinal expressamos seu sentido e designamos sua referência” (FREGE, 2009, p. 136).

Retomando a questão feita na introdução deste capítulo sobre se há algum mecanismo que permite que a referência ocorra, no caso dos nomes próprios/termos coligatórios, a resposta de Frege poderia ser colocada do seguinte modo: o termo se refere mediante o sentido, isto é, em virtude de possuir um sentido, e esse sentido ser conhecido pelos falantes¹⁷, a referência ocorre de modo satisfatório. Em outras palavras, o sentido é condição necessária para a referência. O contrário não é verdadeiro, pois os termos/nomes sempre possuem sentido mesmo que não possuam referência. Um exemplo oferecido por Frege (2009/1892, p. 137) para ilustrar essa situação é o nome ‘Ulisses’ presente nos poemas épicos de Homero. Como um nome próprio, ‘Ulisses’, possui sentido, mas não tem referência.

Mas afinal, o que é o sentido? Começaremos a explicar por meio de uma resposta negativa, isto é, dizendo o que o sentido não é. O sentido “não é uma realidade linguística, nem subjetiva (como a ideia), nem psicológica e menos ainda um objeto” (ALCOFORADO *apud* FREGE, 2009, p. 132 n.15). O tradutor fez questão de esclarecer isso em nota, suponho, que devido a uma confusão feita por autores posteriores a Frege, os quais interpretam o sentido como sendo uma descrição definida. Se não é uma realidade linguística, o sentido não pode ser reduzido a uma, ou mais, descrições definidas. Quer dizer, o sentido no nome ‘Héspero’ não é ‘a estrela que vemos no céu ao entardecer’. A confusão feita entre sentido e descrição definida se deve, pelo menos, a dois motivos. O primeiro, foi provocado pelo próprio filósofo quando ao explicar sobre o sentido de um nome próprio indicou algumas descrições. Isso ocorre na nota de rodapé sobre o nome próprio ‘Aristóteles’:

No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em

¹⁷ ‘Usuários’ e ‘falantes’ não são categorias utilizadas, nestes termos, no artigo de Frege. Elas se tornaram mais frequentes no vocabulário filosófico a partir da virada pragmática que tem como ponto de partida a publicação da obra *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein (1953). Isso não significa que Frege desconsiderava o papel dos falantes, mas a ênfase do seu trabalho era em questões semânticas, ou seja, em que condições uma sentença pode ser considerada verdadeira ou falsa. A presença dos falantes em seu artigo pode ser notada em trechos como o seguinte: “o sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem [...]” (FREGE, 2009, p. 132).

Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais oscilações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, não devem ter lugar numa linguagem perfeita. (FREGE, 2009, p. 132 n. 14).

Essa citação permite duas interpretações. Uma, Frege está dizendo que o sentido de um nome próprio é uma descrição definida. E outra, com a qual concordamos, o autor está indicando que o sentido de um nome próprio pode ser o mesmo de uma descrição definida (BRZOZOWSKI, 2012, p. 71). Esta última interpretação leva em conta que para Frege as descrições definidas¹⁸ são, assim como o nome ‘Aristóteles’, *nomes próprios genuínos*. Isto significa que a descrição definida é um sinal que possui um sentido e uma referência. Nessa direção, as descrições definidas não podem ser sentido e sinal, já que sentido (modo de apresentação) e sinal (nome) são distintos. O segundo motivo que pode ter levado adiante a interpretação de que o sentido de um nome próprio é uma descrição definida foi a *teoria das descrições definidas* de Russell (1905)¹⁹, proposta para revelar as incoerências contidas no sentido fregeano. Em suma, gostaria de salientar que não compartilho da interpretação de que o sentido de um nome, segundo Frege, é uma descrição definida.

O sentido também não é subjetivo como uma *ideia*. *Ideia* é um termo técnico utilizado por Frege para significar uma espécie de representação mental subjetiva. Frege afirma que “A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da *ideia* (*Vorstellung*) associada a este sinal”. Quando o referente de um nome é um objeto “sensorialmente perceptível”, ao falar dele ou mesmo me referir a ele, posso ter uma imagem interna daquele objeto. Essa imagem (*ideia*) tem como base informações da memória ou das impressões, mas essas imagens são subjetivas e o sentido não é (FREGE, 2009, p. 134). Ele exemplificou a diferença entre *ideia* e sentido usando como um observador, um telescópio e a lua. A referência é, metaforicamente, a lua, a imagem da lua no telescópio é, metaforicamente, o sentido (outros observadores também serão capazes de identificar a lua usando o telescópio) e a *ideia* é, metaforicamente, a imagem da lua na retina do observador (FREGE, 2009, p. 135).

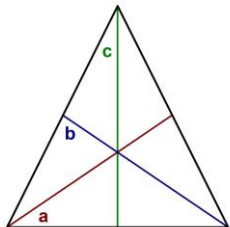
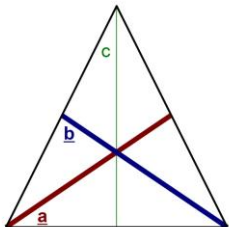
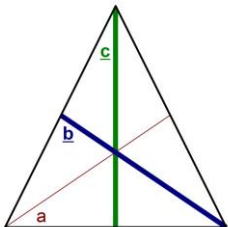
¹⁸ O tradutor usou ‘nome próprio composto’ para ‘*zusammengesetzt Eigennamen*’ e esclarece em nota que esse nome próprio composto é o que Russell chama de descrições definidas (ALCOFORADO *apud* FREGE, 2009, p. 148).

¹⁹ Em resumo, de acordo com essa teoria, para entender a como um nome próprio contribui para as condições de verdade da frase devemos parafraseá-lo usando uma descrição. Tome a frase: ‘Aristóteles foi o fundador da lógica formal’, o nome ‘Aristóteles’ apesar de parecer um termo simples, segundo Russell, abrevia descrições como: ‘o autor da Metafísica’ ou ‘o discípulo mais brilhante de Platão’, etc. Assim a frase ‘Aristóteles foi o fundador da lógica formal’ deve ser parafraseada substituindo o nome ‘Aristóteles’ pela descrição ‘o autor da Metafísica’, da seguinte forma: I - Pelo menos uma pessoa é o autor da metafísica; II - No máximo uma pessoa é o autor da metafísica; III - Quem quer que tenha sido o autor da metafísica, essa pessoa foi o fundador da lógica formal. Desse modo conseguiremos constatar se a frase ‘Aristóteles foi o fundador da lógica formal’ é verdadeira ou não. Mas, reforçando, essa teoria é de Russell e não de Frege.

Resumindo, na resposta negativa o sentido não é uma entidade linguística tal como uma descrição definida, já que a descrição definida também é um sinal e, portanto, também possui um sentido. Também não é algo subjetivo como uma *ideia*. E, por fim, também não é um objeto.

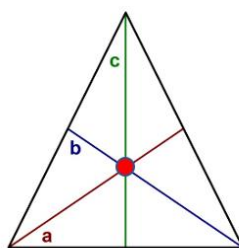
E quanto a resposta positiva, o que é então o sentido? O sentido é um “modo de apresentação do objeto”. Como dito no parágrafo anterior, *ideia* é subjetiva, enquanto sentido é objetivo. Os sentidos associados aos nomes são compartilhados, comunicáveis e apreendidos. Eles são parte do tesouro comum de pensamentos da humanidade (FREGE, 2009, p. 134). Para esclarecer, Frege segue com o exemplo do nome ‘Aristóteles’. Sobre ‘Aristóteles’ nada impede que este ou aquele indivíduo aprendam e compartilhem o mesmo sentido, e por essa razão associam o nome ‘Aristóteles’ ao mesmo sentido, mas ao conceber em suas mentes o mesmo objeto (o filósofo Aristóteles) cada um possui a sua *ideia* acerca do objeto.

Um exemplo que auxilia na compreensão do sentido como um modo de apresentação do objeto foi indicado pelo filósofo no começo do artigo. Pense em um triângulo: “Sejam a, b, c as linhas que ligam os vértices de um triângulo com os pontos médios dos lados opostos. O ponto de interseção de a e b é o mesmo que o ponto de interseção de b e c” (FREGE, 2009, p. 130). A representação desse exemplo é a seguinte:

 Figura 1: Linhas SHORES, 2016 Sejam a, b e c as linhas que ligam os vértices de um triângulo com os pontos médios dos lados opostos.	 Figura 2: 1ª Interseção SHORES, 2016 O ponto de interseção de a e b	 Figura 3: 2ª Interseção SHORES, 2016 É o mesmo que o ponto de interseção b e c.
---	--	--

Suas duas designações para o mesmo ponto, ou seja, dois modos de apresentar o mesmo ponto. ‘O ponto de interseção de a e b’ e ‘O ponto de interseção b e c’ são duas descrições, cada uma contém um sentido, isto é, um modo de apresentar o objeto.

Figura 4: O ponto



SHORES, 2016

Em uma carta a Philip E. B. Jourdain (FREGE, 1980, p.72-84), Frege oferece mais um exemplo para ilustrar o que quer dizer com o sentido de um nome. Suponha que um explorador em uma viagem a um país inexplorado viu uma montanha coberta de neve no horizonte ao norte. Perguntou sobre ela aos nativos e aprendeu que ela se chamava ‘Aphla’. Escreveu então em seu diário ‘Aphla tem pelo menos 5.000 metros de altura’. Outro explorador viu uma montanha coberta de neve no horizonte ao sul e aprendeu que ela era chamada de Ateb. Ele registrou em seu mapa esse nome. Comparações posteriores mostraram que ambos os exploradores viram a mesma montanha. O filósofo explica que o conteúdo da proposição ‘Ateb é Aphla’ não é o mesmo que ‘Ateb é Ateb’. Justamente porque ‘Ateb’ é um sinal com um sentido (um modo de apresentar) o objeto (a montanha) e ‘Alpha’ é outro sinal, com outro sentido. A proposição ‘Ateb é Aphla’ possui um valor cognitivo em termos geográficos porque os nomes não são só sinais que apontam para a referência (a montanha), mas contém também sentido, que é um modo de apresentar o objeto.

Em resumo, segundo a teoria *indireta* de Frege há sempre três elementos no processo de referência: sinal, sentido e referência. Um termo (sinal) sempre expressa um sentido e indica uma referência, mais especificamente, por meio do sentido (modo de apresentar o objeto) a referência é possível.

3.2 TEORIA DA REFERÊNCIA DIRETA²⁰

Essa teoria é comumente chamada de teoria causal da referência. Ela foi inicialmente sugerida²¹ por Keith Donnellan (1966) e Peter Geach (1969), e esboçada por Saul Kripke (1972)

²⁰ Partes desta seção estão presentes no capítulo ainda não publicado pela editora UFFS intitulado “A teoria causal da referência funciona para termos coligatórios?”, feito em coautoria com o orientador Profº Jerzy A. Brzozowski.

²¹ Cabe mencionar que o autor que inaugurou a teoria direta na contemporaneidade foi John Stuart Mill com a obra *Um Sistema de Lógica* de 1843.

(MICHAELSON; REIMER, 2020, p. 42). Embora Kripke (2012 [1972], p. 154) tenha alertado que sua intenção não foi de enunciar as condições necessárias e suficientes para uma teoria, mas sim de esboçar uma imagem que melhor representaria a referência em comparação com propostas anteriores, isto é, as propostas indiretas como a que acabei de expor. Essa imagem acabou sendo tomada como uma das mais populares e proeminentes teorias da referência. A teoria esboçada por Kripke contém três elementos principais: (I) a tese dos nomes como *designadores rígidos*, (II) o fenômeno da *fixação da referência* por um contato causal e (III) e o fenômeno da *transmissão ou empréstimo da referência* por meio de uma cadeia causal de comunicação.

O termo ‘designador rígido’²² foi cunhado por Kripke, contudo, as ideias subjacentes ao termo também foram reivindicadas por Ruth Barcan Marcus e Alvin Plantinga (LAPORTE, 2016). Nos termos da lógica modal um designador rígido é uma expressão que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis nos quais esse objeto existe e nunca designa qualquer outra coisa. Para explicar melhor o que isso significa vamos expor um pequeno teste intuitivo. O teste consiste em substituir ‘*x*’ nos enunciados abaixo pela expressão a ser testada, e se ambos os enunciados resultantes forem inequivocamente falsos, a expressão é um designador rígido.

- (1) a. ‘*x* poderia não ter sido *x*’ e
- b. ‘Alguém ou coisa diferente de *x* poderia ter sido *x*’ (NOONAN, 2013, p. 12).

Ao testar o nome próprio ‘Virginia Woolf’ e a descrição definida ‘a autora de *Mrs. Dalloway*’, obteremos respostas diferentes. Vejamos:

- (2) a. ‘Virginia Woolf poderia não ter sido Virginia Woolf’
- b. ‘Alguém diferente de Virginia Woolf poderia ter sido Virginia Woolf’
- a.* ‘A autora de *Mrs. Dalloway* poderia não ter sido a autora de *Mrs. Dalloway*’
- b.* ‘Alguém diferente da autora de *Mrs. Dalloway* poderia ter sido a autora de *Mrs. Dalloway*’

²² A rigidez está mais atrelada aos nomes próprios, mas não é exclusividade deles. Ela comumente é aplicada a indexicais como ‘agora’, ‘você’, ‘aquela’, ‘este’, a termos de tipos naturais como ‘ouro’ e ‘água’, e a termos gerais como ‘tigre’, ‘vermelho’ e ‘quente’. Se discute também a possibilidade de rigidez para termos relacionados e aparentemente singulares como ‘vermelhidão’ e ‘volume’ e para termos singulares de propriedades artificiais, por exemplo, ‘celibato’ e ‘refrigerante’ (LAPORTE, 2016).

O enunciado (2a*) soa ambíguo, pois pode significar, que i) a pessoa que escreveu esse livro poderia não ter escrito o livro, ter escrito só *O Quarto de Jacob*, por exemplo, (o que é verdadeiro), ou que ii) a autora de *Mrs. Dalloway* não é ela mesma (o que é falso). Da mesma forma, o enunciado (2b*) é ambíguo pois é plausível supor que i) outra pessoa poderia ter sido a autora de *Mrs. Dalloway* (verdadeiro), ou que ii) outra pessoa, diferente daquela que estamos falando, poderia ter sido ela (falso). Então, diríamos que os enunciados contidos em (2a*) e (2b*) são verdadeiros ou falsos? A resposta é ambígua, porque, justamente, depende de qual interpretação estamos falando. Contudo, essa ambiguidade não está presente nos enunciados (2a) e (2b). Quando falamos de Virginia Woolf é dela que estamos falando, e de ninguém mais. Então, dizer que a pessoa Virginia Woolf poderia não ter sido ela, ou que outra pessoa diferente dela poderia ter sido Virginia Woolf, é simplesmente falso.

Por este teste, fornecido por Kripke, notamos que os nomes próprios são designadores rígidos, mas as descrições definidas não são²³ (NOONAN, 2013, p. 12). Kripke mostra que nomes próprios e descrições definidas se comportam de maneira diferente em situações contrafatuais, ou, para usar o vocabulário modal, se comportam de maneira diferente em relação aos mundos possíveis. Enquanto os nomes são designadores rígidos e sempre se referem ao mesmo indivíduo, as descrições definidas não conseguem manter a mesma referência. Isso significa que em uma situação hipotética – em algum mundo possível – uma descrição pode se referir a outro indivíduo.

Kripke usa, entre outros exemplos, a descrição definida ‘o presidente dos EUA em 1970’ e o nome ‘Nixon’ para confirmar essa distinção. A descrição designa no mundo atual um certo homem, no caso, Nixon. Contudo, numa situação contrafactual na qual seu concorrente ganhara as eleições em 1968, essa descrição se referiria a Humphrey. Ele então resume:

Nestas palestras defenderei, de maneira intuitiva, que os nomes próprios são designadores rígidos, porque apesar de o homem (Nixon) poder não ter sido presidente, não se dá o caso de que ele pudesse não ter sido Nixon (embora pudesse não ter sido chamado ‘Nixon’). (KRIPKE, 2012, p. 99-100)

A observação no final da citação merece esclarecimento porque a tese de designação rígida, por vezes, é confundida com a ideia de que o indivíduo não poderia ter recebido outro

²³ Alguns autores buscam conciliar a tese da designação rígida com o descritivismo fazendo um contraponto ao argumento modal. A proposta geral nas várias versões do descritivismo rigidificado é que descrições definidas não-rígidas se combinadas com determinados operadores resultam em descrições definidas rigidificadas, ou seja, descrições capazes de fazer referência ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Um exemplo é a adição do operador de atualidade, nesse caso, a descrição definida ‘a autora de *Mrs. Dalloway*’ ficaria ‘a autora de *Mrs. Dalloway* no mundo atual’. Isso permite que a descrição se refira a um único indivíduo, aquele que no mundo atual satisfaz a descrição que nesse caso é Virginia Woolf. Além desse mecanismo de rigidificação das descrições definidas, pode-se pensar que algumas descrições são rígidas *de facto* como, por exemplo, as que se referem a objetos matemáticos: “a razão entre diâmetro e a circunferência”, ou ainda aquelas que se referem a tipos naturais: “o elemento de número atômico 79”.

nome (MURCHO, 2004). Para evidenciar essa diferença pense em uma situação em que Virginia Woolf poderia se chamar ‘Vanessa Woolf’, ou ‘Julia Woolf’, caso seus pais a tivessem nomeado assim. Mas é preciso notar que o enunciado que acabamos de fazer só tem sentido se já usarmos o nome ‘Virginia Woolf’ rigidamente, ou seja, se já o usamos para fazer referência à pessoa que atualmente chamamos de ‘Virginia Woolf’, caso contrário não estaríamos falando dela, que ela poderia ter recebido outro nome, estaríamos talvez dizendo que outra pessoa poderia ter sido chamada de ‘Vanessa Woolf’.

Em resumo, as comparações anteriores entre descrições definidas e nomes próprios confirmam o que comentadores costumam identificar como o argumento modal de Kripke contra a teoria descritivista ou *indireta*. Esse argumento sustenta que os nomes e as descrições definidas não são intercambiáveis sem alteração no valor de verdade do enunciado em contextos modais. Isso ocorre porque, como vimos, as descrições não se referem ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis, o que torna o valor de verdade dos enunciados ambíguo.

Apresentada a tese dos nomes como designadores rígidos, seguimos com a explicação sobre a fixação e transmissão da referência. Esses dois fenômenos são centrais para a teoria tendo em vista que a referência de um termo é aquilo que estiver ligado a ele por elo causal; e a fixação da referência é o que dá origem ao elo e a transmissão ou empréstimo da referência é o que o preserva. Ambos podem ser notados na passagem clássica de Kripke:

Um bebê nasce; os pais dão-lhe um nome. Falam dele aos amigos. Outras pessoas conhecem-no. Através de vários gêneros de conversa, o nome espalha-se de elo em elo, como numa cadeia. Um falante que está mesmo no fim desta cadeia e que, por exemplo, ouviu falar de Richard Feynman, no mercado ou noutra sítio qualquer, pode estar a referir-se a Richard Feynman mesmo que não consiga lembrar-se de quem foi a primeira pessoa que lhe falou de Feynman ou sequer de ninguém que lhe tenha falado de Feynman. Sabe que Feynman é um físico famoso. Há uma certa cadeia comunicativa que chega ao falante e em cuja outra extremidade está o próprio homem. (KRIPKE, 2012, p. 151-2)

Para os adeptos da teoria causal, a fixação da referência ocorre tipicamente por meio de um batismo no qual um sujeito por ostensão indica um objeto no seu campo perceptivo e profere: “este objeto se chamará N”, e então os demais indivíduos presentes passam a usar o nome ‘N’ em referência àquele mesmo objeto. Entretanto, há casos em que o objeto batizado é uma amostra ou um exemplar que instancia determinada substância ou tipo natural, por exemplo, uma amostra de ouro pode ter sido usada para fixar a referência de ‘ouro’, e um espécime-tipo pode ser usado para fixar a referência de táxons biológicos, como no caso do espécime CM9380 utilizado para fixar a referência de ‘*Tyrannosaurus rex*’ (BRZOZOWSKI, 2020, p. 29). Exemplos de batismos por amostras são na maioria provenientes da química e da

biologia, e geram ampla discussão²⁴. Nesses casos “a extensão do termo são então todos aqueles objetos, ou todos aqueles exemplos de coisas, que são do mesmo tipo que a amostra ostensivamente dada, que compartilham a mesma natureza essencial subjacente das amostras” (DEVITT; STERELNY, 1999, p. 88). Kripke (2012, p. 189) chamou essas amostras de ‘exemplares paradigmáticos’ (*paradigmatic instances*).

Uma última e controversa possibilidade de fixação de referência ocorre por meio de descrições, quando o objeto nomeado não está, no ato de batismo, em uma relação causal com quem fixa a referência. Dois exemplos foram indicados por Kripke (2012, p. 137): ‘Jack, o Estripador’ (‘o homem cometeu todos aqueles homicídios ou parte deles’) e ‘Netuno’ (o planeta que causava tais e tais discrepâncias nas órbitas de certos outros planetas). Sobre esse tipo de fixação é preciso alertar que a descrição usada não deve ser entendida como sinônimo do nome, ela apenas cumpre um papel na fixação da referência. Assim, uma vez fixada a referência, os falantes usam o nome ‘Netuno’ com sucesso, mesmo sem conhecer essa descrição, e a descrição não pode substituir o nome em enunciados preservando o valor de verdade do enunciado (argumento modal). Nessas situações a fixação não requer uma relação causal no ato de batismo, mas são casos-limite (NOONAN, 2013, p. 104). E Kripke, apesar de admitir essa possibilidade, reforça que na maioria dos casos a pessoa que batiza está “num certo sentido em contato direto com o objeto que nomeia e pode nomeá-lo ostensivamente” (2012, p. 157, n42). Uma última observação a esse respeito é que adeptos da teoria sustentam que a relação causal na fixação da referência é fundamental, dessa maneira a fixação por descrição é preterida (DEVITT; STERELNY, 1999, p. 66).

A fixação da referência nos casos típicos, portanto, envolve uma relação causal entre o objeto nomeado e aqueles que fixam o nome. Isso levanta, pelo menos, duas questões iniciais: Primeiro, o que conta como relação causal, ou contato direto com o objeto? Segundo, o que garante que o gesto de ostensão apontará para o objeto desejado, uma vez que no campo perceptual existem muitas outras coisas que poderiam ser o alvo do ato de batismo? Sobre a primeira questão, Takashi Yagisawa (1993, p. 145) critica a noção de relação causal porque são “eventos (estados de coisas e fenômenos) que estão em relações causais, não objetos”. No contexto da fixação da referência há um indivíduo que está nomeando determinado objeto, neste cenário, o ato de indicar e proferir as palavras “este objeto se chamará ‘N’” seria a causa e o

²⁴ Entre os temas conflitantes está a existência, ou não, de propriedades essenciais. Se existem, elas são descobertas? Elas são metafisicamente necessárias? (LAPORTE, 2004; HAVSTAD, 2018). Nesses batismos por amostras pode ocorrer que o espécime-tipo escolhido para batizar determinado táxon na verdade ‘pertença’ a outro e não àquele que os cientistas pretendiam fazer referência (HABER, 2012).

objeto que passa a se chamar ‘N’ seria o efeito? Ou o objeto batizado é aquilo que de alguma forma afeta ou causa algum efeito no indivíduo responsável pela fixação? Concordamos que o ato batismal se caracteriza como um ‘ato performativo’ nos termos de Austin (1962) e como sugere Lemos (2020, p. 89), mas isso ainda não esclarece o que seria a *relação causal*. Talvez o contato visual do objeto por aquele que fixa a referência seja ainda a explicação mais aceitável para o termo ‘causal’, assim o objeto causaria uma impressão sensível visual naquele que o nomeia²⁵.

Sobre a segunda questão relacionada à ambiguidade do gesto de ostensão já foram sugeridas respostas.

Segundo Geach, uma vez que qualquer ato de apontar é ambíguo, alguém que batize um objeto apontando para ele terá de aplicar uma propriedade categorial de modo a desfazer a ambiguidade quanto à sua referência e assegurar critérios corretos de identidade ao longo do tempo – por exemplo, alguém que atribua uma referência a ‘Nixon’ apontando para ele tem de dizer: “Estou a usar ‘Nixon’ como um nome deste homem”, removendo assim as tentações que o seu ouvinte tenha de pensar que ele está a apontar para um nariz ou para um intervalo de tempo. A propriedade categorial faz então, num certo sentido, parte do significado do nome; [...]. (KRIPKE, 2012, p.180-1, n58)

Outra resposta foi oferecida por Devitt e Sterelny (1999, p. 75); segundo eles, o batismo envolve mais de um gesto de ostensão. Um primeiro gesto é realizado por aquele que introduz o nome, mas logo outras pessoas que presenciaram o batismo se referem ao mesmo objeto usando o nome. Imagine uma cena semelhante àquela oferecida por Kripke na qual os pais batizam o bebê com o nome ‘Giulia’, por exemplo, os avós que estão na cerimônia comentam: “Olha a nossa netinha Giulia, como ela está linda esta noite”, nesse meio tempo a madrinha solicita aos pais: “Posso segurar a Giulia no colo?” A desambiguação do primeiro gesto de ostensão se deve a esses múltiplos batismos (*multiple groundings*).

Embora essas respostas sejam plausíveis e convincentes no que diz respeito à fixação de nomes de pessoas, elas não parecem suficientes para resolver o problema da ambiguidade do gesto de ostensão em casos mais complexos, como, por exemplo, no batismo de táxons biológicos por meio de um espécime-tipo. O nome fixado no ato de batismo se aplica ao organismo individual, à espécie ou ao gênero? (BRZOZOWSKI, 2020, p.30-31). Esse problema parece não poder ser solucionado a menos que se admitisse no ato de batismo outros mecanismos de identificação do objeto nomeado, como foi sugerido por Geach, mecanismos capazes de indicar inequivocamente o objeto nomeado. Entretanto, essa possibilidade não faz

²⁵ Esclarecer o que é essa relação causal requer uma análise das perspectivas filosóficas a respeito de causa porque diante da variedade de perspectivas se espera que alguma seja compatível com a *relação causal* proposta pela teoria causal da referência. Facilitaria nosso entendimento se os adeptos da teoria causal já enunciassem qual a definição de relação causal que estão adotando, cf. Schaffer (2016).

muito sentido para Kripke, que, ao discutir a passagem anterior de Geach, afirma que mesmo utilizando determinadas categorias para identificar o objeto na hora do batismo essas categorias podem se mostrar posteriormente equivocadas. Isso porque quem está batizando não tem como conhecer *a priori* determinadas características verdadeiras acerca do objeto nomeado. Nesse sentido, ele questiona: “Não poderia acabar por se revelar que Dobbin pertence a uma espécie que não é a dos cavalos (embora superficialmente parecesse um cavalo), que Héspero é um planeta, e não uma estrela [...]?” (KRIPKE, 2012, p.180-1, n58). Kripke também contesta a ideia de que a categoria faça parte do significado do nome. Ele explica que mesmo que a categoria seja requerida para a desambiguar o gesto de ostensão, os falantes posteriores não estarão, nem precisarão, estar cientes dessa categoria. Em suma, Kripke não julga que o problema da ambiguidade do gesto de ostensão mereça uma solução que dependa da associação de certo conteúdo conceitual ao nome.

Uma vez que o nome foi introduzido e sua referência foi fixada, ele é então transmitido por trocas comunicativas entre a comunidade. Os falantes são bem sucedidos no uso do nome porque esse uso pressupõe um elo comunicativo/causal que preserva a referência inicial, aquela que foi fixada no batismo. Quando o nome é transmitido, aquele que o aprendeu, o usará em relação ao mesmo referente que a pessoa que o ensinou usou (KRIPKE, 2012, p. 158). A cadeia de comunicação do uso do nome tem de se estender desde o batismo inicial até o uso atual.

Geralmente, a nossa referência depende, não apenas daquilo que nós próprios pensamos, mas das outras pessoas da comunidade, da história de como o nome chegou até nós e de coisas deste gênero. É seguindo essa história que chegamos à referência. (KRIPKE, 2012, p. 156)

A teoria causal também é chamada de teoria causal-histórica da referência, isso porque o batismo que envolve um contato causal entre o sujeito que fixa a referência e o objeto que está sendo nomeado dá início a uma história de uso do nome. Como expresso na citação acima, se seguirmos a história do uso do nome chegaremos, no final da cadeia de comunicação, à própria referência.

Os dois fenômenos (fixação e transmissão da referência) somados à tese da designação rígida são capazes de explicar por que falantes aparentemente ignorantes a respeito de um indivíduo são capazes de se referir a ele satisfatoriamente. Isso contrasta com a proposta descritivista/*indireta* da referência, segundo a qual o sucesso referencial depende de quanto do conteúdo representacional associado ao nome o falante conhece, pois isso permite que o falante identifique inequivocamente o portador do nome. Kripke usa como exemplo o nome ‘Richard Feynman’ e argumenta que um falante que tenha apenas a informação ‘um físico famoso’ – informação que pode selecionar muitos indivíduos no mundo – está ainda assim se referindo ao

indivíduo Feynman. A explicação para isso é que o uso do nome ‘Richard Feynman’ está conectado a uma rede de comunicação que preservou a referência desse nome. Uma pessoa é capaz de obter sucesso referencial em virtude de estar apropriadamente ligada à rede de comunicação causal de uso do nome. Poderíamos nos perguntar, agora, quanto aos homônimos, se dois indivíduos tivessem o nome ‘Richard Feynman’ e ambos fossem físicos famosos, os falantes ainda teriam sucesso no uso do nome? Isso não é um problema para a teoria causal, já que cada batismo dá início a um elo de comunicação próprio.

Para a teoria causal, mesmo que os falantes associem equivocadamente um determinado conteúdo a um nome, ou que o conteúdo que atualmente se associa ao nome se mostre falso, ainda assim o uso do nome é satisfatório. Sobre o primeiro caso, Kripke (2012, p. 144) oferece exemplos a respeito de Colombo e Einstein, e expõe que os falantes equivocadamente associam o nome ‘Colombo’ com o primeiro homem a aferir que a Terra era redonda, e ‘Einstein’ ao homem que inventou a bomba atômica. Ambas são informações falsas, mas diríamos que os falantes estão equivocados quanto ao conteúdo, ou estão falando de outras pessoas que não aquelas a que esses nomes se referem? Sobre o segundo caso, Kripke (2012, p. 141-142) elabora uma situação hipotética na qual o homem que demonstrou a incompletude da aritmética foi Schimdt e não Gödel. Nessa situação, Schimdt foi quem realizou todo o trabalho e escreveu um manuscrito a respeito, depois morreu em circunstâncias desconhecidas e Gödel se apropriou do manuscrito. A pergunta é: o falante que só consegue associar o nome ‘Gödel’ à informação ‘o homem que provou a incompletude da aritmética’ está se referindo no fim das contas a Schimdt? Para Kripke, a resposta é “não”: o falante ao usar o nome ‘Gödel’, mesmo o associando a um conteúdo de maneira equivocada, ainda se refere a Gödel. O argumento central de Kripke nesses exemplos “é que costumamos usar nomes com base em considerável desinformação sobre seus portadores, mas tal desinformação não torna impossível usarmos esses nomes para nos referirmos a seus portadores” (NOONAN, 2013, p. 106).

Em síntese, a teoria causal da referência sustenta a tese de que os nomes são designadores rígidos, isto é, eles se referem ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. A referência de um nome é fixada por meio de um contato casual entre aquele que recebe o nome e os responsáveis pela fixação da referência. Uma vez fixada a referência, o nome começa ser usado por uma comunidade de falantes e isso dá início a uma cadeia de comunicação que preserva a referência inicial; “A ideia, então, é que o referente e os usuários de um nome estão unidos por algum tipo específico de elo causal” (SALLES, 2020, p. 67). Assim, um nome ‘N’ se refere a *x* se e somente se, ‘N’ estiver causalmente conectado a *x*. O ‘causalmente conectado’

se estende ao batismo e ao elo causal de comunicação, os quais separados são condição necessária e juntos são condição suficiente para o nome se referir ao objeto.

3. 3 TEORIA HÍBRIDA DA REFERÊNCIA

Para compreender a teoria esboçada por Gareth Evans (1982; 1985) primeiro precisamos retomar alguns pontos da teoria indireta ou descritivista. É complicado oferecer um quadro geral da teoria já que normalmente é explicada paralelamente a um autor, como foi o caso de Frege exposto anteriormente. Embora tenhamos citado algumas características gerais no início do capítulo, e segundo elas, para a teoria indireta o sucesso da referência depende de um componente epistemológico (conteúdo descritivo, um conjunto de representações, sentido). Isso porque o nome expressa esse sentido, ou é associado a esse componente, e ele auxilia na seleção do objeto. Normalmente o componente epistemológico é apresentado como um conjunto de descrições, e nesse caso a tese é de que o portador do nome é aquele que satisfaz a maioria dessas descrições, e o usuário do nome terá sucesso caso saiba essas descrições e consiga por meio delas fazer a seleção correta do objeto.

Em “The Causal Theory of Names” (1985 [1973]) Evans distinguiu duas teorias descritivistas. Uma, ao nível do falante, o que um orador denota em uma ocasião. Nesse caso o falante S é conhecedor de um conjunto de informações e concorda que ‘NN’ é o nome de *x*. As informações que S associou a ‘NN’ se ajustam a *x*. E se caso o falante não conheça essas informações, ou se tiver informações equivocadas, a denotação falhará (1985, p. 2). Segundo o autor, essa teoria descritivista foi alvo das críticas de Kripke em *O nomear e a Necessidade*. A outra teoria descritivista sustenta que uma *comunidade* de falantes acredita que associado a um nome está uma descrição ou um conjunto delas, as quais devem ser satisfeitas por um item para que ele seja o portador do nome (1985, p. 2). Essa teoria não se compromete, segundo Evans, com a tese de que todos os participantes da comunidade tenham o conhecimento de todas as descrições.

A primeira teoria, como mencionado, foi alvo das críticas de Kripke. Evans, por sua vez, teceu críticas à segunda, entretanto, não vem ao caso expô-las aqui. A ideia foi reapresentar em termos gerais a teoria descritivista para então situar a proposta de Evans, tendo em vista que ele discorda que a denotação seja por satisfação de um item a um conjunto de descrições. Apesar de discordar da teoria descritivista, nossa interpretação é que sua teoria não a exclui totalmente. Vejamos o esboço da teoria de Evans.

Para que uma expressão ‘NN’ seja o nome de *x* é preciso:

1. Que faça parte das práticas linguísticas de determinada comunidade o procedimento de usar ‘NN’ para se referir a x (1985, p. 18) e
2. x ser a fonte causal do corpo de informações que os falantes contemporâneos dessa comunidade associam ao nome ‘NN’ (1985, p. 13).

O que há da teoria descritivista ou de teoria *indireta* na teoria de Evans é justamente esse corpo de informações, que ele também chama de *dossiê de informações* (1985, p. 16) envolvido na prática de uso do nome. É de domínio da comunidade, ou seja, faz parte do conhecimento geral da comunidade um *dossiê de informações* que é acionado toda vez que os membros dessa comunidade usam o nome. Esse dossiê cumpre algum papel na relação de referência já que o referente pretendido é aquele sujeito que foi a fonte causal dessas informações. Cabe destacar que o referente não é o sujeito que satisfaz a maioria das informações do dossiê, “é antes aquele item que é causalmente responsável pela posse do locutor desse corpo de informações, ou de forma predominante responsável se houver mais de um” (1985, p. 14). Por isso, Evans não pode ser classificado como um autor descritivista, ou adepto da teoria *indireta* tal como Frege, mas sua teoria também não é puramente causal, como a de Kripke, já que esse dossiê cumpre algum papel no processo de referência.

Passamos agora à explanação do que é e como é formado esse *dossiê de informações*. De acordo com o que foi visto acima, o dossiê faz parte do processo de referência, isto porque os falantes de uma determinada comunidade fazendo uso do nome compartilham dessas informações, o portador do nome é a fonte causal majoritária das informações contidas no dossiê. Para Evans, não há uma explicação única sobre como uma expressão se tornou o nome de algo. Consequentemente não há uma única maneira de formar um *dossiê de informações* que é associado por uma comunidade a um nome. Para entender isso, selecionei alguns exemplos reais e ficcionais propostos pelo autor.

Caso I: “Homem e sua mala”

Normalmente, nosso conhecimento ou crença sobre itens específicos é derivado de transações de coleta de informações, envolvendo uma interação causal com um ou outro item, conduzida por nós mesmos ou é derivado, talvez através de uma longa cadeia, das transações de outros. A percepção do item é a principal, mas de forma alguma a única, pela qual um item pode nos impressionar; por exemplo, um homem pode ser a fonte de coisas que descobrimos vasculhando sua mala ou lendo suas obras. (EVANS, 1985, p. 15)

Como expresso nessa citação, a formação do dossiê assim como a transmissão da referência pode envolver uma longa cadeia de interações causais. Nem sempre teremos contato com o portador do nome. Isso pode ocorrer de maneira indireta, tendo acesso somente a pistas e rastros de algum item específico. O item nesse caso é homem dono da mala, ele também é a fonte dos

rastros deixados como roupas e documentos, por exemplo. O dossiê será formado, nesse caso, indiretamente, por meio dos vestígios encontrados na mala.

Caso II: “Madagascar”

No caso de Madagascar, um boato sobre marinheiros malaaios ou árabes, mal compreendido por Marco Polo, ou pelos escribas que registraram a história do grande viajante, teve o efeito de transferir uma forma corrupta do nome de uma porção do continente africano à grande ilha africana. (TAYLOR, 1898, p. 6)

Esse é um caso real de mudança de denotação. É citado por Evans, mas o exemplo foi retirado do livro de Isaac Taylor *Names and their History* (1898). Esse exemplo demonstra, primeiro, que o batismo de um item com um nome, por si só, não garante a permanência da referência. E segundo, pode ocorrer ao longo do tempo uma mudança de denotação, ou seja, outro item ser indicado pelo nome. Nesse caso, a ilha, a má compreensão de Marco Polo e seus escritos posteriores deram origem a novas informações, e atualmente os falantes usam o nome ‘Madagascar’ na intenção de indicar a ilha. Aqui o dossiê de informações associado ao nome ‘Madagascar’ se ampliou, e com o passar do tempo a ilha passou a ser a fonte dominante de informações contidas no dossiê e não mais a porção do continente, por isso a ilha é o referente do nome.

Caso III: “O Napoleão impostor”

Considere outro exemplo. Se verificar que um imitador assumiu o papel de Napoleão a partir de 1814 (após Elba), o grupo de informações dos historiadores típicos ainda seria predominantemente do homem responsável pelas façanhas anteriores [...] e estaríamos dizendo que eles tinham crenças falsas sobre quem lutou em Waterloo. Se, no entanto, a mudança tivesse ocorrido muito antes, sendo um oficial do Exército desconhecido personificado, então a sua informação seria predominantemente do homem posterior [...]. Eles não tinham crenças falsas sobre quem era o general em Waterloo, mas sim crenças falsas sobre o início da carreira daquele general. (EVANS, 1985, p. 16-17)

Neste caso, Evans quer explicar que o referente do nome é aquele que é a fonte dominante de informações associado ao nome. No primeiro exemplo (após Elba) os historiadores usaram ‘Napoleão’ para comentar sobre a Batalha de Waterloo, e com esse nome pretenderam fazer referência ao verdadeiro Napoleão, por isso estariam cometendo um erro de identificação já que quem lutou foi o impostor, isto é, o impostor era a fonte dominante de informações neste contexto. No segundo exemplo, se o impostor tivesse assumido desde o início da carreira do general o erro de identificação seria mais antigo porque a fonte de origem de todas as informações sobre a carreira militar e política associadas a ‘Napoleão’ teriam sido produzidas pelo impostor. A ideia de Evans é mostrar que:

[...] Um conjunto ou dossiê de informação pode ser predominantemente de um item, embora contenha elementos cuja fonte seja diferente. E certamente queremos permitir que erros de identificação persistentes possam fazer com que um cluster seja predominantemente de algum item diferente daquele que era originalmente. (EVANS, 1985, p. 16)

É isso que acontece no último caso a ser analisado, “O matemático Ibn Khan”. Neste exemplo, o erro de identificação foi tão persistente que o dossiê se tornou predominantemente do matemático e não do escriba, apesar do nome ser originalmente do escriba.

Caso IV: “O matemático Ibn Khan”

Considere o seguinte caso. Uma urna é descoberta no Mar Morto contendo documentos nos quais são encontradas provas matemáticas fascinantes. Inscrito na parte inferior está o nome “Ibn Khan”, que é naturalmente considerado o nome do construtor das provas. Consequentemente, passa a ser de uso comum entre os matemáticos preocupados com esse ramo da matemática. “Khan conjecturou aqui isso...” e similar. Contudo, suponhamos que o nome fosse o nome do escriba que transcreveu as provas muito mais tarde; um pequeno “*id scripsit*” foi destruído. (EVANS, 1985, p.18).

Este é um interessante caso ficcional que apresenta a formação de um dossiê. Para entender o que está em questão vou problematizá-lo e dar uma sequência, também ficcional. Antes da descoberta da urna não havia um dossiê sobre Ibn Khan, pelo menos não era conhecido entre a comunidade de matemáticos, e entre os arqueólogos, eu diria. Após a descoberta da urna o nome se popularizou nas duas comunidades, e sempre associado a ele estavam informações sobre as provas matemáticas. Supondo que depois de 50 anos os arqueólogos descobriram que havia ‘*id scripsit*’ e que, portanto, o nome ‘Ibn Khan’ era na verdade do escriba e não do matemático construtor das provas. Será que a comunidade de matemáticos e até mesmo a dos arqueólogos não usaria mais ‘Ibn Khan’ para indicar o matemático? Penso que, apesar de ser originalmente o nome do escriba, o matemático também poderia se chamar ‘Ibn Khan’. Esse é um exemplo ficcional, contudo não é incomum a história da ciência. Um caso de identificação equivocada ocorreu com um espécime-tipo [exemplar usado para fixar a referência do nome] de cobra *Thamnophis sirtalis infernalis* o qual pertencia, na verdade, à outra subespécie chamada de ‘*T. s. tetrataenia*’ (BRZOZOWSKI, 2020, p. 24-41). Por conta disso, taxonomistas propuseram trocar o nome, na verdade, a ideia é que as populações de cobras catalogadas como ‘*infernalis*’ fossem incluídas numa subespécie já existente. Ocorreu uma discussão na comunidade de biólogos e taxonomistas para manutenção do nome, já que havia uma vasta produção científica sobre a extinção e necessidade da preservação dessa cobra. Isto é, já havia todo um dossiê formado sobre o nome ‘*Thamnophis sirtalis infernalis*’ e não foi de interesse da comunidade descartar toda essa produção apenas por conta de um batismo equivocado.

O caso do matemático Ibn Khan também serve para explicar outras duas características sobre nomes e dossiês que ainda gostaria de comentar: uma é a distinção entre referência semântica e referência do falante proposta por Kripke no artigo “Speaker’s Reference And Semantic Reference” (1977 [1971]; p. 255-276); e a outra é o papel central desempenhado pelos *produtores* dos nomes presente no capítulo “Proper Names” de Evans (1982).

O principal objetivo de Kripke no artigo “Speaker’s Reference And Semantic Reference” foi analisar se a distinção proposta por Keith Donnellan em “Reference and Definite Descriptions” (2017 [1966]) entre *uso atributivo* e *uso referencial* de descrições definidas colocava em xeque a análise das descrições definidas de Russell. Ele concluiu que a distinção proposta por Donnellan não refuta a teoria das descrições definidas de Russell, mas o ponto aqui não é verificar se o objetivo de Kripke foi atingido. A questão é que na realização dessa tarefa Kripke estabeleceu uma distinção que nos interessa compreender entre referência semântica e referência do falante. Antes disso, veremos qual foi a proposta de Donnellan analisada por Kripke, para podermos refletir sobre a distinção.

Para Donnellan, uma mesma descrição definida pode ser usada de modo *atributivo* ou *referencial* dependendo do contexto. Lembrando, uma descrição definida é do tipo ‘o F’, isto é, contém um artigo definido e um atributo (adjetivo) que tem a função de selecionar apenas um indivíduo. Um dos exemplos de Donnellan é a descrição ‘O assassino de Smith é insano’. Para entender a diferença entre *uso atributivo* e *referencial* seguiremos a explicação do autor. Suponha que a descrição citada é usada no seguinte contexto: o corpo do pobre Smith foi encontrado por uma pessoa, a cena e a brutalidade da morte levam a pessoa a concluir que foi um assassinato e ela profere: ‘O assassino de Smith é insano’. Nesse caso, Donnellan afirma que a testemunha está usando a descrição definida de *modo atributivo*. Isso significa que usa a descrição definida essencialmente para afirmar algo sobre alguém que satisfaz essa descrição (2017, p. 105). No exemplo citado, a testemunha deseja indicar quem satisfaz a descrição, isto é, o assassino de Smith seja ele quem for. Agora imagine outro contexto, um suspeito chamado ‘Jones’ está sendo acusado no tribunal pelo assassinato de Smith. Nesse julgamento Jones estava se comportando de modo muito estranho, a tal ponto que levou um dos presentes no tribunal a comentar com o companheiro: ‘O assassino de Smith é insano’. Nesse caso, o uso da descrição definida foi *referencial*. Isso significa que a descrição foi usada como uma ferramenta para apontar para alguém, mesmo que esse alguém não satisfaça a descrição (no exemplo, mesmo que Jones não seja de fato o assassino de Smith), para fazer a atenção do ouvinte se voltar para algo ou alguém. Donnellan comenta ainda nesse trecho que outro dispositivo poderia exercer a mesma função, outra descrição ou nome, o que não seria possível caso o uso fosse *atributivo* (2017, p. 105).

Uma das críticas de Kripke a Donnellan foi que em grande parte do texto no qual o autor apresentou a distinção entre *uso atributivo* e *referencial* das descrições definidas ele parece postular uma ambiguidade semântica. Em outras palavras, isso quer dizer que em cada uso a descrição ‘O assassino de Smith é insano’ significa algo diferente. Apesar de Donnellan ter

comentado que “não parece nada atraente supor uma ambiguidade no significado das palavras; não parece haver ambiguidade semântica. (Talvez pudéssemos dizer que a sentença é pragmaticamente ambígua [...])” (2017, p. 116), Kripke sustenta que Donnellan parece indicar uma ambiguidade semântica.

A intenção de Kripke no artigo em questão é mostrar que de fato existe uma ambiguidade entre os dois usos, mas ela é de ordem pragmática. Para fazer isso ele propõe entender os usos referencial e atributivo como *referência do falante* e *referência semântica*, respectivamente. Vamos ao exemplo dado pelo filósofo para entender as diferenças entre as duas referências. Dois amigos olham à distância, veem o senhor Smith recolhendo folhas e o confundem com um conhecido deles chamado ‘Jones’. O amigo 1 pergunta: “O que Jones está fazendo?” e o amigo 2 responde: “Recolhendo as folhas” (1977, p. 263). Kripke esclarece que o nome ‘Jones’ na linguagem comum dos amigos sempre nomeará o homem Jones e nunca será o nome de Smith. Mas na ocasião citada notamos que os interlocutores se referiram ao homem Smith usando ‘Jones’. Além disso, o amigo 2 conseguiu afirmar algo verdadeiro sobre o senhor que estava recolhendo as folhas. E aí não interessa se Jones estava, ou não, recolhendo folhas em algum outro lugar. Quem é a referência do falante e a referência semântica nesse caso? A referência do falante é Smith, Kripke explica que a referência do falante é “aquele objeto sobre o qual o falante deseja falar, numa determinada ocasião, e acredita que preenche as condições para ser o referente semântico” (1977, p. 264). Ele usa o nome na intenção de fazer afirmar algo sobre o objeto pretendido. Esse objeto pode coincidir com a referência semântica, ou não (a referência do falante seria o caso do *uso referencial* do nome ou descrição definida de Donnellan). No exemplo anterior (Jones e Smith) a referência do falante não coincidiu com a referência semântica. O referente semântico, por sua vez, é aquele que por certas convenções da língua usada pelos falantes e por fatos no mundo é o portador do nome (o referente semântico coincidiria com o caso de *uso atributivo* de Donnellan). Kripke acrescenta que no caso do referente semântico o falante possui uma intenção geral de indicar o objeto designado por aquele nome. E no caso do referente do falante, o interlocutor possui uma intenção específica de indicar um objeto (1977, p. 264). Entendo essa intenção geral e específica do seguinte modo: Existe uma comunidade de falantes que usam o nome com a intenção de indicar um determinado objeto (intenção geral); Nessa comunidade em determinadas ocorrências alguns interlocutores podem usar equivocadamente o nome para indicar outro objeto que não corresponde ao referente semântico (intenção específica).

Voltemos ao caso do matemático Ibn Khan de Evans, diríamos que a comunidade de matemáticos e arqueólogos estavam sempre usando de modo especial, isto é, com intenções

específicas? Reformulando a pergunta: Por 50 anos a comunidade estava num caso específico de referência do falante? Poderíamos até dizer que sim, a comunidade por 50 anos usou de modo equivocado a referência do falante, supondo ser a referência semântica, lembrando que neste exemplo, a referência semântica do nome ‘Ibn Khan’, à luz das explicações de Kripke, é o escriba que transcreveu as provas e não do matemático criador das provas.

Perceba que, apesar de compartilhar de elementos semelhantes, o caso do matemático difere em outros aspectos do caso do apanhador de folhas. Concordamos com Kripke que a distinção entre referência semântica e referência do falante seja de ordem pragmática, isto é, diz respeito às intenções específicas do falante ao realizar a comunicação. Mas questionamos, a partir do caso do matemático de Evans: Quem é a referência semântica? Porque notamos que o nome ‘Ibn Khan’ não foi usado apenas num ou dois momentos específicos a ponto de entender o matemático como o referente do falante. Foram duas comunidades inteiras que indicaram por anos o matemático usando esse nome, sem comentar que esse nome constava em todo o dossiê científico de ambas as comunidades. Retomando também a resolução dos taxonomistas no exemplo real das cobras, a qual foi manter o nome ‘*Thamnophis sirtalis infernalis*’ para indicar aquela população de cobras. Não diríamos que a referência do falante, no caso das cobras, se tornou a referência semântica? Provavelmente a resposta seria afirmativa. E Kripke, tenderia a concordar conosco já que ao final do artigo indica a possibilidade da referência do falante se tornar, com tempo, a referência semântica. “[...] considero plausível que uma explicação diacrônica da evolução da linguagem possa sugerir que o que era originalmente uma mera referência do falante pode se tornar habitual numa comunidade e evoluir para uma referência semântica” (KRIPKE, 1977, p. 271). Cabe destacar também a importância do dossiê de informações no sentido de contribuir na passagem de referência do falante para referência semântica, ainda mais que estamos falando em dossiês formulados por comunidades científicas. Esse último ponto nos direciona para o papel dos produtores de um nome, último aspecto a ser comentado neste capítulo.

Seguindo a proposta de Evans, qual a importância dos produtores do nome? Para entender isso, primeiro é preciso esclarecer: uma expressão tornar-se nome de algo ou alguém é um fato social; E, o uso de um nome por dois ou mais falantes é apenas um pequeno recorte de um quadro muito mais amplo que envolve uma comunidade de falantes/ouvintes com várias interações comunicativas (EVANS, 1982, p. 375). Ao ampliar esse pequeno recorte notamos que dentro de uma comunidade de falantes alguns possuem mais propriedade para fazer ‘defesas semânticas’ nas palavras do autor, isto é, em caso de dúvida se a expressão é, ou não, o nome de alguém, e no caso de algum equívoco nas interações comunicativas essas pessoas

podem dar o veredito. Elas são as ‘produtoras’ dos nomes, enquanto os demais falantes da comunidade são os consumidores. Apesar desses termos ‘produtores/consumidores’ não serem os melhores, como esclarece Evans, sua escolha sugere que os produtores possuem um papel central na prática de uso dos nomes. O filósofo explica que preferiu esses termos que a conhecida ‘divisão de trabalho linguístico’ de Hilary Putnam porque para esse último não há trabalhadores de destaque, o que ocorre é uma interdependência entre os envolvidos. Já Evans, sugere que os consumidores dependem claramente dos produtores (1982, p. 377).

Quem são os produtores? Diferente dos consumidores, que apenas usam o nome ‘NN’ para se referir a x, esse grupo central de falantes conhecem x, conhecem x como NN. O que os distingue, portanto, segundo Evans, é que esse grupo tem conhecimento sobre x. Fazem, de tempos em tempos, negociações com x, e ao negociarem usam ‘NN’ (1982, p. 376-377). Essas negociações fazem parte do processo de manutenção do nome. Mas os produtores não cumprem papel de destaque somente na manutenção do nome, mas também na origem do uso do nome. Digamos que seja o nome de uma pessoa, a origem mais comum da prática de uso é o batismo (formal), mas também pode ser informal, a qual poderá originar o uso de um apelido. Ou ainda, um uso equivocado do nome pode dar origem a uma prática, mas isso somente ocorrerá se for aceito por esse grupo de falantes centrais (EVANS, 1982, p. 376).

Já o consumidor, é aquele apresentado ao objeto, essa apresentação muitas vezes é feita pelos produtores. Pode ser uma apresentação formal, ou indireta como no caso da sentença: ‘Olhe, agora William está com a bola’. Depois de apresentado, o consumidor estará apto a usar o nome. Mas em caso de dúvida sobre a referência, um consumidor dificilmente estará apto a fazer a defesa, isso normalmente cabe aos produtores. Para explicar isso melhor o filósofo propõe: os nomes próprios são estabelecidos e usados por convenção, toda comunidade de falantes usa o nome devido a essa convenção, mas quem conhece a convenção são os produtores. Isso fica mais claro em casos de nomes descritivos. Os produtores convencionam: “usaremos ‘NN’ para nos referirmos a x”. Essa convenção pode ser julgada de tempos em tempos, como dito anteriormente, mas só os produtores estão em condições de fazê-lo (EVANS, 1982, p. 378).

Para Evans (1982, p. 381) a prática comum de uso dos nomes possui um ciclo. Em sua fase inicial o papel dos produtores é fundamental, em sua maturidade as informações vão se somando, adquiridas e divulgadas amplamente tanto por produtores quanto por consumidores. Algumas dessas informações são associadas ao nome por quase todos os falantes. O autor nesse trecho não fala sobre dossiê de informações, mas acredito que seja sobre isso que esteja

tratando. Considerando a prática de uso como um ciclo, em sua fase final, praticamente só restam consumidores.

Esse modelo explicativo, segundo o autor, é bem aplicado no caso de nomes próprios para pessoas, mas poderá funcionar bem para “nomes próprios de animais, lugares, edifícios, peças musicais.” (EVANS, 1982, p. 376 n.4). Será que funciona bem para termos coligatórios? É o que analisaremos no próximo capítulo.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste terceiro capítulo expomos três teorias da referência sustentadas a partir de três filósofos representantes: A teoria *indireta* da referência de Gottlob Frege (1892); A teoria *direta* de Saul Kripke (1972) e a teoria de características *híbridas* de Gareth Evans (1973). Gottlob Frege (1892).

Frege (2009 [1892]), ao analisar o caso das identidades informativas, defendeu que há três elementos no processo de referência para nomes próprios: sinal, sentido e referência. Sinal é o nome ‘Frege’, sentido é um modo de apresentar esse objeto, e a referência é o filósofo que conhecemos por este nome. Lembrando que os nomes próprios sempre possuem sentido, ainda que não possuam referência, como é o caso de ‘Ulisses’. O sentido de um nome faz parte do ‘tesouro comum da humanidade’. Isto significa que uma comunidade de falantes ao usarem o nome compartilham do sentido. E por compartilharem desse sentido a comunidade consegue fazer o uso adequado do nome. Em palavras mais contemporâneas, todo objeto possui um conjunto de informações a seu respeito, essas informações são uma espécie de carga epistemológica/representacional ou descritiva associada a ele. A comunidade de falantes ao usarem o nome (sinal) associam esse sinal a essa carga epistemológica (sentido) que de alguma forma seleciona/apresenta/indica o objeto (referência). E assim o processo de referência tem sucesso.

Kripke (2012 [1972]), por sua vez, defende que os nomes são designadores rígidos, isto é, eles se referem ao mesmo objeto em qualquer situação contrafactual. A referência de um nome é fixada, normalmente, por um contato causal entre aquele que introduz o uso do nome e o objeto nomeado. Esse batismo inicial é retomado toda vez que os falantes usam esse nome. Esses usos posteriores ao batismo são responsáveis pela manutenção da referência, e formam uma espécie de corrente que remete ao batismo inicial. Estamos falando em *fixação e transmissão da referência*. Lembrando que cada fixação dá origem a uma prática de uso do nome, em outras palavras, cada designador rígido possui sua história. Essa história, em

retrospectiva, vai do uso contemporâneo do nome até seu batismo por um contato causal. Por essa razão essa teoria também é chamada de *teoria causal-histórica da referência*. O que garante o sucesso no processo de referir no caso desta teoria é justamente isso: o nome ser um designador rígido, ele ter sido fixado (colado) em um referente por meio de um batismo inicial por um contato causal, e seus usos posteriores remeterem ao uso original do nome através de uma rede de comunicação que preservou o uso original. Kripke também comentou sobre a possibilidade de fixar a referência por meio de uma descrição. Neste caso, aquele que fixa a referência não consegue estar em um contato causal com o portador do nome, por isso usará uma descrição no sentido de indicar o objeto nomeado. Essa descrição depois de cumprida a tarefa de fixar a referência poderá ser descartada, isto é, não fará parte dos usos posteriores, os exemplos usados pelo filósofo foram os nomes ‘Netuno’ e ‘Jack, o Estripador’.

Por fim, segundo Gareth Evans (1985 [1973]) para que uma expressão seja o nome de um sujeito é necessário que o uso do nome para se referir a esse sujeito faça parte das práticas linguísticas de uma determinada comunidade, e que este sujeito seja a fonte causal do corpo de informações que os falantes da comunidade associam ao nome. Entendemos que há elementos híbridos na proposta do autor já que ela prevê um aspecto causal entre portador do nome e o conjunto de informações que a comunidade associa ao nome. Este aspecto remete a teoria causal-histórica, mas também a proposta de Evans indica que sempre ao usar o nome uma comunidade o associa a um conjunto de informações, uma espécie de dossiê. Esse dossiê parece funcionar de forma semelhante ao *sentido* proposto por Frege, por isso estamos entendemos que há também elementos da teoria indireta na teoria deste filósofo. Até porque esse dossiê auxilia os falantes na indicação do objeto pretendido.

A partir do caso ficcional do matemático ‘Ibn Khan’ e do caso real da cobra *Infernalis*, problematizamos a distinção entre referência do falante e referência semântica de Kripke (1977) sugerindo que a referência do falante, nestes casos, se tornou a referência semântica. E um último aspecto comentado neste capítulo foi a importância dos produtores dos nomes. Na comunidade de falantes alguns possuem um papel de destaque no uso dos nomes, esses falantes compõem o grupo de produtores dos nomes e são capazes de fazer ‘defesas semânticas’ caso haja dúvidas sobre nomes e seus referentes.

CAPÍTULO 4

COMO FUNCIONA A REFERÊNCIA DOS TERMOS COLIGATÓRIOS?

O principal objetivo deste capítulo é analisar qual das teorias apresentadas no capítulo anterior esclarece a referência dos termos coligatórios na historiografia, tendo em vista que os termos coligatórios possuem um comportamento semântico semelhante ao dos nomes próprios nas línguas naturais, isto é, eles pretendem fazer referência a um, e somente um, processo histórico, e sabendo que as teorias filosóficas da referência têm como uma de suas preocupações centrais esclarecer essa relação entre o termo singular (nome) e objeto nomeado (referente) o qual o nome pretende indicar. Começaremos examinando se os pressupostos da teoria direta se efetivam no caso dos termos coligatórios. Na sequência, verificaremos se a referência de termos coligatórios apresenta o elemento intermediário entre nome e referente, isto é, o sentido. E, por fim, se uma teoria híbrida, como a sugerida por Evans (1982; 1985), é capaz de explicar melhor o funcionamento da referência de termos coligatórios.

Utilizaremos dois critérios associados nessa análise: primeiro, generalidade e abrangência da teoria, isto significa se a teoria pode ser aplicada à maioria dos termos coligatórios; e segundo, se ela é coerente com a prática historiográfica.

Outro objetivo deste capítulo é ponderar sobre o lugar que o modelo idiográfico ocupa na relação de referência. A proposta sobre esses modelos foi apresentada no capítulo 2. O plano aqui é analisar se os termos coligatórios se referem a modelos, ou se os modelos são expressos pelo termo por estar contido no *sentido/dossiê*.

4.1 REFERÊNCIA DIRETA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS²⁶

Vimos, no capítulo anterior, que a teoria esboçada por Kripke contém três elementos principais: (I) a tese dos nomes como *designadores rígidos*, (II) o fenômeno da *fixação da referência* por um contato causal e (III) e o fenômeno da *transmissão ou empréstimo da referência* por meio de uma cadeia causal de comunicação. A intenção agora é examinar se a referência dos termos coligatórios funciona segundo esses elementos.

Começando com a tese dos nomes como designadores rígidos, será que as expressões: ‘Revolução Francesa’, ‘Guerra Fria’ e ‘Iluminismo’ podem ser consideradas designadores

²⁶ Partes desta seção estão presentes no capítulo a ser publicado pela editora UFFS intitulado “A teoria causal da referência funciona para termos coligatórios?”, feito em coautoria com o orientador Profº Jerzy A. Brzozowski.

rígidos? Ser um designador rígido significa indicar sempre o mesmo objeto em qualquer situação contrafactual. Em uma situação possível não realizada o termo coligatório ‘Revolução Francesa’ ainda faria referência ao mesmo processo histórico? Essa é uma questão difícil de sondar e uma das razões é que os critérios de identidade para processos históricos não são estáveis. Diferem, por exemplo, de critérios de identidade para pessoas. Isto é, os consensos sobre o que faz parte da extensão do termo ‘Revolução Francesa’ são provisórios e discutíveis na historiografia. Apesar da possível vagueza extensional dos termos coligatórios, o que notamos, ao analisarmos a sua utilização, é que os historiadores os usam como termos singulares, isto é, usam os termos coligatórios para nomear um, e apenas um, processo histórico. Diante disso, partiremos do pressuposto que o funcionamento dos termos coligatórios se assemelha ao dos nomes próprios, e então analisar como ocorre a fixação e a transmissão da referência no caso desses termos.

Começaremos com a fixação da referência, neste ponto cabe lembrar que para um adepto da teoria causal a fixação da referência tipicamente ocorre por meio de um contato causal entre aquele que fixa a referência e o objeto nomeado. Há também circunstâncias em que a fixação ocorre por meio de um exemplar ou uma amostra, no caso de batismos de táxon ou de substâncias. E por fim, há exceções nas quais a referência pode ser fixada por uma descrição, que foi o que aconteceu nos exemplos de ‘Netuno’ e ‘Jack, o Estripador’ citados por Kripke (2012, p. 137). Nesse último caso aqueles que fixaram a referência não estavam em contato causal com o objeto nomeado.

Embora nosso problema não seja de ordem ontológica, já que a proposta não é identificar as características ou a natureza daquilo que é nomeado pelo termo coligatório, para refletirmos como ocorre a fixação da referência desses termos precisamos pensar no que está sendo nomeado. Os candidatos mais apropriados e sugeridos no primeiro capítulo são: um *particular complexo* (processo histórico), como proposto por Walsh, ou um *conceito*, como sustenta Kuukkanen. O primeiro candidato é entendido como um alvo identificável em termos de realidade histórica. Há algo que estamos chamando de particular complexo e que é mais ou menos identificável pelo trabalho do historiador. Já o segundo candidato é fruto do trabalho do historiador, o qual cria um conceito/modelo por meio da coligação explicitada na narrativa. Este último candidato se assemelha ao que sugerimos no capítulo 2 ser um modelo em história. Na narrativa que cria o modelo historiográfico, o fenômeno-alvo do modelo (ou seja, o processo histórico em si) é explicado. Nesse segundo caso, a questão não é negar ou afirmar a existência de um particular complexo, mas dizer que a historiografia cria um modelo na tentativa de circunscrever e explicar algo, e esse algo é atingível apenas indiretamente.

Começaremos aventado a possibilidade da instância nomeada ser um particular complexo (processo histórico). Como ocorre a fixação da referência nesse caso? No cenário ideal sustentado pela teoria causal, o sujeito que fixa a referência está em contato perceptual com o objeto, ou com uma amostra daquilo que está sendo nomeado. Entre os termos coligatórios presentes na história da historiografia identificamos que a fixação dos termos ‘Revolução Francesa’ e ‘Guerra Fria’ pode ser explicada segundo esse ideal. O que nos faz conceder pontos à teoria causal-histórica. Vejamos.

A fixação da referência dos termos coligatórios ‘Revolução Francesa’ e ‘Guerra Fria’ não foi realizada por historiadores posteriores que organizaram os dados em combinações possíveis, mas por intelectuais contemporâneos ao processo histórico em questão. Poderíamos dizer que esses intelectuais estavam em contato com os processos, ou com partes deles? Começando com o termo ‘Revolução Francesa’, uma de suas primeiras aparições foi na obra do irlandês Edmund Burke (1729-1797), *Reflexões sobre a Revolução em França*, publicada em 1790. É claro que, mesmo sendo contemporâneo, pode ser difícil afirmar que ele teve um contato causal com o processo histórico. Mas, tendo em mente que o referente foi um processo ocorrido na realidade histórica (um particular complexo, um conjunto de eventos), não poderíamos sustentar que seus contemporâneos tenham vivenciado ou notado alguns de seus aspectos, ou tenham tido contato causal com alguns deles? Acredito que, nesse sentido, poderíamos conceder que Edmund Burke tenha tido contato causal com “partes” desse processo histórico.

Se concordarmos que Burke teve contato com algum aspecto desse processo histórico, uma outra importante questão se apresenta: como inferir exatamente qual é o referente do termo ‘Revolução Francesa’ – quais são suas condições de identidade – apontando apenas para um dos seus aspectos? Burke, no referido texto, teceu críticas àquilo que estava se iniciando na França, para ele o Antigo Regime carecia de reformas, mas especificamente ele criticou “o método revolucionário, à índole demolidora do processo, à arrogância intelectual jacobina que entende que pode fazer tabula rasa de todo o patrimônio anterior [...]” (MOREIRA, 2015, p. 17). A questão é que sem um maior detalhamento descritivo não fica claro o que estaria sendo batizado.

Essa é uma versão do conhecido problema *qua* – ambiguidade ou vagueza relacionada ao gesto de ostensão – identificado como um desafio a ser enfrentado pela teoria causal por seus adeptos (DEVITT; STERELNY, 1999) e comentado no capítulo anterior. Esse problema é ainda mais crítico no caso da fixação da referência de termos coligatórios. Para ilustrar melhor, continuamos refletindo sobre a fixação do termo ‘Revolução Francesa’. Será que ao

introduzirmos uma categoria classificatória, no ato de fixação, como foi sugerido por Peter Geach, resolvemos o impasse? Supondo que Edmund Burke tivesse clareza do que estava acontecendo na França naquele momento e considerando que ele era um teórico político que saberia distinguir, por exemplo, uma revolta de uma revolução, admitimos que ele pode ter fixado a referência do termo ‘Revolução Francesa’ observando alguns de seus aspectos, uma cena da Revolução Francesa, por exemplo. Isso porque com o auxílio da categoria ‘revolução’ ele batizou o processo como um todo a partir de um de seus aspectos.

E a solução de ‘múltiplos batismos’ proposta por Devitt e Sterelny? Ela parece dar conta da prática historiográfica, já que um termo coligatório consolidado é aquele que foi diversas vezes utilizado pelos historiadores para indicar o mesmo particular complexo/processo histórico. Entretanto, a solução dos múltiplos batismos para o problema *qua* só ganha tração se considerarmos que já há algum conteúdo informativo mínimo atrelado ao batismo. Afinal, um processo histórico parece ser algo tão vago do ponto de vista extensional que, se não houver uma âncora descritiva mínima associada ao batismo, cada um dos múltiplos batismos pode estar apontando a um objeto radicalmente diferente.

Sobre a proposta de Geach, Kripke alertou sobre a possibilidade de erro categorial²⁷ por parte daquele que fixa a referência. Contudo, mesmo que a categoria se revele posteriormente equivocada, ainda assim julgamos que ela possa minimizar as ambiguidades na fixação da referência para o caso dos termos coligatórios. Ou seja, ainda que investigações posteriores revelem que o termo ‘revolução’ é inadequado para caracterizar aquele processo, ainda assim fica claro que o que foi batizado é algum processo histórico e não, digamos, uma cidade, uma pessoa, ou um evento de decapitação em particular. Assim, o exemplo da fixação da referência do termo ‘Revolução Francesa’ se aproxima da situação da fixação por meio de um exemplar, ou amostra.

O próximo caso a ser analisado é o da fixação do termo ‘Guerra Fria’; este apresenta algumas complicações, já que parece ter sido fixado por estipulação anterior ao próprio processo. O termo, provavelmente, apareceu pela primeira vez em 1945 no texto “*You and the Atomic Bomb*” de George Orwell.

²⁷ Pensando na categoria/ conceito de ‘revolução’ e de acordo com Hannah Arendt, apesar desse conceito existir desde a Antiguidade o conceito moderno de revolução é completamente novo e, em grande medida, sua reformulação se deve pela própria experiência da Revolução Francesa. Segundo essa interpretação, os historiadores podem contestar o que Burke estaria batizando já que ele só tinha disponível um conceito/ categoria de ‘revolução’ que não se encaixa nos termos de uma revolução moderna. “O conceito moderno de revolução, indissociavelmente ligado à ideia de que o curso da história de repente se inicia de novo, de que está para se desenrolar uma história totalmente nova, uma história jamais narrada ou conhecida antes, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII” (ARENDT, 2011, p. 56).

Podemos estar caminhando não para um colapso geral, mas para uma época tão horrivelmente estável quanto os impérios escravistas da antiguidade. A teoria de James Burnham foi muito discutida, mas poucas pessoas ainda consideraram suas implicações ideológicas – isto é, o tipo de visão de mundo, o tipo de crenças e a estrutura social que provavelmente prevaleceria em um estado que era ao mesmo tempo invencível e em estado permanente de ‘guerra fria’ com seus vizinhos. (ORWELL, 1968, p. 9)

Nesse caso, se Orwell de fato fixou a referência, o fez antes do início do período histórico em questão. Pois, tradicionalmente, os historiadores consideram que a Guerra Fria começou em 1947 (KUUKKANEN, 2015, p. 122), ano em que o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, proferiu um discurso assegurando apoio aos países que desejavam resistir à “dominação externa” – leia-se “dominação comunista”. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos lançaram o Plano Marshall, o qual propôs ajuda econômica aos países da Europa Ocidental. Em resposta, a União Soviética criou o Kominform [Коминформ], órgão que tinha como objetivo reunir os principais partidos comunistas europeus, e no ano de 1949 criou o Comecon [СЭВ] sigla para ‘Conselho de Assistência Econômica Mútua’ que tinha objetivos semelhantes ao Plano Marshall e, por sua vez, oferecia apoio aos países que queriam resistir à influência capitalista. O termo ‘Guerra Fria’ se tornou conhecido com o livro *The Cold War: a Study in U. S. Foreign Policy*, publicado em 1947, esse livro foi resultado de uma reunião de 14 artigos do jornalista e comentarista político Walter Lippmann. Aos poucos, o termo se popularizou e passou a ser utilizado pela historiografia em referência a esse particular complexo/processo histórico que se inicia em 1947 e vai até 1989.

Se George Orwell foi quem fixou a referência do termo ‘Guerra Fria’, o fez por estipulação e por descrição, algo como “O período para o qual nos estamos caminhando... uma época de tensões [...] estado permanente de ‘guerra fria’ com vizinhos”. Mas se isto procede duas dificuldades se apresentam: primeiro, a descrição é amplamente vaga e poderia recair sobre muitas coisas que não o referente ao termo ‘Guerra Fria’; segundo, será que Orwell poderia batizar o processo histórico antes de sua própria existência?²⁸ Para resolver esse impasse, poderíamos conceber que Walter Lippmann foi quem fixou a referência do termo ‘Guerra Fria’ e a explicação seria semelhante à que foi oferecida para a fixação do termo ‘Revolução Francesa’. Nesse caso, a fixação teria sido mediada pela categoria ‘guerra’.

Mesmo com ressalvas, um adepto da teoria causal, seguindo e aprofundando as alternativas que foram indicadas nos parágrafos anteriores conseguiria sustentar argumentos favoráveis a essa teoria em relação a fixação dos termos ‘Revolução Francesa’ e ‘Guerra Fria’.

²⁸ As datas de início e fim de processos históricos são altamente contestadas entre os historiadores, há uma margem de erro, isso quer dizer que os historiadores usam datas convencionais, mas elas não são matematicamente precisas.

Agora, cabe perguntar se a fixação da maioria dos termos coligatórios em historiografia se dá nesses moldes. Para seguir nessa reflexão é oportuno citar um dos exemplos utilizados por Arthur Danto ao traçar distinções entre um cronista ideal e um historiador. Segundo ele, mesmo o melhor dos cronistas não poderia registrar em 1618 a seguinte sentença: “A Guerra dos Trinta Anos começa agora” (DANTO, 1985, p. 152). Nesse texto, Danto definiu o que são as *sentenças narrativas* e a “característica mais geral é que elas se referem a pelo menos dois eventos embora apenas descrevam (são apenas) sobre os primeiros” (1985, p. 143). Um exemplo de sentença narrativa é a frase: “o autor de *Principia* nasceu no dia de Natal de 1642 em Woodthorpe” (1985, p. 163). A questão aqui é que expressões como ‘Guerra dos Trinta Anos’ e descrições como ‘o autor de *Principia*’ não estavam disponíveis aos contemporâneos a esses eventos. Nesse sentido, fica muito difícil argumentar que um contemporâneo à Guerra dos Trinta Anos tenha fixado a referência do termo ‘A Guerra dos Trinta Anos’. Portanto, no caso desse termo a fixação por um contato causal não seria possível porque a expressão não estava disponível. O problema é que o caso da Guerra dos Trinta Anos não parece ser uma exceção. Outro exemplo nesse sentido é o termo ‘Primeira Guerra Mundial’, que não estava disponível aos seus contemporâneos, já que eles não poderiam ter concebido que haveria uma Segunda Guerra Mundial para fixar a referência de ‘Primeira Guerra Mundial’.

Arthur Danto não é o único que caracteriza a historiografia como o resultado de um trabalho realizado com uma certa distância temporal do objeto analisado. Isso é o que defende Walsh (1974, p.137) ao explicar que os termos coligatórios são elaborados pelos historiadores em retrospectiva, ou seja, do presente para o passado. Lembramos que no capítulo 1, comentamos que, segundo ele, a maioria dos termos coligatórios não teria sentido para as testemunhas dos processos históricos. Outro autor que endossa essa visão é Walter Bryce Gallie (1955). Ele compara “explicações caracteristicamente históricas” com “explicação caracteristicamente genéticas” e sustenta que as primeiras são logicamente paralelas às segundas. Sua tese é que o historiador conhece o resultado e vai em busca das condições que levaram ao resultado. Isso significa que o historiador se encontra numa posição em que precisa analisar um passado de um futuro e presente que já lhe são conhecidos. Para Gallie, em termos de história, uma apreciação adequada daquilo que está sendo analisado depende de uma investigação daquilo que permitiu que tal resultado ocorresse. “Uma apreciação de como o que vem depois depende do que veio antes, no sentido de que, se não fosse o último, o primeiro não poderia ter ocorrido, ou dificilmente poderia ter ocorrido, da maneira como ocorreu” (1955, p. 171). O que quero dizer com isso é que o trabalho do historiador é justamente o de investigar o passado de um futuro já conhecido, é um trabalho em retrospectiva. Sendo assim, para sermos

coerentes com a prática historiográfica não podemos conceder que os processos históricos sejam nomeados por contemporâneos a esses processos, pelo menos não a maioria. A maioria dos termos coligatórios são elaborados por historiadores que se encontram a alguma distância temporal de seu objeto de estudo.

Tendo essas reflexões em vista e considerando os dois critérios citados na abertura do capítulo, generalidade e afinidade com a prática historiográfica, podemos concluir que a fixação da referência dos termos coligatórios não funciona em uma versão estrita da teoria causal-histórica. Por “versão estrita”, tenho aqui em mente que a instância nomeada pelo termo coligatório seria um particular complexo ou processo histórico e que a fixação da referência só ocorre por um contato causal. Contudo, ainda é preciso analisar duas situações. Primeiro, há a exceção dos casos de batismo indicada por Kripke, aquela nas quais a referência é fixada por uma descrição; segundo, devemos considerar se a instância nomeada pelo termo for um conceito ou modelo (ao invés de um particular complexo). Na sequência, vamos explorar a primeira situação, a segunda ficará para a última seção deste capítulo na qual voltaremos a discutir sobre modelos em historiografia.

Como funciona o batismo por descrição? Diferente da fixação da referência por contato causal entre objeto nomeado e aquele que fixa a referência, no qual o nome é fixado por ostensão, no batismo por descrição, o nomeado não está acessível no ato de batismo. Aqueles que fixam a referência sabem de sua existência apenas indiretamente, através dos seus efeitos, pelo menos é o que ocorre nos dois exemplos indicados por Kripke. No caso da fixação do termo ‘Netuno’, Leverrier deu o nome ao planeta antes de poder vê-lo. O que ele percebia é que havia algumas discrepâncias na órbita de Urano. Teria então fixado a referência de ‘Netuno’ com a seguinte descrição: ‘o planeta que causa tais e tais discrepâncias nas órbitas de certos outros planetas’. Ele “previu a existência de Netuno (e a posição em que poderia ser visto) com base em algumas perturbações observadas nas órbitas de Urano” (RUFFINO, 2022, p. 5). O outro exemplo é ‘Jack, o Estripador’: a polícia de Londres não teve contato com o assassino para fixar a referência; o fizeram usando a descrição “o homem que cometeu todos aqueles homicídios, ou a maior parte deles” (KRIPKE, 1972/2012, p. 137; n 33 p. 137). Cabe esclarecer que a função dessas descrições é auxiliar na fixação da referência, mas elas não fazem parte do significado dos nomes. Até porque a teoria causal-histórica é uma teoria da referência direta, e nesse caso, não há uma instância intermediária entre nome e objeto que cumpra algum papel posterior ao batismo na relação referencial. Ruffino explica com clareza esse ponto:

Outra tese que Kripke defende em *Naming and Necessity* é que, ao contrário do que Frege e Russell poderiam ter pensado, há uma diferença fundamental entre a tarefa de fixar a referência de um nome (o que descrições definidas comuns ou conjuntos de

descrições podem fazer) e a tarefa de fornecer um significado para o nome (o que descrições definidas ou conjuntos de descrições não podem fazer, pelo menos para nomes comuns em linguagem natural). Na estrutura fregeana, os sentidos de nomes próprios fazem as duas tarefas ao mesmo tempo. (RUFFINO, 2022, p. 3 n.3)

Assumindo que a fixação da referência dos termos coligatórios ocorre com certa distância temporal do processo histórico ao qual o termo se refere, a fixação por descrição figura como uma possibilidade coerente. Podemos refletir sobre isso usando um termo que já foi comentado nesta tese. No primeiro capítulo, vimos que o termo ‘Renascimento’ foi inaugurado na historiografia com Jules Michelet em *Histoire de France* (1855), mas foi Jacob Burckhardt (1860) o responsável por ratificar e popularizar o uso do termo na obra *A Cultura do Renascimento na Itália*. De toda forma, o processo histórico referido pelos historiadores ocorreu, aproximadamente, entre os séculos XIV e XVI. É razoável pensar que esses historiadores fixaram a referência do termo ‘Renascimento’ utilizando uma, ou mais, descrições presentes em suas obras. Reconstruindo imgeticamente a cena desse batismo, visualizamos Jacob Burckhardt lendo Maquiavel, Petrarca e Boccaccio (autores citados em sua obra) depois redigindo a seguinte frase “Tendo chegado a este ponto de nosso panorama da história cultural, cumpre que nos dediquemos agora à Antiguidade, cujo ‘renascimento’, de maneira unilateral, conferiu o nome à época” (2009, p. 177). Poderíamos traduzir a citação em termos de um batismo: “Chamarei de ‘Renascimento’ o panorama cultural que acabei de descrever”. Assim, é razoável conceber que Jacob Burckhardt usou essa, ou outras descrições, para fixar a referência do termo ‘Renascimento’.

Na citação são evidentes duas características comumente associadas ao Renascimento, aspectos culturais (literatura, pintura, arquitetura, etc) e a menção à Antiguidade, já que os artistas e intelectuais do Renascimento buscavam inspiração para suas produções naquele período. Então temos a permissão para pensar que tanto esses aspectos culturais, quanto a menção à Antiguidade, fazem parte do significado do termo Renascimento? A resposta é não, pois cabe lembrar que para teoria direta da referência apenas o objeto ao qual o termo se refere é o único componente do significado do nome. Como explicado por Ruffino, a descrição cumpre seu papel auxiliando na fixação da referência, mas não faz parte do significado do termo. Cumprida tal tarefa, a expressão ‘Renascimento’, no nosso exemplo, se tornou um nome e passou a indicar o particular complexo.

O cenário descrito está de acordo com a teoria direta da referência, visto que Kripke indicou a possibilidade de fixação por descrição e concedendo que os historiadores fixam a referência dos termos coligatórios com alguma distância temporal, pelo menos na maioria das vezes. Mas a questão agora é ponderar se as descrições que auxiliam na fixação da referência, no caso dos termos coligatórios, não compõem de fato o significado desses termos. Se não

compõem, os historiadores usam a expressão coligatória para indicar o particular complexo, sem preocupação com as descrições que circundam o termo. Isto é, as descrições usadas para fixar a referência não cumprem papel posterior, como ocorreria no caso da teoria indireta. Para esta teoria as descrições, ou o conjunto delas, auxilia na seleção do objeto garantindo que a referência tenha sucesso. Essa questão será explorada na próxima seção, na qual discutiremos se esse elemento da teoria indireta está presente na referência dos termos coligatórios e se esta teoria é mais coerente com a prática historiográfica.

Por fim, resta comentar sobre o empréstimo ou transmissão da referência, último elemento da teoria causal-histórica. De acordo com ela, depois de fixadas as referências dos termos elas foram transmitidas por trocas comunicativas entre a comunidade de falantes. Os falantes atuais são bem sucedidos no uso do termo porque tomam a referência por empréstimo dos falantes anteriores, e esse uso emprestado pressupõe um elo comunicativo/causal que preserva a referência inicial, aquela que foi fixada no batismo. Isso quer dizer que esse elo comunicativo/causal é o responsável pelo sucesso referencial e ele “não requer que falantes tenham crenças identificadoras sobre o referente” (DEVITT; STERELNY, 1999, p. 66). Como funciona esse elo causal? Sagid Salles resume da seguinte maneira:

Em uma situação de empréstimo (C2) Ao ouvir (ler, etc.) S proferir N para se referir a x, um sujeito S' pode, devido a uma relação causal com S (ele ouviu, leu, etc. o proferimento de S), adquirir a habilidade de usar N para se referir a x. (SALLES, 2020, p. 74)

Isso explica o porquê de falantes que possuem crenças equivocadas, como nos exemplos de Colombo e Einstein, ou crenças insuficientes, como no exemplo de Feynman, ainda assim são capazes de usar esses nomes de maneira satisfatória, segundo Kripke. Para além de crenças equivocadas e insuficientes, o que está em jogo é a defesa de que um falante completamente ignorante acerca do referente ainda é bem-sucedido ao utilizar o nome. Essa é a tese central dos chamados argumentos semânticos contra as teorias descritivistas ou indiretas da referência. Isso porque, para as teorias descritivistas, o falante associa o nome a algum conteúdo (descritivo, ou não) que permite identificar o portador desse nome e é um requisito para o sucesso da referência.

Em resumo, para a teoria causal “podemos usar ‘Einstein’ para designar Einstein porque estamos causalmente ligados a ele por uma cadeia que percorre nossa comunidade linguística até alguém presente em seu batismo” (DEVITT; STERELNY, 1999, p. 68). Agora, podemos nos perguntar se isso ocorre no caso dos termos coligatórios, ou seja, estar conectado a esta cadeia de comunicação é suficiente para que o falante realize com sucesso a referência dos termos mesmo não possuindo nenhuma crença identificadora sobre o referente?

Ao invés de contra-argumentar os exemplos indicados por Kripke, os quais sustentam a tese de que falantes pouco informados, equivocados, ou completamente ignorantes ainda realizam a referência com sucesso, vamos refletir sobre um caso hipotético envolvendo termos coligatórios. Imaginemos um estudante do Ensino Fundamental pouco interessado em História que precisa realizar uma tarefa escolar, uma expressão oral sobre as Revoluções Burguesas, entre as quais destacam-se as Revoluções Inglesas (Guerra Civil Puritana e Revolução Gloriosa) e a Revolução Francesa. A fim de preparar-se para a tarefa, ele assistiu alguns vídeos sobre o assunto, mas como estava pouco interessado não prestou atenção no que ouviu. O resultado foi que, algumas semanas depois, no dia da expressão oral, fez uma grande confusão, explicou um pouco de uma revolução, um pouco de outra, misturando informações sobre os eventos a tal ponto que a professora não conseguiu identificar afinal de qual revolução ele falava em cada momento, isso porque tampouco o estudante tinha clareza do que estava falando. Para exemplificar a confusão, imaginemos que ele enunciou a seguinte frase: “A Revolução Gloriosa marcou o fim da monarquia absolutista na França”. A pergunta é: ao que o estudante se referiu quando usou o termo “Revolução Gloriosa”? Estava tentando se referir à Revolução Francesa pelo termo “Revolução Gloriosa” (uso referencial, significado do falante), ou estava se referindo à Revolução Gloriosa, mas não lembrava onde tal processo tinha ocorrido (uso atributivo, significado semântico – nesse caso equivocado sobre o país)²⁹? Durante a apresentação, a professora, lançando mão do princípio de caridade, tentou questioná-lo: “Você quis dizer ‘Revolução Francesa’, ou talvez quis dizer ‘na Inglaterra’?”. O estudante então respondeu: “Ah, isso não sei, professora!”.

Diríamos que o estudante teve sucesso ao usar o termo ‘Revolução Gloriosa’? Intuitivamente, a resposta parece ser “não”, pois apesar de estar causalmente conectado à cadeia de comunicação que preservou a referência do termo ‘Revolução Gloriosa’ (ele ouviu vídeos explicativos sobre o assunto), não demonstrou ter intenção de indicar o referente *x* ou *y*. Isso quer dizer que a ambiguidade entre os dois usos (referencial e atributivo) se mantém. Se soubesse responder à pergunta da professora – o que demonstraria algum conhecimento

²⁹ A distinção entre ‘uso referencial’ e ‘uso atributivo’ foi proposta inicialmente por Keith Donnellan (1966) para mostrar a ambiguidade no uso de descrições definidas, contudo, Kripke em nota (2012, pp. 70-71, n3) afirma que essa distinção também se aplica aos nomes próprios. No exemplo de Kripke dois homens avistam alguém que está varrendo folhas, julgaram que essa pessoa é Jones e comentam: “O que está fazendo Jones?”, mas o varredor era Smith e não Jones. Então, nesse exemplo, os falantes usaram “Jones” para apontar para Smith, esse é o uso referencial. No uso atributivo o referente é o indivíduo nomeado por aquele nome, também entendido como o referente semântico do nome, que no exemplo de Kripke é o indivíduo chamado Jones.

discriminatório do termo “Revolução Gloriosa” –, provavelmente teria sido referencialmente bem-sucedido (e, em consequência, se saído melhor na atividade escolar).

Este é um caso hipotético, contudo, situações semelhantes ocorrem frequentemente em sala de aula. O exemplo sinaliza que estar conectado a uma cadeia de comunicação causal talvez não seja suficiente para que um falante seja bem-sucedido na referência. O estudante não possuía nenhum conhecimento que lhe permitisse discernir sobre qual revolução estava falando, e é bastante improvável que ele tenha tido sucesso. Salles (2020, p. 137) argumenta nessa direção, quando afirma que é condição necessária para que os falantes sejam bem-sucedidos no uso dos nomes que eles identifiquem de algum modo o referente, e que estar causalmente conectado a uma rede de comunicação que preserva a referência não é condição suficiente para o sucesso referencial. Noonan (2013, p.111-112), da mesma forma, sugere que em quase todos os casos reais, ninguém usa nomes com o conhecimento tão limitado quanto Kripke indicou, ou seja, os falantes não são completamente ignorantes. “O que Kripke tem a mostrar é que podemos nos referir a uma coisa pelo nome mesmo quando não conhecemos nenhuma descrição que determine a referência do nome. Mas nenhum de seus exemplos mostra isso [...]”. Esse último comentador também problematiza o caso de Gödel descrito na primeira parte deste artigo e afirma que é possível interpretar tal situação de duas maneiras, considerando as intenções do falante:

se supusermos que “Gödel” é usado por alguém que pretende se referir ao autor do teorema da incompletude, seja ele quem for, então a referência é Schmidt; se, por outro lado, supusermos que o usuário do nome está ciente de que existe uma figura pública famosa que tem esse nome e pretende se referir a ele, então o caso novamente não é contra exemplo à teoria dos clusters [versão da teoria descritivista da referência], pois ele tem uma descrição que denota Gödel. (Noonan, 2013, p. 111)

O exemplo de Gödel/Schmidt, assim como o do estudante analisado no parágrafo anterior, reforça que as intenções ou pretensões dos falantes não devem ser desconsideradas quando o assunto é a referência. A pretensão de fazer referência a algo é clara ao falante, nesses casos, quando o falante possui minimamente algum conteúdo discriminatório acerca daquilo que pretende indicar pelo nome/termo.

Por fim, cabe retomar os elementos da teoria causal-histórica e ponderar se a referência dos termos coligatórios funciona segundo esses elementos. Lembrando que para essa teoria esses elementos são necessários e suficientes para garantir o sucesso da referência. São eles: nomes como designadores rígidos, fixação da referência por um contato causal ou descrição, e transmissão ou empréstimo da referência. Sobre o primeiro elemento anunciamos, na abertura desta seção, que iríamos considerar os termos coligatórios como designadores rígidos e investiríamos a análise nos outros dois aspectos. A respeito da fixação da referência

identificamos a possibilidade de batismo por contato causal, contudo, notamos algumas dificuldades, como estabelecer os critérios de identidade para processos históricos e o procedimento do contato causal com um processo ou partes dele. Essas dificuldades podem, de algum modo, ser contornadas, mas resta um problema intransponível: o fato de algumas expressões não estarem acessíveis aos contemporâneos a esses processos, sobretudo porque esse parece ser o caso na maioria dos termos coligatórios e por essa razão o batismo por descrição é a possibilidade de fixação mais coerente com a prática historiográfica. Por fim, a transmissão da referência foi analisada e ponderamos que é intrincado afirmar que a referência atual aos termos coligatórios ocorre sem qualquer conteúdo discriminatório por parte dos falantes. Se este for o caso devemos admitir que há algum conteúdo atrelado, ou associado aos termos coligatórios que auxilia na relação referencial, é que veremos na próxima seção.

4.2 REFERÊNCIA INDIRETA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS

O grande diferencial da teoria indireta ou descritivista é sustentar que há um elemento intermediário na relação de referência, isto é, entre o sinal (nome) e a referência (objeto) existe um componente epistemológico, o qual Frege chama de *sentido*, expresso ou associado ao nome. O *sentido* faz parte do significado do nome e auxilia na seleção do objeto nomeado. Será que os termos coligatórios possuem *sentido*? Será que há algum conteúdo epistemológico associado ao termo que auxilia os falantes a indicarem o particular complexo/processo histórico de modo satisfatório?

Eugen Zelenák no artigo “On Sense, Reference, and Tone in History” (2010) explorou a noção de *sentido* seguindo a noção de Frege. O autor não analisou o caso dos termos coligatórios, mas suas reflexões apresentam um ponto de partida. No texto, ele declarou utilizar a noção de sentido para explicar as diferenças entre obras históricas. Segundo Zelenák, narrativas distintas sobre um mesmo evento diferem no sentido, no modo de apresentar esse evento.

O autor resgata a proposta de Frege em “Sobre o Sentido e a Referência”, reforçando a tese de que o apelo ao referente não é suficiente para explicar diferenças entre sentenças informativas de identidades, justamente porque essas sentenças diferem no sentido que expressam e não no referente que indicam. E conclui que “É óbvio que os referentes não podem fornecer o quadro completo: algo está faltando” (ZELENÁK, 2010, p. 359). O que falta é o sentido. Assim, as palavras se referem, indicam seus referentes, e também expressam sentidos. Na tentativa de explicar melhor a noção, Zelenák esclarece que o sentido é uma maneira de

capturar, de cercar, ou de chegar até o objeto. Para chegar ao objeto precisamos apresentá-lo de alguma maneira, pode ser apresentado como a estrela da tarde, ou como a estrela da manhã, o objeto (Planeta Vênus) não muda, o que muda é a forma de cercá-lo (ZELENÁK, 2010, p. 360).

Depois de retomar a noção de sentido, o autor anuncia e discute a tese de seu artigo. Para ele, existe uma pluralidade na História que pode ser explicada através das noções de *sentido* ou *tom*. A pluralidade que lhe interessa é quando duas ou mais narrativas históricas diferem, ainda que estejam tratando do mesmo assunto. Esses

relatos não diferem em relação à realidade passada de que tratam, mas em como a representam. Em certo sentido, embora tais relatos alternativos sejam sobre a mesma “coisa” e, além disso, pareçam ser “factualmente” igualmente plausíveis, eles ainda são significativamente diferentes. (ZELEŇÁK, 2010, p. 363)

O autor manifesta que não está seguindo rigorosamente Frege, mas parte da interpretação de Michael Dummett (2001) sobre o pensamento de Frege. Além disso, Zelenák seleciona trechos maiores que nomes para explicar o conceito de *sentido* no caso da história. Segundo ele, obras históricas inteiras expressam um sentido, e apresentam o objeto histórico. Zelenák toma como exemplos autores que realizaram trabalhos liberais ou conservadores sobre a Revolução Francesa: ainda que estes trabalhos selecionem os mesmos eventos e ações, são significativamente diferentes. Isto é, eles diferem no modo de apresentar esses eventos. Para Zelenák, um trabalho histórico apresenta o referente ao passo que propõe um modo de vê-lo, e “Entendemos o que significa uma obra histórica apenas no caso de termos aprendido o significado [sentido] expresso pela obra” (ZELENÁK, 2010, p. 366).

Uma ressalva importante feita pelo autor é de que o sentido é objetivo, e por essa razão ele pode ser alvo de debate historiográfico. Em outras palavras, os historiadores, mesmo não discordando sobre o referente, sobre os eventos apresentados, podem entrar em desacordo sobre a forma de apresentar (sobre o sentido) expressa por um determinado trabalho histórico. O sentido, segundo ele, está bastante ligado à linguagem utilizada para expressá-lo e deve ser acessível a todo falante competente da língua. Ao ler uma determinada obra histórica o falante competente acessa o evento por meio do sentido expresso por essa obra.

Outra opção para explicar diferenças entre obras históricas que apontam para o mesmo referente é apostar em um item mais alusivo como a noção de *tom*. Na interpretação de Dummett, ‘tom’ é uma espécie de sombreamento ou coloração que acompanha a expressão. Frege explicou que existem dois componentes do significado: um é o sentido, importante na determinação da verdade ou falsidade da expressão; o outro é o *tom* [*Beleuchtung*], esse último não afeta a verdade ou falsidade, mas ainda assim faz parte do significado (DUMMETT, 1973, p. 2). A ideia aqui é que os historiadores ao apresentarem um assunto pretendem causar certa

impressão nos leitores. Isto é, dependendo da maneira como escrevem, a intenção é provocar certos efeitos invocados por esse componente do significado. Um exemplo dado por Zelenák para ilustrar a distinção entre *sentido* e *tom* é entre as palavras ‘morto’ e ‘falecido’, ambas podem indicar o mesmo referente, mas ‘falecido’ expressa um *tom* mais respeitoso. O autor indica mais um exemplo, agora no caso da historiografia: Um historiador nacionalista ao narrar sobre a dissolução da monarquia Austro-Húngara pode evocar a alegria das nações ao se tornarem independentes, já que estavam oprimidas por essa monarquia. Outras historiografias podem suscitar sentimentos traumáticos relacionados à desintegração da monarquia (ZELEŇÁK, 2010, p. 367).

Ainda nesse artigo, Zelenák faz uma interessante associação entre a noção de *tom* fregeano e as ferramentas literárias do filósofo da história Hayden White. De acordo com White (1994/1978), os historiadores utilizam recursos literários nas narrativas históricas. Com esses recursos eles criam um enredo trágico, cômico, romântico ou satírico, além de usar tropos literários como a metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Para o autor do artigo, portanto, narrar uma história como trágica ou cômica é enfatizar um ‘tom’, provocando nos leitores certos efeitos. O tom é um elemento expressivo ou evocativo do significado, e ao utilizá-lo o historiador torna mais acessível a forma como organizou os dados históricos. Ainda sobre o tom, Zelenák alerta que, apesar de não ser tão objetivo quanto o sentido, ainda assim não pode ser descrito como subjetivo já que, tanto para criar um tom, quanto para entendê-lo, é preciso certas habilidades compartilhadas por historiadores e leitores. Voltaremos a falar sobre ‘tom’ mais adiante quando analisarmos, juntamente com o suporte da pragmática, se os termos coligatórios apresentam sentido, ou se expressam somente ‘tom’.

Em um artigo posterior, intitulado “Semantics of Historical Representation in Terms of Aspect” (2013), Zelenák faz outra correlação teórica que merece menção. Dessa vez ele aproximou ‘sentido’ fregeano da noção de ‘aspectos’ proposta pelo filósofo da história Ankersmit. Este filósofo já foi mencionado no primeiro capítulo desta tese, entretanto cabe recordar parte de sua proposta a fim de entender a associação feita por Zelenák. Sendo assim, lembremos que para Ankersmit as narrativas não fazem referência direta à realidade, mas sim a representam. As narrativas resultam em representações que não se referem ao passado, mas são *sobre* ele. Essas representações apresentam indiretamente a realidade histórica, não são, portanto, meras descrições. As representações presentes nas narrativas apresentam aspectos da realidade, e o aspecto, por sua vez, é o elemento intermediário entre representação e representado. Em outras palavras, a realidade é apresentada em termos de aspectos.

Então o autor do artigo questiona como devemos conceber ‘aspecto’? Como um ponto

de vista? Como uma perspectiva sobre o passado? E responde que para Ankersmit, nenhum dos dois. Ankersmit também descarta a possibilidade de entender ‘aspecto’ como *sentido* fregeano. Ele defende que sentido é uma entidade conceitual, enquanto aspectos são coisas e fazem parte do mundo (ANKERSMIT, 2012, p. 105). Caberia aqui questionar a interpretação de Ankersmit sobre *sentido*, isto porque, como vimos na seção anterior, sentido não pode ser reduzido a uma expressão linguística (se é isso que ele quis dizer com “uma entidade conceitual”). Apesar disso, voltemos a Zelenák; para ele, entender a noção de *aspecto* como parte do mundo, tal como propõe Ankersmit e não como *sentido*, ou modo de apresentação, diminuiria a potencialidade da noção. O potencial teórico que a noção de *aspecto* carrega é justamente o papel intermediário que ele cumpre entre a narrativa e a realidade histórica. Se o *aspecto* for parte da realidade, o que faria esse papel intermediário?

A narrativa histórica não é cópia ou descrição da realidade, segundo Ankersmit. E, ao escrever sobre determinado evento, o historiador o apresenta de uma determinada maneira. Para Zelenák, o historiador realiza uma proposta de como ver o passado ao escrever história. São, portanto, três itens presentes no caso da história: texto, noção intermediária, e realidade passada. E “é por isso que a representação é uma relação de três lugares” (2013, p. 252). Há um “espaço lógico intermediário”, como sugere Zelenák, que é substituído, atualmente, por termos como ‘teses’³⁰ ou ‘propostas’. Mas o autor pergunta: se verificarmos com o cuidado merecido o *sentido* de Frege não cumpriria melhor essa missão de agir como elemento intermediário? Logo mais vamos considerar essa questão no caso dos termos coligatórios.

Recapitulando, Zelenák constata que obras históricas, mesmo tratando do mesmo assunto e selecionando os mesmos eventos para explicar o assunto, ainda podem ser significativamente diferentes. Aposta que essas diferenças se devem ou ao modo de apresentar o objeto histórico (*sentido*), ou ao *tom* usado nessa apresentação. Cabe indicar que Zelenák ressalva que não está seguindo rigorosamente Frege, mas aproveitando de *insights* do filósofo para refletir sobre problemas presentes na história. Este exercício foi declarado pelo próprio autor, e é o que também pretendo realizar aqui.

Como comentado, Zelenák em “On Sense, Reference, and Tone in History” (2010) concebe que o modo de apresentação (*sentido*) é expresso pela obra histórica. Isto é, um trabalho historiográfico sobre determinado assunto, a Revolução Farroupilha, por exemplo, expressa um sentido. Os leitores, por sua vez, terão acesso ao objeto histórico à medida que vão

³⁰ Kuukkanen é um dos autores contemporâneos que usa a ideia de tese sobre o passado: “Uma obra de história apresenta algo, ou constrói uma tese, mas não é necessário assumir que esses produtos têm contrapartes existentes de forma independente em um real ou em um mundo imaginário (KUUKKANEN, 2015, p. 63).

entendendo o sentido. Vão cercando o objeto por meio do modo de apresentação. Bem, meu problema vai na mesma direção, mas a questão é um tanto diferente. Minha pergunta é se a expressão ‘Revolução Farroupilha’ expressa o *sentido*, ou se apenas aponta para o referente, como afirma a teoria direta da referência. Para Frege, todos os nomes próprios expressam sentidos. Será que esse é também o caso dos termos coligatórios? Se sim, esse sentido está atrelado à expressão, independente da obra histórica em questão, ou a cada trabalho historiográfico o sentido vai se atualizando?

Embora a proposta de Zelenák seja interessante, não estou convencida de que a melhor maneira de conceber *sentido*, no caso dos termos coligatórios, seja considerá-lo como uma tese sobre determinado processo histórico, ou como um modo de apresentação desse processo expresso por cada obra histórica. Possivelmente duas obras históricas significativamente diferentes que tratam do mesmo objeto estejam propondo teses distintas. Contudo, teses distintas sobre um determinado processo histórico podem ser levantadas a cada novo autor ou a cada nova perspectiva historiográfica, mas se há um sentido associado ao nome, à expressão tal como explicou Frege, será que ele é tão suscetível a tais mudanças? Suponho que ele não é estático, ele pode ser ampliado e sofrer alterações, mas se isto ocorresse a cada novo trabalho historiográfico, é possível que a referência ficasse comprometida.

Para responder a essas questões proponho algumas reflexões sobre a expressão ‘Revolução Farroupilha’. Essa expressão é usada em referência ao conflito armado ocorrido entre os anos de 1835 e 1845 que opôs senhores de terras e gado da Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul, e o governo imperial do Brasil. Ao pesquisar sobre a expressão é curioso notar que as primeiras obras que tratam do tema não foram produzidas por historiadores profissionais. O primeiro texto é de Tristão de Alencar Araripe intitulado “Guerra Civil do Rio Grande do Sul. Memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”, veiculado à revista do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), e dividido em 4 partes, sendo a primeira parte publicada em 1880. Araripe era político e crítico literário, mas sua obra, segundo a historiadora Mara Cristina de Matos Rodrigues, foi o primeiro texto reconhecido sobre o processo histórico. Até então esse particular complexo não se apresentava como objeto de estudo nem mesmo para os rio-grandenses (2013, p. 165). Rodrigues comenta que a despeito do título conter a expressão ‘Guerra Civil’, isso não significa uma oposição do autor à noção de ‘revolução’³¹. Em 1881, o advogado, político e escritor João Francisco de Assis Brasil publicou a obra *A República rio-grandense*. A

³¹ Atualmente alguns historiadores preferem a expressão “Guerra civil rio-grandense” à “Revolução Farroupilha” como veremos na sequência.

historiadora verificou que em ambos os textos, os conceitos de ‘revolução’ e ‘república’ foram usados de maneira intercambiável. Também percebeu que para os dois autores o ideário republicano e revolucionário explica o conflito, só que o primeiro vê a presença desses ideários de forma negativa, enquanto o segundo de forma positiva (RODRIGUES, 2013, p. 168-9). Uma das explicações para a visão positiva de Assis Brasil em relação ao ideário republicano é sua defesa em prol da República no contexto nacional na época. Vejamos o trecho abaixo:

Nesse sentido, as obras de Alcides Lima e Assis Brasil, ambas de 1882, são falas republicanas construídas antes da queda do regime monárquico. Explicam e defendem a postura assumida pelo Rio Grande por ocasião da Revolução Farroupilha – a separação pelo endosso da forma republicana –, tendo em vista um valor mais alto, a nação, a pátria, situadas acima até do regime monárquico em vigor. Nesse sentido, essas obras destacam a precocidade do Rio Grande na defesa da ideia da república, fazendo-a remontar aos farrapos. (PESAVENTO, 2009, p. 261)

A esta altura pergunto se esses autores amarraram as noções de ‘república’ e ‘revolução’ à expressão ‘Revolução Farroupilha’? Isto é, o termo coligatório ‘Revolução Farroupilha’ possui uma carga epistemológica que remonta às noções de ‘república’ e ‘revolução’? É razoável pensar que sim, mas continuando nossa análise cabe notar que a historiografia produzida sobre esse processo histórico tem uma longa trajetória, e nela, tanto o processo quanto o termo coligatório foram alvos de debate entre historiadores. O pesquisador Fabrício Antônio Antunes Soares em sua tese de doutorado, por exemplo, opta por não usar a expressão ‘Revolução Farroupilha’ e usar o termo ‘A Farroupilha’, sua recusa é justificada no trecho a seguir:

Ao longo da tese denominei a Revolução Farroupilha ou a Guerra dos Farrapos, como o conflito sulino atualmente é mais comumente conhecido como “Farroupilha”. Com isso pretendo duas coisas: a) ir além da discussão da década de 1980 de caráter ideológico sobre se a Farroupilha era uma revolução ou guerra (o que não é o objetivo desta tese) e b) denominar a fortuna crítica sobre esse evento”. (SOARES, 2016, p.10 n.1)

A leitura isolada desse trecho poderia nos levar à conclusão de que a questão toda não é sobre o *sentido* do termo coligatório ‘Revolução Farroupilha’, mas possivelmente uma questão de ajuste categorial como propõe Peter Geach. Contudo, outros historiadores contemporâneos também se recusam a usar o termo coligatório ‘Revolução Farroupilha’ oferecendo outros argumentos. Vejamos mais um exemplo.

Essa noção também era uma nomeação que tentava dar importância ao movimento. [...] Entre os farroupilhas, claramente não havia um desejo de mudanças grandes na ordem social. A manutenção da propriedade escrava e da prática produtiva em geral com grandes propriedades não era questionada, ao contrário, a guerra foi feita para proteger esse modelo. E mesmo o republicanismo não era um consenso de todas as lideranças. (MENEGAT, 2020)

Nessa entrevista, Carla Menegat explica que prefere usar o termo ‘Revolta Farroupilha’

porque, em consonância com citação anterior, não havia um claro desejo de mudança entre os revoltosos como o termo ‘revolução’ poderia sugerir, e também para colocar esse processo ao lado das demais revoltas que ocorreram durante o Período Regencial, como a Revolta dos Malês, Cabanagem, Balaiada, etc. Já as historiadoras Mara Cristina de Matos Rodrigues (2013) e Luciana Fernandes Boeira (2013) preferem o termo ‘Guerra Civil Farroupilha’.

O que podemos concluir diante das críticas ao termo coligatório ‘Revolução Farroupilha’ e das propostas alternativas ao termo? Elas parecem sugerir que o termo coligatório possui sentido. Em outras palavras, o termo coligatório ‘Revolução Farroupilha’ faz mais do que indicar um particular complexo, ele expressa um sentido, como diria Frege. Essa seria uma explicação³² de por que os historiadores se dedicam em problematizar o termo e até a propor termos alternativos. Esse debate, não sendo vazio, talvez pudesse dizer respeito tão somente ao particular complexo, ao processo histórico em si. Mas este não parece ser o caso, já que os historiadores claramente se opõem ao uso da expressão porque ela carrega um conteúdo que remete ou a uma discussão ideológica, ou a uma mitologização do conflito, como vimos anteriormente. Esse conteúdo não seria o sentido?

Antes de nos precipitar, concluindo que os termos coligatórios possuem sentido, é necessário questionar se isso não é o que ocorre somente em relação a expressão ‘Revolução Farroupilha’. Para tanto, analisaremos mais um termo presente na história nacional, a expressão ‘Guerra do Paraguai’. Essa expressão é usada pela historiografia brasileira no intuito de indicar um conflito que ocorreu entre os anos 1864 e 1870. Esse conflito envolveu uma aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai (Tríplice Aliança) versus o Paraguai. A historiografia brasileira que trata desse conflito é tradicionalmente dividida em quatro perspectivas que se seguem cronologicamente: a primeira perspectiva memorialista e patriótica foi propagada pelo exército brasileiro; a segunda foi produzida por positivistas críticos ao Império Brasileiro; a terceira perspectiva se trata de um revisionismo produzido entre os anos de 1960 e 1980, com destaque para os autores León Pomer, historiador argentino que lecionou no Brasil, e o jornalista Júlio Chiavenatto; e, por fim, o neo-revisionismo inaugurado pelo historiador Francisco Doratioto (SALLES, 2015, p. 29).

Tanto a primeira perspectiva quanto a segunda sustentaram a tese do Paraguai ter sido o desencadeador do conflito, mais especificamente que o governante paraguaio Francisco Solano López foi quem agrediu o Império Brasileiro. “Era tão forte no Brasil a percepção do poder pessoal absoluto do governante paraguaio, que na imprensa e nos livros brasileiros da

³² A menos que os historiadores estejam se envolvendo somente numa ‘disputa verbal’, isto é, num debate vazio de conteúdo (Thomasson 2015, p.71).

época era normal a designação de ‘A Guerra do López’ para o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança” (DORATIOTO, 2009, p. 3). A expressão usual na história da historiografia brasileira a respeito desse conflito é ‘Guerra do Paraguai’. Ao ouvir ou ler essa expressão imediatamente a associei com a ideia que predominou nas duas primeiras perspectivas historiográficas, ou seja, “conflito iniciado pelo Paraguai”. Num primeiro momento pensei que isso se devesse à partícula ‘do’ contida na expressão. Mas depois de revisar esse conflito através de seus estudiosos, me surpreendeu que tal ideia estava presente nas duas primeiras perspectivas sobre o assunto. Uma passagem do historiador Doratioto reformou essa impressão: “também pode ser chamada de Guerra do Paraguai porque, no plano militar, começou com o ataque paraguaio a Mato Grosso – o que na perspectiva paraguaia significava recuperar a posse de um território litigioso” (DORATIOTO, 2009, p. 2).

Portanto, será que a expressão ‘Guerra do Paraguai’ expressa como parte do seu sentido a ideia de o Paraguai ter sido o causador inicial do conflito? A história do particular complexo revela outras facetas da guerra, como a política intervencionista brasileira, o fato do território invadido pelo Paraguai ser alvo de disputa entre Paraguai e Brasil, que estava também em jogo a livre navegação dos rios platinos, além de interesses internacionais para forçar ao Paraguai a uma abertura econômica, entre outras questões. Essas facetas põem em xeque a ideia de o Paraguai ter sido o responsável pelo conflito, e elas foram sustentadas pelas outras duas perspectivas citadas anteriormente. Então, se o termo coligatório ‘Guerra do Paraguai’ tem como parte do seu sentido a ideia de ter sido o Paraguai o causador do conflito, não compete à historiografia brasileira propor outro termo como ocorreu no caso de ‘Revolução Farroupilha’? Supostamente, visto que já existem outras propostas de termos como ‘A Guerra da Tríplice Aliança’ e ‘Guerra contra o Paraguai’ ambos citados no artigo de Carlos Guilherme Mota intitulado “História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois” (1995, p. 244) e no livro *A guerra contra o Paraguai em debate* de Ronald León Núñez (2022).

Ainda sobre a expressão ‘Guerra do Paraguai’ gostaria de propor algumas questões finais. Para além da ideia de que ela expressa que o Paraguai teria sido o causador do conflito (e que, portanto, seria inadequada), levantei outra hipótese: supus que isso se devia ao fato de possuir algum conhecimento discriminatório a respeito do processo histórico indicado pela expressão. Então questioneei informalmente alguns interlocutores, os quais desconheciam ou possuíam poucas informações sobre esse processo histórico, com a seguinte pergunta: “O que a expressão ‘Guerra do Paraguai’ lhe remete?” Para minha surpresa, a maioria respondeu: “Um conflito em território paraguaio”. Minha surpresa se deve a duas razões: uma, que essa ideia não está equivocada, já que a maioria dos conflitos dessa guerra ocorreu em território paraguaio,

e a segunda, que era uma informação diferente da minha e de Doratioto. Apesar da informalidade da enquete, ela pode servir como ponto de partida para algumas reflexões: Se os termos coligatórios possuem sentido, ele é alvo de debate? Se os termos coligatórios expressam sentidos, como é formado esse *sentido*? O particular complexo só é satisfatoriamente indicado por um falante na medida em que ele conhece partes do sentido? A primeira questão já foi, parcialmente, respondida uma vez que notamos que os historiadores discutem sobre os termos coligatórios propondo até termos alternativos. Como esses sentidos são formados e se é importante conhecer partes dele para realizar a referência com sucesso é que pretendemos trabalhar na próxima seção.

Antes de finalizar essa seção, voltemos ao seu objetivo; a intenção era analisar se os termos coligatórios expressam sentido. Isto é, se além de indicar um particular complexo/processo histórico, existe algum conteúdo epistemológico atrelado ao termo. Iniciamos apresentando a proposta de Zelenák segundo a qual narrativas historiográficas que tratam de um mesmo objeto histórico (mesmo particular complexo) diferem por apresentarem *sentido* ou *tom* diferente. Concordo que narrativas historiográficas podem apresentar diferentes perspectivas a respeito de um processo histórico, mas discordo que essas perspectivas propõem cada uma um *sentido*, pelo menos não espero que a cada obra historiográfica o *sentido* atrelado a expressão seja alterado. Por essa razão, investimos na análise de dois termos coligatórios: ‘Revolução Farroupilha’ e ‘Guerra do Paraguai’. Dessa análise podemos concluir:

I - Primeiras narrativas, sejam elas produzidas por historiadores profissionais, ou não, desde que reconhecidas, elaboram o *sentido* fregeano do termo;

II - Outras narrativas reforçam esse sentido o associando mais vezes ao termo;

III - Historiadores posteriores tentam desvincular parte desse sentido por razões de revisão historiográficas em relação ao particular complexo. Isto é, o sentido originalmente atribuído não está mais cercado adequadamente o objeto;

IV - O sentido pode estar tão vinculado à expressão que os historiadores se sentem obrigados a propor outra expressão.

Essas foram as considerações a respeito das duas expressões. Daí podemos concluir que todos os termos coligatórios expressam sentidos fregeanos?

Se recuperarmos algumas expressões já trabalhadas nesta tese como ‘Renascimento’, ‘Guerra Fria’, ‘Revolução Francesa’ e ‘Degelo de Krushev’, e voltarmos as páginas nas quais refletimos sobre elas, podemos conceder que há algum conteúdo epistemológico atrelado a elas. Vimos também no capítulo dois que esse conteúdo não está relacionado a teoricidade desses termos, isso porque eles não são sinônimos de termos teóricos. Desse modo, proponho que esse

conteúdo associado a expressão seja o sentido. E sempre que o termo coligatório é usado para indicar o particular, o sentido também é de alguma forma expreso, ou é associado a ele.

4.3 TEORIA HÍBRIDA PARA TERMOS COLIGATÓRIOS

Uma vez que concordamos que termos coligatórios são introduzidos na historiografia, predominantemente em retrospectiva, ou seja, do presente para o passado, entendendo que a maioria das expressões não estava disponível aos contemporâneos dos processos históricos, concluímos que, em caso de adesão a teoria causal-histórica, apenas a fixação da referência por descrição seria concebível. Além dessa consideração, também problematizamos, na seção 4.1, a dificuldade em realizar uma referência satisfatória quando o falante não possui nenhum conhecimento discriminatório a respeito do particular complexo o qual pretende indicar, tese defendida pelos adeptos da teoria causal-histórica. Cabe notar que a expressão ‘pretende’ também importa, em outras palavras, a intenção do falante em indicar algo, conta para o sucesso da referência.

Na sequência, analisamos se há algum componente epistemológico atrelado às expressões coligatórias a qual indicamos pelo termo *sentido*, seguindo a proposta de Frege. Isso porque esse componente indicaria que os termos coligatórios fazem mais que referir ao particular complexo, eles também expressam sentido. Notamos, nas expressões analisadas, um debate entre historiadores em torno do sentido dos termos coligatórios. Alguns historiadores, inclusive, se recusam a usar o termo por entenderem que esse componente atrelado ou expreso por ele não cerca adequadamente o objeto, ou não revela com a clareza necessária a complexidade do processo histórico indicado pelo termo.

Cabe agora responder as perguntas feitas ao final da seção anterior. Para tanto, utilizaremos concepções da teoria híbrida de Gareth Evans (1982; 1985). Evans não apresentou sua teoria como híbrida, ele estava, na ocasião, criticando a teoria descritivista/indireta da referência, e também localizando o traço causal da referência o qual segundo ele, não foi bem indicado por Kripke. Nessa tarefa apresentou alguns elementos relevantes sobre referência, são eles: a importância da *prática de uso do nome* por uma comunidade de falantes; o objeto nomeado ser a *causa do dossiê de informações* que é compartilhado pela comunidade de falantes a respeito do nome; o papel que esse dossiê cumpre na referência; e por fim o papel dos *produtores de nomes*. Cabe dizer que alguns desses elementos estavam presentes nas teorias anteriores, a comunidade de falantes, apesar de implicitamente, apareceu em ambas as teorias, a noção ‘causal’, é outro exemplo, estava contida na teoria causal-histórica. Veremos, a seguir,

se a teoria híbrida desse filósofo responde de modo satisfatório a referência dos termos coligatórios.

Segundo Evans, para que um termo seja nome de algo é preciso, primeiro, que o procedimento de usar ‘NN’ para se referir a x faça parte das práticas linguísticas de determinada comunidade (1985, p. 18). Isto é, para que o termo ‘Guerra do Paraguai’ seja o nome do particular complexo/processo histórico é preciso que exista uma prática de uso desse termo em referência a esse processo por uma comunidade de falantes. Precisamente, podemos identificar que esse é o caso, isto é, que existe essa prática tanto entre historiadores quanto na comunidade de falantes em geral. Apesar do termo ser atualmente criticado, e talvez, por essa razão num cenário futuro da historiografia, deixará de ser utilizado.

O segundo critério apresentado por Evans é que x deve ser a fonte causal do corpo de informações que os falantes contemporâneos dessa comunidade associam ao nome ‘NN’ (1985, p. 13). Esclarecendo, o particular complexo deve ser a fonte causal do conjunto de informações que a comunidade associa ao termo ‘Guerra do Paraguai’. Aqui precisamos nos deter um pouco mais sobre a prática historiográfica. O passado deixou de existir, os historiadores têm acesso, no presente, aos vestígios do passado. Ao investigar sobre determinado particular complexo, depois que já ocorreu a coligação, tal como explicado no Capítulo 1, o historiador analisa fontes primárias, isto é, fontes da época se ainda estiverem disponíveis. Também analisa fontes secundárias, as obras de historiografia já produzidas sobre determinado processo, embora alguns historiadores possam, na atualidade, realizar uma coligação nova e a partir daí originar a prática de uso do termo coligatório e dar início a historiografias a respeito do particular complexo. Mas, no geral, os historiadores trabalham com fontes primárias e secundárias a respeito do objeto alvo do seu estudo. Aqui devemos ter o cuidado para não confundir *fonte de informações* com aquilo que foi a *causa das informações*. As historiografias a respeito de determinado particular complexo são fontes de informações para pesquisadores, mas a causa última que motivou e mobilizou tais pesquisas, possivelmente, são vestígios desse que estamos chamando de particular complexo. Talvez a noção de ‘particular complexo’ nos comprometa demais, então conceba por *causa das informações* os dados empíricos que foram selecionados pelos historiadores na coligação.

Agora, o que podemos conceber como o *dossiê de informações* no caso dos termos coligatórios? Os falantes de uma comunidade compartilham esse dossiê que é associado ao nome quando ele é usado pela comunidade (EVANS, 1985, p. 16). O referente pretendido pela comunidade, como comentado, é aquele que foi a causa das informações contidas no dossiê. No capítulo anterior, analisamos quatro casos de formação de dossiê, coincidentemente, nos

quatro casos, há uma distância temporal entre aqueles que usam o nome e a causa das informações. Os objetos de estudo do historiador estão a uma distância temporal do seu investigador e por isso ele tem acesso somente a vestígios. As fontes históricas, sejam elas escritas, orais, materiais ou historiográficas são analisadas e selecionadas pelos historiadores, podem vir a compor o dossiê associado ao termo coligatório. Concebo o dossiê como uma espécie de conjunto. Algumas fontes ou historiografias fazem parte do conjunto porque foram entendidas pela comunidade de historiadores como válidas, outras não fazem, algumas ainda entrarão nesse conjunto, a medida que novas historiografias forem elaboradas ou novas fontes primárias descobertas, e, por fim, algumas deixam de compor o conjunto.

Gostaria, a essa altura, de pensar sobre duas possibilidades para os termos coligatórios inspiradas na teoria da referência de Evans (1985; 1982) e naquilo que estudamos nos capítulos anteriores:

I – Conceber o sentido de Frege como um dossiê;

II – Entender que modelo está contido no dossiê, e ora ele só está sendo expresso, ora está sendo diretamente referido.

A explicação sobre *sentido* proposta por Frege e a de *dossiê* de Evans não excluem nossa aproximação. Entretanto, esclareço que essa possibilidade é produto desta tese, foi inspirada nos autores, mas não está presente neles. Relembrando, o *sentido* não é uma entidade linguística, como uma descrição definida, por exemplo. O *sentido* não é algo subjetivo como uma *ideia*, por isso pode ser alvo de discussão entre os historiadores, como vimos na seção anterior. Também não é um objeto. Aqui podemos entender ‘objeto’ de duas formas: não possuir materialidade, ou não ser o objeto referido pelo nome (particular complexo). O *sentido* é expresso ou associado ao termo na prática de uso. Frege não sustentou que o *sentido* é único no caso das línguas naturais, o que só poderia ocorrer numa linguagem perfeita.

Certamente, a cada expressão que pertença a um sistema perfeito de sinais deveria corresponder um sentido determinado; as linguagens naturais, porém, raramente satisfazem essa exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra, no mesmo contexto, sempre tiver o mesmo sentido (FREGE, 2009/1892, p. 132-133).

Como estamos tratando de expressões usadas em línguas naturais podemos conceber *sentido* como algo amplo, um campo de sentido, ou como um *dossiê*. Os falantes de determinada comunidade conseguem se comunicar e perceber que estão falando do mesmo referente porque o termo é associado a esse dossiê. Os interlocutores não precisam conhecer todo o dossiê para uma comunicação viável, até porque isso só seria concebível para especialistas com alta precisão técnica. Vejamos isto num cenário de uso hipotético.

Dois interlocutores, membros de uma mesma comunidade linguística, interessados em história iniciam uma conversa, que tem como pano de fundo o Segundo Reinado. O falante A comenta sobre a política externa de D. Pedro II, afirmando que essa política era intervencionista e pretendia lançar o Brasil como uma potência no sul do continente, papel que disputava com a Argentina. O falante B não está convencido. O falante A prossegue, argumentando: “Mas veja bem, o Brasil até interferiu em questões internas do Uruguai e posteriormente se envolveu num conflito com o Paraguai”. O interlocutor B interrompe: “Ah, mas essa guerra foi provocada pelo Paraguai, por aquele ditador, o Francisco Solano López”. Notem que os interlocutores estão discutindo, ao final do diálogo, sobre a Guerra do Paraguai. Estão usando para isso algumas informações contidas no dossiê associado ao termo. Um parece ter um maior domínio das informações contidas. Ainda que a informação conhecida pelo falante B seja aquela que perdurou nas duas primeiras perspectivas historiográficas brasileiras a respeito do conflito, e que atualmente é contestada pela historiografia, não podemos negar que a comunicação ocorreu e que ambos estavam tentando fazer referência ao mesmo conflito.

Vale a pena notar que se alguma informação deixa de fazer parte da ‘história canônica’, isto é, deixa de ser reconhecida pela comunidade de historiadores como uma informação relevante sobre o particular complexo, isso não significa que ela deixe de circular, ou seja apagada da memória da comunidade em geral. Então, podemos conjecturar que o dossiê contém, além de informações relevantes, informações em desuso, mas que ainda perduram nas práticas linguísticas? Se esse for o caso, a identidade do dossiê ganha contornos nebulosos, talvez a ponto de comprometer a referência. Se estivermos em dúvida se tal expressão é ou não é um termo coligatório, alguém está habilitado a fazer defesas semânticas? Segundo Evans, defesas semânticas podem ser feitas por *produtores dos nomes*. Os produtores conhecem os termos e os referentes e em caso de algum equívoco nas interações comunicativas essas pessoas podem dar o veredito.

Pensar no *sentido* como um *dossiê*, tal como foi exposto anteriormente, seria um problema na determinação da referência somente se estivéssemos supondo que o referente é aquele que satisfaz as informações contidas no dossiê, mas vimos que este não é o caso. Para isso lembre-se dos dois critérios para que a expressão seja considerada nome de algo: existir uma prática de uso desse nome em referência a determinado processo histórico; e tal processo histórico ser a causa das informações contidas no dossiê que a comunidade associa à expressão.

E se nos envolvermos em uma discussão e ficarmos em dúvida sobre a expressão ou o referente, a quem podemos recorrer? Evans responderia, aos *produtores dos nomes*. Recordando, os *produtores* compõem um grupo central de falantes que possuem conhecimento

do referente. No caso da história, são os historiadores que estudam a Guerra do Paraguai, por exemplo, que fazem negociações de tempos em tempos a respeito desse processo, e nelas usam a expressão ‘Guerra do Paraguai’. Essas negociações, inclusive, podem interferir na manutenção, ou não, do termo. De acordo com Evans (1982, p. 377) os produtores são aqueles que podem “injetar novas informações na prática” de uso dos nomes. Isto é, podem acrescentar informações ao dossiê. Contudo, vimos que no caso das expressões ‘Revolução Farroupilha’ e ‘Guerra do Paraguai’, outros profissionais, além de historiadores, adicionaram informações. E esses não são exemplos isolados, os repórteres atualmente costumam acrescentar informações aos dossiês de vários termos coligatórios. Embora, caso haja a necessidade de defesas semânticas, historiadores profissionais que se dedicam ao tema, provavelmente, são os mais indicados.

Tratando *sentido* como *dossiê* que é associado ao termo coligatório quando ele está em uso, e entendendo que o dossiê permite cercar o objeto auxiliando o falante a indicá-lo, falta enquadrar a proposta de *modelo idiográfico* levantada no capítulo 2 desta tese. Lá, estávamos interessados no caráter teórico dos termos coligatórios. E aventamos que a bagagem teórica desses termos ocorre devido à função representacional e explicativa que cumprem, papel que nas ciências pode ser atribuído aos modelos. Agora, cabe analisar a possibilidade II citada anteriormente. Isto é, verificar que o modelo contido no dossiê é expresso quando o termo coligatório é usado; contudo, por vezes, o modelo é diretamente referido pelo termo.

Para isso, voltemos ao primeiro capítulo; nas considerações parciais concluímos que a maioria dos filósofos da história argumenta que os termos coligatórios se referem a conceitos. A questão é que isso contradiz a prática de uso dos termos pelos historiadores. Vimos, ao longo da tese, que os termos coligatórios são usados na historiografia na intenção de indicar um particular complexo, provavelmente, um processo histórico. Uma referência indireta, aos moldes de Evans, como comentamos anteriormente, resolveria esse impasse, já que o elemento linguístico/teórico está presente no dossiê que compõe o sentido do termo, esse sentido é expresso quando o termo está em uso, o que pode sugerir que o termo se refere a um conceito.

A tese é que em caso de referência usual, ou representacional expressão de Ankersmit, os termos são usados para indicar o fenômeno-alvo, isto é, o processo histórico. E, nesse caso, a referência é indireta. O que garante o sucesso da referência do termo coligatório nesse caso?

- Existir uma prática de uso do termo em referência a determinado particular complexo;
- Existir um dossiê que é associado ao termo, o qual contém no mínimo um modelo criado na coligação;

- O particular complexo ter deixado vestígios para os quais ele foi a causa e esses vestígios resultarem em informações adicionadas ao dossiê;
- Por fim, os falantes, ao usarem o termo, compartilharem das informações contidas no dossiê.

Nesse tipo de uso a referência é indireta – observe a figura c) abaixo –, pois é intermediada pelo dossiê, por sua vez composto pelo modelo e outras informações. Note que a explicação acima segue a proposta de Gareth Evans e contempla a prática historiográfica. Suponho que essa referência indireta possa explicar, também, algumas teses de Ankersmit. Entre elas está a afirmação de que a representação (termo coligatório) não se refere diretamente à realidade, mas é ‘sobre’ [*aboutness*] (2012a, p. 79). Para entender isso é preciso ter em conta *dossiê* como *sentido* fregeano do termo coligatório, e sempre que o termo é usado o sentido é expresso. Como o sentido auxilia os falantes no processo de referência, dizemos que a referência é indireta. De acordo com Ankersmit, a representação apresenta, mostra aspectos da realidade, e é exatamente isso que o sentido faz; segundo Frege, o sentido é um modo de apresentação. Já comentei em seções anteriores que o filósofo da história descartou a aproximação entre *representação* e *sentido* (ANKERSMIT, 2012a, p. 105), mas sugeri que a negativa de tal comparação pode ter ocorrido devido à ideia equivocada de que o sentido é uma descrição. Outra tese de Ankersmit que pode ser explicada por meio da referência indireta é a seguinte: “Porque esta é realmente uma questão de princípio. E o princípio em questão é que, na escrita da história e no texto histórico, referência e atribuição sempre andam juntas” (ANKERSMIT, 2012b, p. 77). Entendo que isso ocorre porque, sempre que um termo coligatório é usado para se referir a determinado processo histórico, ele também expressa sentido. O sentido por ser um dossiê de informações também caracteriza o processo. Por exemplo, o termo ‘Guerra do Paraguai’ ao ser usado indica o processo histórico, e ao mesmo tempo, expressa que ‘o Paraguai foi o causador do conflito’. Novamente, isso está de acordo com a prática historiográfica porque historiadores mais preocupados com os usos dos termos esclarecem, em seus textos, qual a parte do sentido do termo está tentando se desvincular e qual querem enfatizar em sua narrativa.

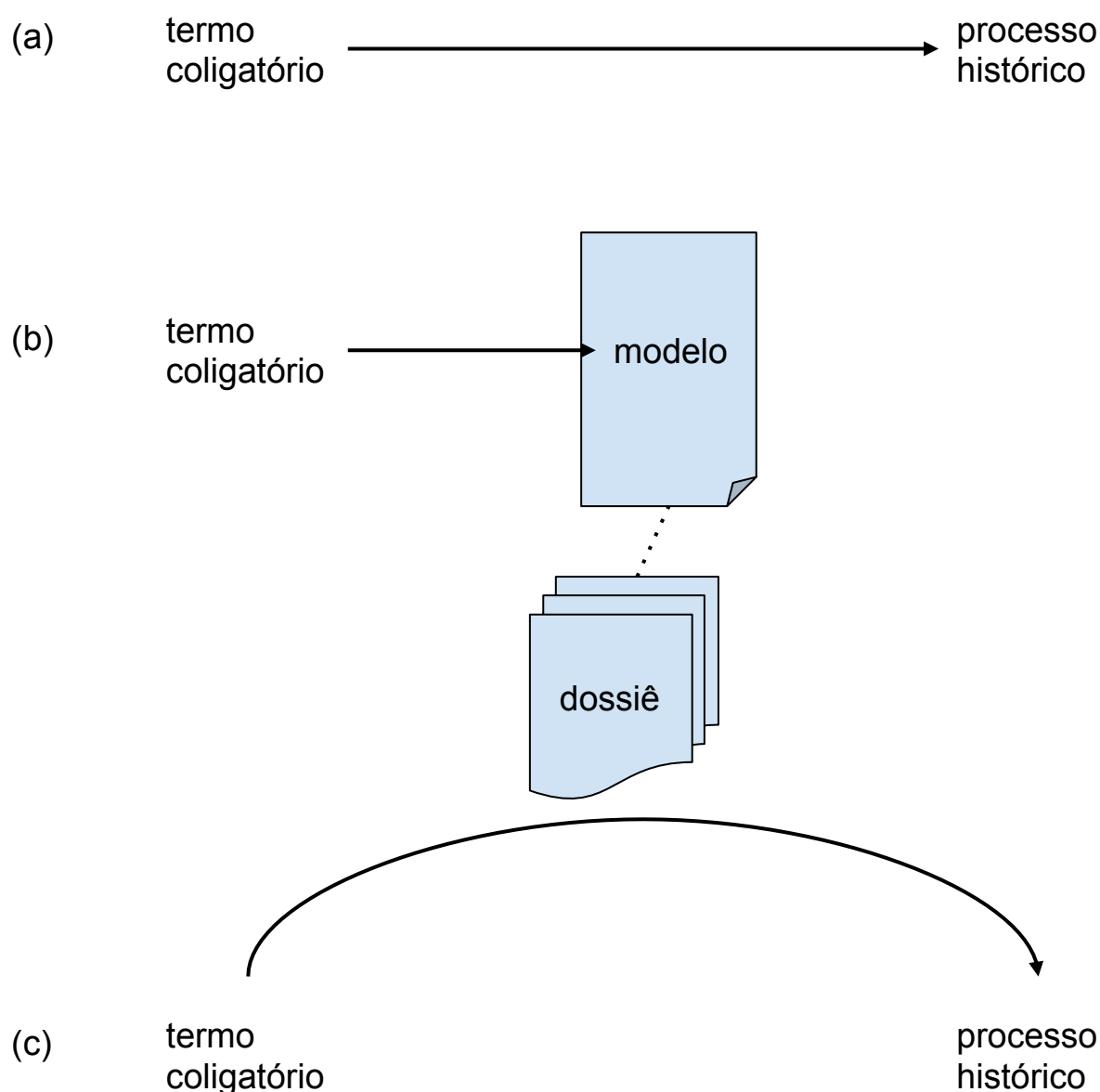


Figura 5. Três formas de pensar a referência dos termos coligatórios: (a) referência direta ao processo histórico; (b) referência direta ao modelo contido no dossiê; (c) referência indireta ao processo histórico, mediada pelo dossiê.

Cabe explicar também porque sugeri que há ‘no mínimo um modelo no dossiê’. Isso porque pode haver modelos diferentes sendo expressos pelo mesmo termo. Para ilustrar isso, voltemos nossa atenção ao termo ‘Renascimento’, e sobre dois historiadores que estrearam expressão, respectivamente Michelet e Burckhardt. O primeiro usou a expressão pela primeira vez, e em sua análise não distinguiu Reforma e Renascimento, além de não ter dado destaque ao pioneirismo italiano. Já o segundo foi quem popularizou o termo na obra *A Cultura do Renascimento na Itália*. Uma das críticas feitas a Burckhardt foi a respeito de sua caracterização

do homem medieval como inferior aos renascentistas (FLORENZANO, 2021, p. 95-97). Devido às diferenças entre os dois autores, Ankersmit comenta: “A Renascença de Burckhardt difere-se da Renascença que Michelet, Baron [...] tinham em mente” (2012b, p. 78). Nessa direção, o que proponho é que Michelet criou um modelo que batizou de ‘Renascimento’, Burckhardt criou outro modelo usando o mesmo termo. Ambos estão contidos no dossiê associado ao termo ‘Renascimento’. Por razões historiográficas, o modelo de Burckhardt tornou-se mais proeminente. Por isso, suponho que no caso de os historiadores não indicarem a qual modelo querem dar ênfase, possivelmente, o modelo de Burckhardt é o candidato mais provável.

Aproveito o mesmo exemplo para entender o que ocorre quando o referente indicado pelo termo não é o processo e sim o próprio modelo. Nos parágrafos anteriores expliquei como funciona a referência no uso mais comum dos termos coligatórios, isto é, quando os historiadores se referem ao processo histórico. Mas eles também podem discutir sobre um ou mais modelos contidos no dossiê, e neste caso o referente não é o domínio-alvo do modelo e sim o próprio modelo. Repare na seguinte citação: “Mais eis que, a partir da década de 1950, o Renascimento enquanto conceito historiográfico começa a perder aos olhos dos historiadores sua centralidade a ser destronado do lugar estratégico que ocupava desde o aparecimento do livro de Burckhardt, em 1860” (FLORENZANO, 2021, p. 101). A ocorrência do termo ‘Renascimento’ nesse caso não está indicando o processo histórico e sim o modelo idiográfico. O modelo referido nesse trecho é, provavelmente, aquele que foi proposto por Burckhardt, o qual outros historiadores, através de críticas e revisões, ‘manipularam’ e promoveram alterações. Entendo, que nesse caso, a referência é direta, isto é, o termo se refere diretamente ao modelo que foi criado na coligação por um determinado historiador, seguindo a proposta de Kripke (2012). Lembre que para a teoria direta, é importante que o termo coligatório funcione como um designador rígido; que haja uma fixação da referência; e que a transmissão remeta a essa fixação mantendo a referência inicial.

Considero que a referência ao modelo seja direta devido às seguintes razões. Primeiro, o modelo é criado narrativamente por um ou mais historiadores. Nesse caso, ele tem uma origem identificável. A fixação da referência em relação ao modelo é feita pelo historiador, isso parece mais claro que fixar a referência no processo histórico. Segundo, os usos subsequentes do termo em referência ao modelo normalmente fazem parte de uma discussão de especialistas. Os historiadores discutem entre eles se o modelo de Michelet ou de Burckhardt é o mais adequado. A transmissão da referência remete ao uso inicial dos historiadores criadores dos modelos.

Agora, o que ocorre quando leitores não especialistas se deparam com uma ocorrência do termo em referência ao modelo? Mesmo para especialistas é difícil identificar se o termo se refere ao particular complexo ou ao modelo. Esse é o conhecido problema da ambiguidade. Em relação aos nomes próprios, segundo Kripke (2012), o que garante o sucesso referencial no cenário em que existem dois indivíduos com o mesmo nome, é a participação do falante na cadeia de uso que preservou a referência tal como originalmente fixada. No nosso caso, a participação do leitor na cadeia de uso que preservou a referência que foi fixada a um modelo específico. Contudo, não estou convencida de que a linguagem funciona dessa forma. Acredito que ferramentas adicionais são necessárias para que se transmita e compreenda adequadamente a referência. Essas ferramentas advêm da pragmática e também da semântica, especificamente de uma teoria chamada Referencialismo Crítico. Para entendê-las exponho brevemente algumas das teses sustentadas por John Perry (2012) e examino duas ocorrências do termo ‘Revolução Francesa’ para exemplificá-las.

O Referencialismo Crítico é uma teoria *referencialista* no sentido que a contribuição do termo ao que é dito na frase é o indivíduo ao qual o termo se refere. No nosso caso, a contribuição do termo ‘Revolução Francesa’, quando usado para indicar o modelo, é o próprio modelo. O conteúdo referencial de um enunciado é o objeto ao qual o termo se refere, isto é, a referência para esta teoria é direta, não há nesse processo, portanto, a dimensão de *sentido*. Ainda, segundo essa teoria, o enunciado no qual a ocorrência está em uso possui também um *conteúdo reflexivo*, é reflexivo porque se analisado percebemos que ele é sobre a própria declaração (PERRY, 2012, p. 11). Eduarda Calado Barbosa resume o conteúdo reflexivo de um enunciado da seguinte forma: “O conteúdo reflexivo contém informação contextual sobre a enunciação, as convenções linguísticas em uso e os mecanismos de designação” (2023, p. 16). Os mecanismos de designação, no caso de um termo coligatório usado para indicar um modelo, corresponde ao gesto de apontamento, isto é, indica o modelo. As convenções linguísticas de uso, dizem respeito ao consenso historiográfico na intenção de usar o termo para designar o modelo. A informação contextual sobre a enunciação envolve, no caso dos termos coligatórios, pelo menos três aspectos contextuais sintetizados por Perry:

Linguístico: O contexto linguístico de uma declaração é formado por outras declarações: o resto da frase; frases de acompanhamento do mesmo falante; perguntas para as quais a declaração é uma resposta e assim por diante. (2012, p. 294).

Estreito e amplo: O contexto estreito de uma declaração é composto dos fatos que são comuns a todas as declarações, ou pelo menos todas as normais: o falante, o local e o tempo. O contexto mais amplo inclui outros objetos que desempenham vários papéis relativos importantes à declaração: o destinatário, o objeto ao qual o falante está prestando atenção e assim por diante. (2012, p. 294).

Contexto de uso: O contexto de uma declaração pode ser relevante de várias maneiras para nossa compreensão dela. Quando usamos o contexto para descobrir qual idioma

o falante está usando, ou para ajudar a identificar suas palavras, ou para resolver ambiguidade, o uso é pré-semântico. Quando usamos o contexto para determinar a referência de indexicais, o uso é semântico. Quando entendemos todas as palavras e frases, mas precisamos de algum outro objeto, um constituinte não articulado, para chegar a um candidato adequado para o que foi dito, o contexto é usado de uma forma que suplementa o conteúdo. (2012, p. 294-295).

O filósofo distingue outros, mas para os nossos propósitos esses são suficientes. Vejamos duas ocorrências, uma do termo ‘Revolução’ e outra do termo Revolução Francesa, para perceber qual é o *conteúdo referencial* e *reflexivo*:

I - “O ataque revisionista contra a Revolução refletiu não um perigo detectado de revolta social, mas um ajuste de contas [...]” (HOBBSAWM, 1996, p. 112).

II - “Tratando da Revolução Francesa, ela pôde, no século XX, sob a influência de Jaurès, de 1917, e do marxismo, derivar para a história social, conquistando novos territórios” (FURET, 1989, p. 23).

Na sentença I, o historiador escreveu ‘Revolução’ com letra maiúscula, provavelmente, para esclarecer que não estava se referindo a qualquer revolução e sim à Revolução Francesa. Agora será que os ataques revisionistas foram destinados ao processo histórico? É possível atacar um processo histórico? Suponho que o alvo dos ataques revisionistas seja o modelo. Na sentença II, François Furet usa o termo Revolução Francesa e na sequência cita o século XX. Pelo que sabemos, esse processo histórico data do século XVIII e não pode ter sofrido a influência do marxismo, já que esse sim surge no século XX. Dessa forma, considero que a ocorrência do termo ‘Revolução Francesa’ na sentença II indica o modelo idiográfico. À vista disso, sustento que o *conteúdo referencial* desses enunciados é o modelo denominado pela expressão ‘Revolução Francesa’. Poderíamos reescrever as sentenças da seguinte forma:

I’ - “O ataque revisionista contra o *modelo ao qual denominamos por ‘Revolução Francesa’* refletiu não um perigo detectado de revolta social, mas um ajuste de contas [...]”.

II’ - “Tratando do *modelo ao qual denominamos por ‘Revolução Francesa’*, ele pôde, no século XX, sob a influência de Jaurès, de 1917, e do marxismo, derivar para a história social, conquistando novos territórios” (FURET, 1989, p. 23).

Quanto ao *conteúdo reflexivo*, ele precisa ser analisado em partes. Primeiro, qual o mecanismo de designação nos enunciados I e II? O mecanismo é referencial, semelhante ao caso dos nomes próprios, os termos ‘Revolução’ e ‘Revolução Francesa’ ocorrem nos enunciados para indicar o modelo. Como é possível identificar isso? Há entre os historiadores um consenso em denominar de ‘Revolução Francesa’ o modelo coligado usado para representar o particular complexo, em outras palavras, isso faz parte das convenções de uso do termo. E, por fim, quais as informações contextuais em relação aos enunciados? Começando com o enunciado I:

- Linguísticas: como o restante da frase: “O ataque revisionista contra a Revolução refletiu não um perigo detectado de revolta social, mas um ajuste de contas na *Rive Gauche* de Paris. Um ajuste de contas principalmente com o passado dos próprios escritores, ou seja, com o marxismo, que, como notou Raymond Aron, foi a base geral das volúveis modas ideológicas que dominaram a cena intelectual de Paris por trinta anos, após a Libertação.” (HOBBSAWM, 1996, p. 112); e frases de acompanhamento, das quais destaco uma frase anterior: “Pode-se ir até mais longe. O argumento revisionista não é exatamente sobre a Revolução Francesa, mas sobre as grandes generalizações historiográficas e políticas que podem ser lidas nela” (HOBBSAWM, 1996, p. 207)
- De contexto estreito e amplo: o falante é o historiador Eric Hobsbawm; o tempo envolve ano de 1989 (no qual o pesquisador deu três Conferências na Universidade de Rutgers, New Brunswick, New Jersey e ano no qual elaborou essas conferências ao ministrar aulas como professor visitante no Centro de História da Arte e Humanidades J. Paul Getty, de Santa Monica, Califórnia), o ano de 1990 (ano da primeira edição original em inglês) e o ano de 1996 (ano da edição em português, da qual foi realizada a leitura do enunciado). O destinatário foi, no caso da elaboração e das conferências, um público mais especializado, e no caso do livro, o público em geral.
- De contexto de uso: neste exemplo, utilizado para solucionar a ambiguidade do termo ‘Revolução’, já que ele está substituindo o termo ‘Revolução Francesa’. Também tendo em vista que o termo coligatório ‘Revolução Francesa’ pode ser usado tanto em referência ao particular complexo como em relação ao modelo.

Agora em relação ao enunciado II, quais são as informações contextuais?

- Linguísticas: como o restante da frase: “Pois o assenhoreamento da história revolucionária pela história social, apesar de ter aberto novos campos para a pesquisa setorial, só fez deslocar a problemática da origem: o advento da burguesia substitui-se pelo da liberdade, mas continua sendo, como no caso precedente, um advento” (FURET, 1989, p. 23); e frases de acompanhamento, entre elas destaco a frase imediatamente anterior: “É que a erudição, apesar de poder ser estimulada por preocupações tomadas do presente, nunca é suficiente para modificar a conceitualização de um problema ou de um acontecimento” (FURET, 1989, p. 23).
- De contexto estreito e amplo: o falante é o historiador François Furet; o tempo envolve o ano de 1978, ano da primeira edição em francês, e o ano 1989, ano da primeira edição em português.

- De contexto de uso: neste enunciado, é usado para desambiguar o uso do termo termo coligatório ‘Revolução Francesa’, pois ele pode ocorrer em referência ao particular complexo, ou em relação ao modelo.

Os dois exemplos anteriores servem para perceber que mesmo se defendermos que a referência ao modelo é direta, outros mecanismos da linguagem (semânticos e pragmáticos) são necessários para concluir que os leitores conseguem entender corretamente essa referência. Inspirada no Referencialismo Crítico, entendo que a referência dos termos coligatórios em narrativas nas quais eles indicam modelos funciona de modo direto (referencial) mas que o conteúdo reflexivo é necessário para que o leitor compreenda adequadamente a referência sem incorrer em ambiguidade.

Para finalizar, gostaria de acrescentar que ao sustentar que há na historiografia referência ao modelo respondemos a outra tese de Ankersmit. Segundo ele, a representação (termo coligatório) presente na narrativa é autorreferencial [*self-referential*]. Resumidamente, a ideia é que a narrativa sobre o Renascimento, por exemplo, constitui uma representação. O termo ‘Renascimento’ também é chamado por Ankersmit de representação. Quando o termo ‘Renascimento’ ocorre na narrativa ele é autorreferente, pois as frases contidas naquela narrativa é que constituíram a representação. Nas palavras do filósofo:

As representações são, portanto, auto-referencialmente ou recursivamente definidas — e é essa autorreferencialidade que torna uma representação (histórica) um *totum* (onde o todo é anterior às suas partes) distinto de um mero *compositum* (onde as partes precedem o todo), para usar a terminologia empregada por Kant em sua terceira Crítica [...] Nesse nível, portanto, as noções de verdade, falsidade e referência podem ser aplicadas à representação. (Necessariamente) afirmações verdadeiras e falsas podem ser feitas sobre representações, não porque sejam verdadeiras em relação à representação apresentada ou ao que suas sentenças supostamente se referem, mas porque são autorreferencialmente ou recursivamente verdadeiras em relação à representação mencionada nelas. (ANKERSMIT, 2012a, p. 80).

A ideia da autorreferencialidade se deve ao fato de que, na ocasião, o termo coligatório está sendo usado para fazer referência ao modelo e não ao processo histórico, sobretudo em casos em que a narrativa está discutindo o modelo e propondo alterações. Nessa narrativa as frases estão constituindo alterações no modelo que é denominado pelo termo, o que parece ser autorreferencial.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo analisei se a referência dos termos coligatórios ocorre segundo os aspectos propostos pela teoria causal-histórica, isto é, sendo os termos coligatórios designadores rígidos, sondei se a fixação e a transmissão da referência funcionam segundo o

cenário desenhado por Kripke (2012). O que pude concluir é que na maioria dos casos em historiografia os termos coligatórios são elaborados posteriormente ao processo histórico ocorrido. Dessa forma, apenas uma fixação por descrição seria concebível. Também argumentei no exemplo do estudante que precisava realizar uma apresentação na aula de história, que sustentar que o falante tem sucesso ao referir apenas por estar conectado a uma cadeia de uso do termo que preservou a referência não parece ser suficiente para que ela ocorra de modo satisfatório.

Na seção seguinte, procurei saber se os historiadores discutem apenas a respeito do referente ou também, é parte da prática historiográfica, a preocupação sobre o sentido dos termos coligatórios. Inicialmente, apresentei a proposta de e Zelenák (2010), este pesquisador defende que a cada narrativa histórica se propõe um sentido para o termo coligatório. Admito que a cada narrativa novas hipóteses e teses a respeito do processo histórico são levantadas, mas defendi que o sentido dos termos apesar de não ser estático não parece estar tão suscetível a mudanças constantes.

Na seção final, analisei se a referência dos termos coligatórios pode ser respondida através dos elementos da teoria híbrida de Gareth Evans (1985; 1982). Defendo que ela é a teoria que melhor atende a referência dos termos coligatórios quando eles são usados para indicar o particular complexo/processo histórico. Isso porque nessa relação de referência o sentido que chamei de dossiê, por inspiração em Evans (1985), cumpre o papel de auxiliar a comunicação entre historiadores e leitores, entre falantes e ouvintes. Ou seja, numa comunicação, semelhante ao exemplo que desenvolvi sobre o termo ‘Guerra do Paraguai’, os falantes por meio das informações contidas no dossiê vão cercando objeto, entendendo que estão indicando o mesmo processo histórico. Outro aspecto que considero relevante nessa teoria é que a prática de uso do nome pela comunidade é tão importante quanto o particular que causou as informações contidas no dossiê. Comento isso porque não foi propósito desta tese analisar os aspectos ontológicos e metafísicos dos referentes dos termos coligatórios. E sabendo que há na prática historiográfica a intenção de indicar algo que está para além da narrativa, assumo que o referente dos termos coligatórios foi a causa das informações contidas no dossiê. Ainda que não tenhamos condições de estabelecer critérios claros de identidade desse particular complexo.

Agora, quando os termos coligatórios são usados nas historiografias para indicar modelos, defendo que a referência dos termos é direta. Isso porque o referente, isto é, a despeito de ser um artefato abstrato é passível de identificação e localização. É um artefato criado por meio da coligação e, portanto, rastreável. Contudo, ainda que a referência nesse caso seja direta, suponho que o conteúdo reflexivo, aos moldes do que foi proposto pelo Referencialismo Crítico

(PERRY, 2011), expresso pelos enunciados que contenham os termos coligatórios, seja importante para uma comunicação satisfatória.

CONCLUSÃO

A questão central da pesquisa foi analisar se há uma teoria filosófica da referência que explique satisfatoriamente o processo de referência para os termos coligatórios da historiografia. Espero ter mostrado que a teoria híbrida de Gareth Evans (1982; 1985) é a que melhor responde ao funcionamento desta referência, pelo menos no seu uso mais comum, isto é, para indicar o particular complexo. Argumentei que os elementos dessa teoria são os mais coerentes com a prática historiográfica. Cabe lembrá-los e notar seu funcionamento no caso dos termos coligatórios.

Segundo a teoria de Evans (1985) há duas condições fundamentais para que o nome seja o nome do sujeito. Primeiro, é preciso que haja, entre as práticas linguísticas de uma comunidade, o procedimento de usar o nome para indicar aquele sujeito. Segundo, o sujeito deve ser a fonte causal das informações contidas no dossiê, o qual é associado ao nome quando ele é usado pela comunidade. Vimos, no primeiro capítulo, como funciona a coligação que resulta na elaboração de termos coligatórios. Os historiadores, diante de algumas informações e vestígios, constituem um termo na intenção de indicar determinado particular complexo. Esse particular, cujos critérios de identidade não são claramente estipulados, provavelmente foi o responsável por deixar esses vestígios. Ele é o referente pretendido pelos historiadores que usam o termo desde a coligação. Portanto, existe a prática de uso do termo coligatório pela comunidade de historiadores e falantes em geral para indicar determinado particular complexo. O particular é a fonte causal dominante das informações contidas no dossiê, o qual a comunidade associa ao termo. Isto é, o particular complexo denominado pelo termo ‘Revolução Francesa’ é a fonte causal das informações como: a queda da Bastilha, morte de Luís XVI, elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, etc. Dessa forma, concluo que as duas condições fundamentais propostas por Evans são contempladas no processo de referência dos termos coligatórios, o que não ocorre com a teoria causal da referência como vimos na seção 4.1.

Entretanto, ainda me questiono porque Ankersmit (2012a) e Kuukkanen (2015) resistem à ideia de referência para termos coligatórios. Acredito que isso ocorre pela hegemonia que a teoria causal, tal como foi proposta por Kripke (2012/1973), possui entre os intelectuais quando o assunto é referência, sobretudo se levarmos em consideração a necessidade do batismo por

um contato causal entre aquele que fixa a referência e o processo histórico nomeado. Como foi explicado nesta tese, a coligação é realizada por historiadores que se encontram temporalmente distantes de seu objeto de estudo. Como alertado por Walsh (1974), os termos são inteligíveis para nós, mas provavelmente não seriam aos contemporâneos dos processos históricos. Dessa forma, fica forçoso sustentar que o historiador manteve algum contato causal com o processo histórico. Se aderirmos à teoria causal-histórica de Kripke para o caso dos termos coligatórios, a única possibilidade de fixação da referência é por meio de descrições definidas.

Um impasse notado ainda no primeiro capítulo é que na maioria dos filósofos da história sustenta que os termos coligatórios se referem a conceitos, ou a uma entidade linguística semelhante. Os historiadores, por outro lado, usam os termos coligatórios na intenção de indicar algo que está além da narrativa, que chamamos ao longo da tese de ‘particular complexo’, ou ‘processo histórico’. Para Walsh (1974) e Kuukkanen (2015) os termos coligatórios compõem declarações de um nível superior se comparadas a declarações que não possuem esses termos. Isto é, algumas declarações [primeiro nível] indicam diretamente ações ou eventos que ocorreram no passado, outras que são compostas por termos coligatórios [segundo nível] têm a função de agrupar as declarações do primeiro nível e ainda indicam ‘o que’ e ‘como’ ocorreu determinado processo histórico. Esse impasse pode ser explicado se entendermos que a referência dos termos coligatório não é direta. Ela é intermediada pelo dossiê de informações, entendendo o dossiê como o sentido do termo. Defendo que quando o termo coligatório é usado na historiografia para indicar o particular complexo/processo histórico ele expressa também sentido. Esse sentido, por ser um dossiê de informações, auxilia historiadores e leitores a estabelecerem a comunicação, em outras palavras, permite notar que estão cercado o mesmo objeto.

Defender que os termos coligatórios possuem sentido é condizente com a prática historiográfica. Evidenciamos que não é somente o referente pretendido que é discutido quando o assunto é a escolha do termo para indicar o referente. Os historiadores discutem sobre o sentido dos termos, propondo, por essa razão, termos alternativos, ou, iniciam a narrativa esclarecendo qual parte do sentido pretendem enfatizar e a qual pretendem se desvincular. Vimos isso com na análise dos termos ‘Revolução Farroupilha’ e ‘Guerra do Paraguai’.

Ao sustentar que a referência ao processo histórico é indireta conseguimos explicar a ideia de Ankersmit de que os termos coligatórios não se referem diretamente à realidade, mas são ‘sobre’ a realidade [*Aboutness*] (2012a, p. 79). Eles mostram aspectos da realidade, tal como o sentido proposto por Frege, já que sentido é uma forma de apresentação. Se o termo indica o processo e expressa sentido, conseguimos contemplar ainda outra tese desse filósofo. Segundo

ele, os termos coligatórios cumprem duas funções: referir e atribuir características (ANKERSMIT, 2012b, p. 77). Isso ocorre porque, ao mesmo tempo, o termo indica o particular complexo e expressa sentido. O sentido por ser um dossiê de informações está repleto de caracterizações acerca do processo histórico.

Contudo, há outra possibilidade de referência. Muitas vezes os historiadores ao discutirem sobre o termo, ou sobre o sentido dele, não se referem ao processo histórico. Nesse caso, eles usam o termo na intenção de indicar uma entidade narrativa contida no dossiê que nesta tese chamamos de ‘modelo idiográfico’. O modelo idiográfico é constituído na coligação proposta pelo pesquisador que a concebeu. Uma vez constituído o modelo, ele passou a compor o dossiê/sentido que é associado ao termo na prática de uso. O termo coligatório geralmente é usado pelos pesquisadores na intenção de indicar o particular complexo (ainda que nessa relação de referência só conseguimos notar claramente sinal e sentido), e toda vez que o termo for usado indicará também o modelo. Por vezes, os historiadores também podem apontar o modelo, ou propor um modelo alternativo usando para isso o que foi chamado, no capítulo 2, de discurso interno, aquele que constitui ou opera mudanças no modelo.

Nos apoiamos na ideia de modelo na tentativa de entender o caráter teórico dos termos coligatórios. Discutimos a esse respeito no capítulo 2, e como vimos esse caráter não se deve ao fato de termos coligatórios serem os termos teóricos da História. Além disso observamos que os termos coligatórios cumprem a função de representar aspectos do domínio-alvo, possuem a capacidade de explicar determinados fenômenos, têm o potencial de tornar familiar e compreensível algo complexo, serem uma ferramenta indispensável à prática historiográfica, e, por último, devido a sua natureza narrativa podem ser vistos como artefatos abstratos. Todas essas características estão presentes também nos modelos científicos, pelo menos, da forma com que Dutra (2005) e Thomasson (2020) os concebem. Sendo assim, defendi que o referente pretendido pelos historiadores, quando não estão indicando o particular complexo, é o modelo idiográfico construído na coligação.

Argumentei que essa referência ao modelo, diferente do que ocorre no caso da referência ao processo, é direta. Isto é, o termo coligatório aponta para o modelo sem instâncias intermediárias como sentido/dossiê. Considere a plausibilidade do cenário a seguir: o historiador na tentativa de compreender e representar o fenômeno-alvo coliga e cria o modelo idiográfico. Nesse caso, o historiador tem contato causal com o modelo, no sentido em que ele, o pesquisador, é o criador, causando o modelo. Historiadores posteriores, interessados em estudar ou o processo histórico nomeado pelo termo ‘Renascimento’, ou o próprio termo, devem ler Michelet e Burckhardt. Isso faz parte das boas práticas de pesquisa em História.

Sendo assim, esses historiadores leem e citam os criadores do termo, preservando a referência original. Mas isso não garante que leitores menos avisados não cometam ambiguidade. E, em caso de ambiguidade, me apoio nas ferramentas do referencialismo crítico. Em outras palavras, é importante entender que mesmo que os termos se refiram diretamente, há outros elementos que envolvem os enunciados nos quais eles ocorrem, o chamado conteúdo reflexivo. Esse conteúdo é, junto com o conteúdo referencial, responsável para que a comunicação ocorra de modo satisfatório.

REFERÊNCIAS

- ANDREAS, Holger. Termos teóricos na Ciência. Tradução: Luiz Helvécio Marques Segundo, Revisão: Rodrigo Reis Lastra Cid. In. SEGUNDO, Luiz Helvécio M.; CID, Rodrigo Reis L. (Org.). *Série Investigação Filosófica Textos Selecionados de Epistemologia e Filosofia da Ciência*. Pelotas: Editora UFPel, 2020. p. 126-160.
- ANKERSMIT, Frank. Representation and Reference. *Journal of the Philosophy of History*. v. 4, p. 375-409, 2010.
- ANKERSMIT, Frank. *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. Tradução: Jonathan Menezes, et al. Londrina: Eduep, 2012b.
- ANKERSMIT, Frank. *Meaning, Truth and Reference in Historical Representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012a.
- ANKERSMIT, Frank. *Narrative Logic: A semantic analysis of the historian's language*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BARBOSA, Eduarda Calado. O referencialismo crítico e as situações de fala com escassez de informação. In. BERTOTTI, Thalyta G; RODRIGUES, Jéssica G. (Org.). *Lógica, ciência e linguagem [recurso eletrônico]: discussões do I Encontro Brasileiro de Filósofas Analíticas*. Florianópolis: NEL/UFSC, 2023. 110 p. – (Rumos da Epistemologia; v. 21) E-book (PDF)
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado Rio-Grandense: a Província de São Pedro como um Problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. 2013, p. 315. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História. Porto Alegre, 2013.
- BRANQUINHO, João. Universal. In: BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson G. (Dir.). *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. Lisboa: Gradiva, 2005. p.709-712.
- BRZOZOWSKI, Jerzy A. O método dos tipos nomenclaturais na taxonomia biológica e a modalidade de dicto. *PERI*. v. 12 n.1, p. 25-44, jan. 2020.
- BRZOZOWSKI, Jerzy A. *Táxons Biológicos: aspectos semânticos e metafísicos*. 2012. 296p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2012.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1860/2009.
- CEBIK, Leroy B. Colligation and the Writing of History. *The Monist*. v. 53, p. 40-57, 1969.
- CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* New Jersey: Princeton University Press, 2016.

- DANTO, Arthur C. *Narration and knowledge*. New York: Columbia University Press, 1985.
- DEVITT, Michael; STERELNY, Kim. *Language and Reality: An Introduction to the Philosophy of Language*. Ed. 2. Oxford: Blackwell, 1999.
- DONNELLAN, K. S. Reference and definite descriptions. *Philosophical Review*. v. 75, n. 3, p. 281-304, 1966.
- DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. p. 1-10, 2009. Disponível em <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>> Acesso em: 11 jul. 2014.
- DRAY, William. Explicando o Quê em História. In. GARDINER, Patrick (Org.). *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, p. 494-501, 1995.
- DUMMETT, Michael. *Frege Philosophy of Language*. New York: Harper & Row, 1973.
- DUTRA, Luiz Henrique de A. *Introdução à teoria da ciência*. 4 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.
- DUTRA, Luiz Henrique de A. Os modelos e a pragmática da investigação. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 205-232, 2005.
- DUTRA, Luiz Henrique de A. *Pragmática de modelos: natureza, estrutura e uso dos modelos*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- EVANS, Gareth. Proper Names. In. EVANS, Gareth. *The Varieties of Reference*. New York: Oxford University Press, 1982. p. 373-404.
- EVANS, Gareth. The Causal Theory of Names. In. EVANS, Gareth. *Collected Papers*. New York: Clarendon Press, 1985. p. 1-25.
- FEYERABEND, Paul K. Realism, rationalism and scientific method: *Philosophical Papers*. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- FEYERABEND, Paul. K. Problems of Empiricism. In. COLODNY, Robert G. (Ed.). *Beyond the Edge of Certainty*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1965. p. 145-260.
- FLORENZANO, Modesto. *Lições de História Moderna: Séculos XV a XX*. São Paulo: Intermeios, 2021.
- FREGE, Gottlob. Philip E. B. Jourdain. In: FREGE, Gottlob. *Philosophical and Mathematical Correspondence*. Tradução: Hans Kaal. Oxford: Blackwell, 1980. p. 72-84.
- FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In. FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Introdução e tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo. EDUSP, 1892/2009. p.129-157.
- FRIGG, Roman. *Models and Theories: A Philosophical Inquiry*. New York: Routledge, 2022.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Tradução: Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALLIE, Walter Bryce. Explanations in History and the Genetic Sciences. *Mind*. v. 64. n. 254. Apr. 1955. p. 160-180.

GARDINER, Patrick. Introduction. In. GARDINER, Patrick (Ed.). *The Philosophy of History*. Oxford: Oxford University Press, 1974. p. 1-15.

HABER, Matthew H. How to Misidentify a Type Specimen. *Biology and Philosophy*. v. 27, p. 167-184, 2012.

HAVSTAD, Joyce C. Messy Chemical Kinds. *British Society for the Philosophy of Science*. v. 69, p. 719-743, 2018.

JACKSON, Frank. *Language, Names, and Information*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

KRIPKE, Saul A. *O nomear e a Necessidade*. Tradução: Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Gradiva, 2012/1973.

KRIPKE, Saul. Speaker's Reference And Semantic Reference. *Midwest Studies in Philosophy*. 2 (1). p. 255-276, 1977.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. A Conceptual Map for Twenty-First-Century Philosophy of History. In. KUUKKANEN, Jouni-Matti (Ed.). *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2021. p.1-19.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Historiography*. New York: Macmillan Publishers Limited, 2015.

LAPORTE, Joseph. 2018. Rigid Designators. In: ZALTA, Edward (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/rigid-designators/>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

LAPORTE, Joseph. *Natural Kinds and the Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge Press, 2004.

LEMOS, Italo Lins. *A Metafísica e a Semântica da Ficção: uma abordagem artefactual*. 2020, 179 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2020.

MCCULLAGH, Behan C. Colligation and Classification in History. *History and Theory*. v.16, n. 3, p. 267-284. out. 1978.

MCCULLAGH, Behan C. Colligation. In. TUCKER, Aviezer (Ed.). *A Companion to the Philosophy of History*. Blackwell Publishing, 2009.p. 152-161

MENEGAT, Carla. Farroupilha, a revolta de uma elite que embranquece os heróis e romantiza

as mulheres. [Entrevista concedida a João Vitor Santos] *IHU On-Line*, São Leopoldo, 19 de set. 2020. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/602970-farroupilha-a-revolta-de-uma-elite-que-embranquece-os-heróis-e-romantiza-as-mulheres-entrevista-especial-com-carla-menegat>> Acesso em: 16 de mai. 2024.

MICHAELSON. Eliot; REIMER, Marga. Referência. In. CID, Rodrigo R. L; MERLUSSI, Pedro (Orgs.). *Textos selecionados de metafísica, linguagem e mente*. Pelotas: UFPel, 2020. p.32-73.

MIGNOLO, Walter. *El lado más oscuro del renacimiento: Alfabetización, territorialidad y colonización*. Tradução: Cristóbal Gnecco. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

MOREIRA, Ivone. Edmund Burke: Um percurso biográfico-literário. In. BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Tradução e Introdução de Ivone Moreira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p.9-42.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois (1995, p. 244). *Estudos Avançados*. 9 (24), p. 243-254. 1995.

MURCHO, Desidério. Essencialismo e designação rígida. *Crítica na Rede*, 2004. Disponível em: < https://criticanarede.com/met_designacao.html> Acesso em: 13 abr. 2021.

NOONAN, Harold. *Routledge Philosophy Guidebook to Kripke and Naming and Necessity*. Londres: Routledge, 2013.

NÚÑEZ, Ronald León. *A guerra contra o Paraguai em debate*. Tradução: Débora Manzano et. al. São Paulo: Editora Sundermann, 2021.

ORWELL, George. *In Front of Your Nose: The collected essays, journalism and letters of George Orwell*. Sonia Orwell; Ian Angus (Ed.). Londres: Secker & Warburg, 1968.

PERRY, John. *Reference and Reflexivity*. 2nd ed., rev. and expanded. California: CSLI Publications, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921–1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. *Revista Tempo*. v. 19, n. 35, p. 161-183, jul-dez. 2013.

ROSENBERG, Alex. *Introdução à filosofia da ciência*. Tradução: Alessandra Siedschlag Fernandes, Rogério Bettoni. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

ROTH, Paul A. Essentially narrative explanations. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, v.62, p. 42-50, 2017.

RUFFINO, Marco. *Contingent A Priori Truth: Metaphysics, Semantics, Epistemology and*

Pragmatics. Livro Eletrônico: Springer, 2022.

SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações. *Cadernos de Aplicação*. v. 27/28, p. 29-41, jan.-dez. 2014/2015.

SALLES, Sagid. *Como os Nomes Nomeiam*: um passeio filosófico sobre a referência. Pelotas: UFPel, 2020.

SCHAFFER, Jonathan. The Metaphysics of Causation. In: ZALTA, Edward (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2016. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/causação-metafísica/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SCHICKORE, Jutta. Scientific Discovery. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/scientific-discovery/>>. Acesso em 17 Nov. 2022.

SHAW, Ryan B. *Events and Periods as Concepts for Organizing Historical Knowledge*. 2010. 114p. Ph.D. [dissertation] - Philosophy in Information Management and Systems and the Designated Emphasis in New Media in the Graduate Division of the University of California, Berkeley. p. 114 pgs. 2010.

SHORES, Corry. Gottlob Frege: On Sense and Reference. *Blog Pirates and revolutionaries*. 20 Jul. 2016. Figuras 1, 2, 3 e 4. Disponível em: <https://piratesandrevolutionaries.blogspot.com/2016/07/frege-on-sense-and-reference-summary.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SIMON, Zoltán B. Do Theorists of History Have a Theory of History? Reflections on a Non-Discipline. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 53-68. jan./abr. 2019.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de Estórias*: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999). 2016. 326 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História. Porto Alegre, 2016.

STERN, Robert. Hegel, British Idealism, and the curious case of the concrete universal. *British Journal for the History of Philosophy*. v. 15, n.1, p. 115-153, 2007.

TAYLOR, Isaac. *Names and Their Histories*: A handbook of historical geography and topographical nomenclature. London: Book Tower, 1898.

THOMASSON, Amie L. If Models Were Fictions, Then What Would They Be? In: LEVY, Arnon; GODFREY-SMITH, Peter (Ed.). *The Scientific Imagination*: Philosophical and Psychological Perspectives. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 51-74.

THOMASSON, Amie. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge University Press. Cambridge, 1999.

THOMASSON, Amie. *Ontology Made Easy*. New York: Oxford University Press, 2015.

TUCKER, Aviezer. Introduction. In: TUCKER, Aviezer (Ed.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. West Sussex: Blackwell Publishing Ltd, pp.1-6, 2009.

TUCKER, Aviezer. *Our Knowledge of the Past: A Philosophy of Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WALSH, William H. Colligatory Concepts in History. In: GARDINER, Patrick (Ed.). *The Philosophy of History*. Oxford: Oxford University Press, 1974. p. 127-144.

WALSH, William H. *Introdução a Filosofia da História*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WALSH, William H. The Intelligibility of History. *Philosophy*. v. 17, n. 66, 1942, p. 128-43. Disponível em: <JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/3747302>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

WHEWELL, William. *Philosophy of the Inductive Sciences, Founded upon their History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1847.

YAGISAWA, Takashi. A Semantic Solution to Frege's Puzzle. *Philosophical Perspectives*. v. 7, p.135-154, 1993.

ZELEŇÁK, Eugen. On Sense, Reference, and Tone in History. *Journal of the Philosophy of History*. v.4, p. 354-374, 2010.

ZELEŇÁK, Eugen. Semantics of Historical Representation in Terms of Aspects. *Journal of the Philosophy of History*. v.7, n. 2, p. 244-256, 2013.